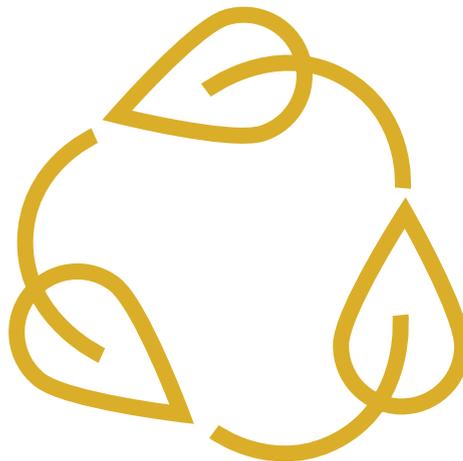


Relatório Anual de Sustentabilidade 2012



Sumário

- 2** Mensagem do presidente
- 4** Síntese dos capítulos
- 10** Perfil
- 22** Governança corporativa
- 34** Cenário e estratégia
- 42** Desempenho econômico-financeiro
- 50** Desempenho operacional
- 58** Desempenho socioambiental
- 94** Sobre o relatório
- 96** Nível de aplicação do relatório
- 104** Anexo
- 108** Informações corporativas

Mensagem do presidente

[GRI 1.1]

O ano de 2012 representou um marco na trajetória do Grupo EcoRodovias. Ampliamos nossa cadeia logística com a aquisição do Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi), formado pelas empresas Tecondi, Termares e Termlog e situado em uma área privilegiada, próxima à Rodovia Anchieta, de grande importância estratégica para as nossas operações. Além disso, tivemos duas novas conquistas no segmento rodoviário: vencemos o leilão de concessão do trecho de 475,9 quilômetros da BR-101, principal eixo de integração norte-sul no estado do Espírito Santo, e assinamos um termo aditivo com a Artesp e o governo paulista autorizando a Ecovias dos Imigrantes a investir cerca de R\$ 328 milhões em novas obras na Baixada Santista, com o objetivo de melhorar o tráfego e eliminar antigos gargalos no fluxo de veículos na região.

Como resultado dessa integração no setor portuário, do desenvolvimento da área de logística e dos ativos de concessões rodoviárias, a EcoRodovias registrou crescimento de 33,9% na receita bruta, que totalizou R\$ 2.657,1 milhões. O setor de concessões rodoviárias respondeu por 71,7% desse total, registrando 207,3 milhões de veículos equivalentes pagantes em 2012, resultado 3,5% superior ao de 2011.

Aprimoramos as operações de nossas unidades de negócios e, desde o final de 2011, intensificamos os estudos e as análises para ingressarmos no setor aeroportuário, outra área estratégica para os negócios conduzidos pelo Grupo. Nesse contexto, também houve uma alteração no quadro societário: a Impregilo International Infrastructures N.V., um dos acionistas majoritários, com 29,2% de participação acionária no Grupo EcoRodovias, repassou 19% à Primav Construções e Comércio S.A., e o restante, ao mercado.

Com isso, a Primav tornou-se acionista majoritária, detendo 64% das ações (com os 36% restantes em circulação no mercado, em bolsa)*.

Em 2012, celebramos ainda o 10.º aniversário da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, considerada referência para a engenharia rodoviária brasileira e motivo de orgulho também para todos que integram o Grupo EcoRodovias.

Aderimos à campanha “Por uma estrada sem acidentes”, lançada em 2012 pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o desafio de reduzir em 50% o número de ocorrências em todo o mundo. Nesse primeiro ano, já obtivemos resultados significativos na Ecovias dos Imigrantes, primeira empresa do Grupo a se integrar à iniciativa: o total de mortes por acidente caiu de 114 para 80, em relação ao ano anterior – o menor número já registrado na história da concessionária. Nosso objetivo é aumentar a segurança nas rodovias, com ações preventivas, conscientização dos usuários e melhorias nas vias.

No balanço de 2012, os resultados financeiros igualmente foram positivos. A receita líquida aumentou 31,8%, enquanto o lucro líquido ficou 10,2% acima do obtido no exercício anterior. O EBITDA ajustado atingiu R\$ 1.265,9 milhões, com margem ajustada de 60,0%. Ao longo do ano, as ações da EcoRodovias tiveram valorização de 24,0% na BM&FBovespa.

Atribuímos essas conquistas à consistência de nossa gestão multidisciplinar, que adota as melhores práticas de governança corporativa, com

*A alteração ocorreu em janeiro de 2013.

foco no crescimento sustentável, na transparência das informações, na solidez financeira e na valorização do capital humano. Como resultado de nossas ações, conseguimos permanecer listados no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa, e fomos classificados como Empresa-Modelo pelo *Guia de Sustentabilidade*, da revista *Exame*.

Outros reconhecimentos públicos também nos orgulham: pelo quarto ano, estamos na lista das 150 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, organizada pelas revistas *Você S.A.* e *Exame* em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA); há dois anos seguidos, a Companhia integra ainda o *ranking* das 130 Melhores Empresas para Trabalhar, definido pela revista *Época/Great Place to Work*.

Estamos otimistas em relação aos leilões de concessão de nove lotes de rodovias federais, previstos para 2013, assim como para os leilões de aeroportos programados para o mesmo ano, além do novo marco regulatório dos portos. A expectativa é que os incentivos à participação do setor privado favoreçam novas oportunidades de negócio e permitam melhorar ainda mais as condições gerais de tráfego nas estradas e de passageiros e cargas nos aeroportos e portos do Brasil.

O cenário também se revela promissor diante do calendário esportivo, com dois grandes eventos internacionais – a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 – que, certamente, deverão impulsionar a economia nacional, com reflexos positivos sobre as atividades dos setores rodoviário, logístico e aeroportuário.



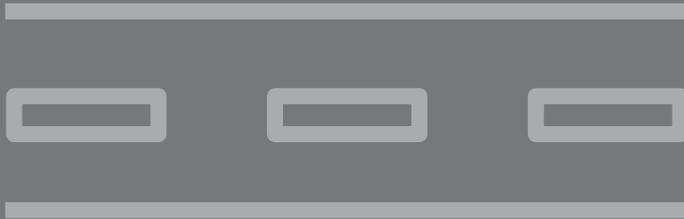
Ecopistas

Nossas perspectivas de crescimento e expansão das atividades com novos negócios em infraestrutura logística e rodoviária são positivas. Atuamos nos principais corredores de turismo e de comércio exterior, conectados a importantes áreas de tráfego de transporte multimodal, localizadas nas regiões Sul e Sudeste do País.

Nos próximos anos, almejamos consolidar cada vez mais nossas operações, aumentar a atuação no segmento de infraestrutura logística e adquirir ativos logísticos integrados às concessões rodoviárias, além de estabelecer novas parcerias, que tenham sinergia com a nossa estrutura de negócios, capaz de oferecer soluções integradas por meio do processo “porto a porta” a um número crescente de clientes.

A EcoRodovias mantém o compromisso de investir em novas oportunidades com disciplina de capital, apoiada por uma estrutura de governança que garanta rentabilidade aos acionistas e retorno aos investidores. Para concretizar esse desafio, seguiremos focados no planejamento estratégico e no desenvolvimento sustentável. Com essa diretriz, acreditamos que vamos percorrer o melhor caminho para posicionar o Grupo como a melhor companhia de infraestrutura logística intermodal do Brasil.

Marcelino Rafart de Seras
Diretor-presidente



A previsão de crescimento econômico em 2013 e as mudanças aguardadas para as regras financeiras dos leilões de concessão renovam as expectativas de novos negócios.

A EcoRodovias está presente nos principais corredores de turismo e de comércio exterior, conectando-se a importantes áreas de tráfego de transporte multimodal localizadas nas regiões Sul e Sudeste: São Sebastião, Santos, Paranaguá, Rio Grande e Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina).

Na perspectiva de 2013, o cenário para o setor rodoviário prevê a retomada da produção industrial, que deverá se refletir no aumento do tráfego de veículos pesados nas estradas. Ao mesmo tempo, prosseguem os investimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com participação significativa do setor de transportes, e que tendem a aumentar, tendo em vista os grandes eventos esportivos que terão sede no Brasil – a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Aliados às expectativas positivas, estão previstos aumentos na movimentação de cargas nos portos – segmento no qual o Grupo ingressou em 2012, com a aquisição do Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi) – e a participação em novos leilões no setor aeroportuário, outra área estratégica, agora integrada à pauta de novos investimentos.

A EcoRodovias planeja consolidar suas operações para se posicionar como a melhor companhia de infraestrutura logística intermodal do Brasil. Para ser bem-sucedido e alcançar esse desafio, o Grupo tem focado seu planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável, na solidez e disciplina financeira e na rentabilidade das empresas controladas, com a realização de novos projetos, em médio e longo prazo.

Assegurar o padrão de qualidade dos serviços das concessionárias continua sendo uma grande preocupação da EcoRodovias, como previsto em seu planejamento estratégico. O Grupo realiza melhorias contínuas de infraestrutura e oferece soluções logísticas com o objetivo de eliminar gargalos e integrar atividades de terminais retroportuários e centros de distribuição, visando à redução de custos aos clientes.

Permeando suas operações, a gestão da sustentabilidade tem sido praticada de maneira transversal, com comprometimentos e metas incorporadas ao dia a dia das concessionárias. Entre as principais iniciativas, destacam-se: os programas de educação ambiental em escolas públicas e o reflorestamento com mudas nativas das regiões do entorno das rodovias.

Para apoiar a gestão dos negócios, a EcoRodovias utiliza a metodologia Balanced Scorecard (BSC), que estabelece os objetivos estratégicos, as metas e os indicadores de desempenho. O planejamento estratégico desenvolve-se, em curto e médio prazo, com foco na Missão, nos Valores e no Plano de Crescimento do Grupo.

Síntese

Desempenho econômico-financeiro

O balanço de 2012 mostra ganhos significativos sobre 2011. A receita líquida cresceu 29,7%, os investimentos consolidados, 32,0%, e as ações se valorizaram 24,0% em bolsa.



A receita líquida consolidada pela EcoRodovias atingiu R\$ 2.110,6 milhões em 2012, cifra 29,7% superior à de 2011. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$ 248,0 milhões no período, representando 10,5% do total da receita bruta, sempre excluída a receita de construção. Se esta for considerada no cálculo, a receita líquida passa para R\$ 2.409,1 milhões, sendo 31,8% superior à registrada no ano anterior. No balanço do ano, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 422,1 milhões, resultado 10,2% superior aos R\$ 383,1 milhões contabilizados em 2011.

No mesmo exercício, os custos e as despesas consolidados atingiram R\$ 1.505,3 milhões, 44,9% acima do registrado em 2011 (R\$ 1.038,9 milhões). Excluídos os custos de construção de obras e provisão para manutenção decorrentes da aplicação do ICPC-01, a cifra cai a R\$ 1.131,7 milhões, mas é 49,1% superior aos R\$ 759,2 milhões de 2011.

Os principais fatores que influenciaram tais resultados foram: consolidação das empresas do Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi); aumento de despesas administrativas; custo de construção de obras, ambas decorrentes da aplicação das normas do IFRS/ICPC; custos com pessoal, em decorrência, principalmente, do reajuste salarial anual (data-base); e aumento das depreciações e amortizações, em razão da maior base de ativos nos segmentos de concessões rodoviárias e logística.

O EBITDA consolidado foi de R\$ 1.190,8 milhões em 2012, com margem de 49,4%, tendo superado a meta estipulada para o ano, que era de R\$ 1.038,5 milhões. Já o EBITDA consolidado ajustado (sem a aplicação das normas contábeis IFRS) alcançou R\$ 1.265,9 milhões, com margem de 60,0%. Nesse caso, o cálculo desconsidera as contas de receita e o custo de construção e provisão para manutenção, introduzidos pelas regras internacionais.

A EcoRodovias encerrou o exercício de 2012 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R\$ 1.026,1 milhões. A dívida bruta atingiu R\$ 3.284,4 milhões, em 31 de dezembro de 2012, registrando aumento de 124,9% na dívida líquida, quando comparada com a de igual período de 2011.

Os investimentos consolidados pela Companhia em 2012 alcançaram R\$ 503,6 milhões, 32,0% acima do total registrado no ano anterior. No setor de concessões rodoviárias, somaram R\$ 409,9 milhões, 44,9% a mais que em de 2011. Os recursos destinaram-se, principalmente, a obras de melhorias e ampliações das vias (35,3%), pavimentação e conservação especial (42,0%), investimentos em *hardware* e equipamentos de pedágio, outras obras em andamento e aperfeiçoamento nas sinalizações e nos dispositivos de segurança das cinco concessionárias em operação.



O movimento nas estradas também foi intensificado em 2012 pelo transporte da safra agrícola, no Sul e Sudeste, totalizando 207.372 mil veículos equivalentes pagantes, um aumento de 3,5% sobre 2011.

O tráfego registrado pelas concessionárias administradas pela EcoRodovias aumentou 3,5% em 2012 em relação a 2011, totalizando 207.372 mil veículos equivalentes pagantes. Desse total, 109.468 mil (52,8%) corresponderam a modelos de passeio e, os demais 97.904 mil (47,2%), a veículos comerciais.

O movimento nas estradas foi intensificado pelo transporte da safra agrícola (milho e farelo de soja), além de contêineres, sendo favorecido ainda pelas viagens de turistas, nas regiões Sudeste e Sul, que se concentraram no último trimestre de 2012. Nesse período, as maiores variações

no tráfego foram registradas na Ecovia Caminho do Mar, no Paraná, e na Ecosul, no Rio Grande do Sul. Já na Ecovias dos Imigrantes (SP), o fluxo de veículos comerciais aumentou em razão do grande volume de exportação de milho e soja por meio dos portos de Santos e do Guarujá.

No primeiro exercício sob a administração da EcoRodovias, e considerando os valores *pro forma* de 2011 e 2012, o volume de carga movimentada na operação de cais do Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi) correspondeu a 315.789 contêineres, um aumento de 5,8% sobre 2011. O *market share* da operação no Porto de Santos manteve-se estável em 16,4%, em comparação com o ano anterior, tendo a receita bruta atingido R\$ 370,3 milhões em 2012, cifra que corresponde às operações realizadas entre os meses de junho e dezembro.

A conservação de boas condições de uso das rodovias administradas constitui um aspecto central na gestão das concessionárias da EcoRodovias. As empresas investem sistematicamente em projetos para melhorar a estrutura das vias, o que tem facilitado os serviços de manutenção. Entre as iniciativas comuns, destacam-se: tecnologia inovadora de pavimentação (asfaltos com adição de borracha e polímeros); soluções de ponta em segurança (barreiras e elementos atenuadores de impacto); melhorias no traçado (limpeza, pintura e paisagismo das estradas); e indicadores do processo de segurança e fluidez, que medem mensalmente índices de acidentes, de feridos e de mortes, uma referência para as ações de melhoria contínua.

De toda a arrecadação consolidada de pedágios pelas concessionárias da EcoRodovias no ano, a cobrança eletrônica correspondeu a 45,2%. O total de tags instalados pelo sistema STP Sem Parar/Via Fácil atingiu 3.770 mil unidades, em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 16,2% sobre igual período de 2011, sustentado pela cobertura de 94,0% das atuais praças de pedágio e 150 estacionamentos conveniados.

Desempenho socioambiental

A EcoRodovias atingiu em 2012 as duas metas socioambientais assumidas pela alta direção: diminuir as emissões de GEE em 2% e permanecer listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa.



Comprometida com as melhores práticas sustentáveis, o Grupo EcoRodovias adota um conjunto de ações como forma de mitigar os impactos ambientais de suas operações. Nesse contexto, tem investido em melhorias contínuas para efetuar a correta destinação de resíduos sólidos, o tratamento adequado de efluentes e o mapeamento de emissões de gases de efeito estufa (GEE), além de ações visando manter o consumo racional de água e de energia elétrica, entre outros aspectos.

Em 2012, a EcoRodovias superou a meta prevista inicialmente (2%) e conseguiu reduzir as emissões de GEE em 14,22% no período. A Companhia também permanece listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa.

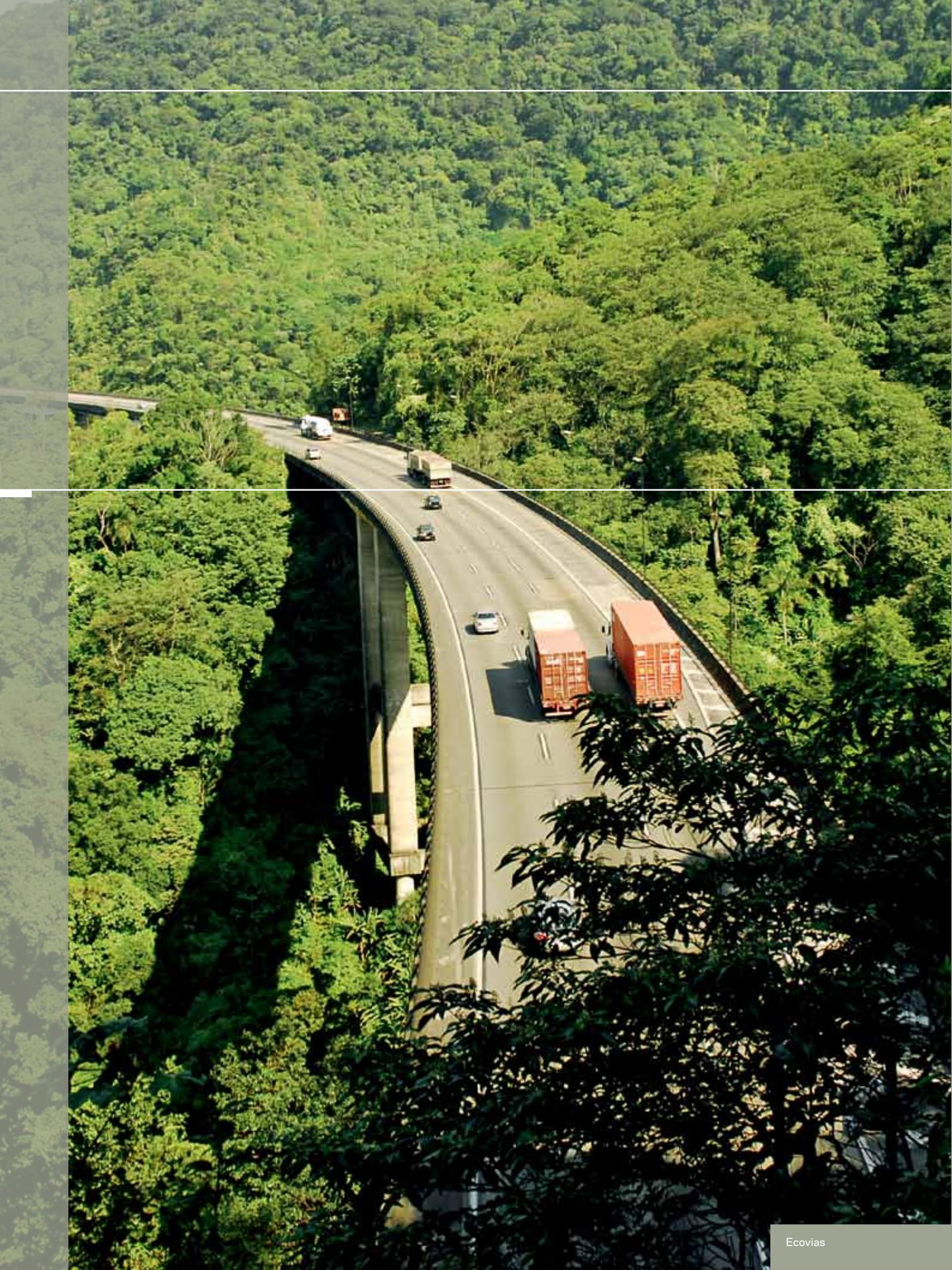
A EcoRodovias mantém um programa que incentiva a prática da reciclagem. Com essa diretriz, todos os tipos de resíduos gerados pelas operações nas rodovias administradas pelas empresas controladas são corretamente destinados. Além disso, atua como membro efetivo da plataforma Empresas pelo Clima (EPC), iniciativa que visa auxiliar as lideranças empresariais na redução das emissões de GEE, na gestão de riscos climáticos e na proposição de políticas públicas.

A Companhia segue normas internacionais de meio ambiente, de qualidade e de saúde e segurança que orientam suas políticas e diretrizes, aderindo, voluntariamente, a compromissos socioambientais, visando aprimorar sua gestão.

Em 2012, a EcoRodovias aderiu à campanha “Por uma estrada sem acidentes”, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o desafio de reduzir em 50% as ocorrências em todo o mundo.

No âmbito interno, os investimentos destinam-se a programas que promovam a qualidade de vida e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, com foco no bem-estar e um melhor ambiente no trabalho.

Nas comunidades localizadas no entorno das rodovias, o Grupo promove diversas campanhas de segurança no trânsito e desenvolve trabalhos sociais de educação ambiental, inclusão digital e de capacitação profissional. Um exemplo é o Ecoviver, programa de responsabilidade socioambiental que busca, de forma multidisciplinar, conscientizar crianças e jovens de escolas públicas sobre a destinação correta de resíduos. Em 2012, foram atendidos mais de 1.500 professores e quase 50 mil alunos em 308 escolas, de 22 municípios.



1

64%

—
das ações
estão em poder
da Primav, que se
tornou acionista
majoritária do Grupo
EcoRodovias.

1.450 km

—
de rodovias
administradas.

36%

—
das ações
restantes estão no
mercado
de capitais.



Perfil

O Grupo EcoRodovias

[GRI 2.1, 2.5 E 2.6]

O Grupo EcoRodovias iniciou as atividades em 1997, e sua *holding* controladora – EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. – foi constituída em 2000.

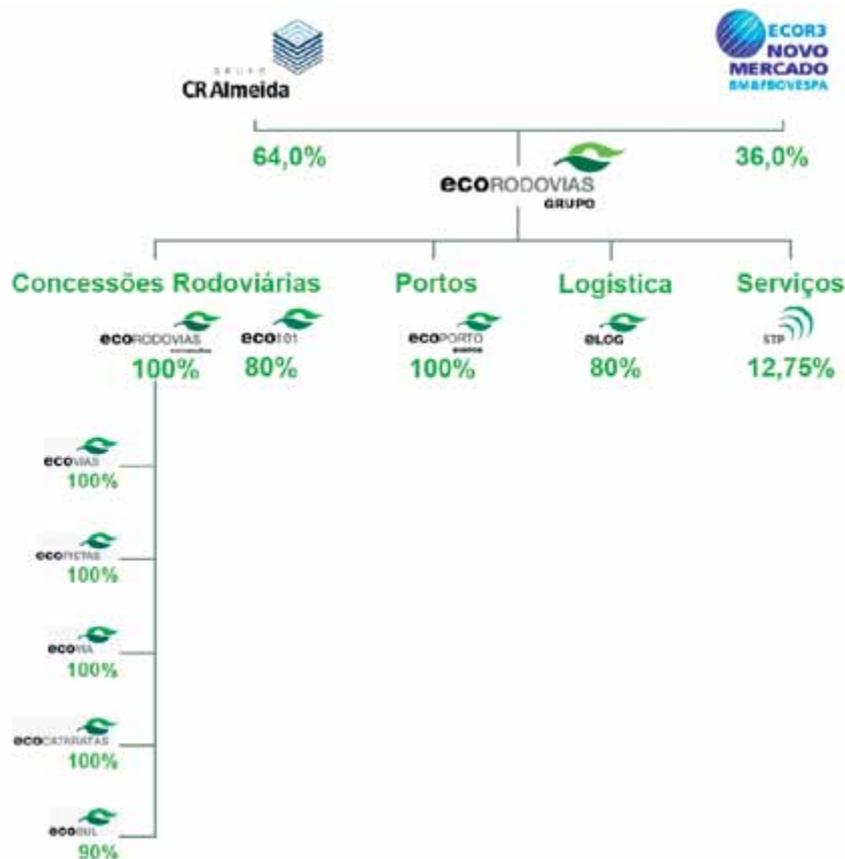
A Companhia está registrada desde 2003 na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e mantém suas ações listadas no Novo Mercado, da BM&FBovespa, sob o código ECOR3, destacando-se entre os maiores grupos de infraestrutura e logística intermodal do Brasil.

Entre o final de 2012 e o início de 2013, um dos acionistas majoritários – Impregilo International Infrastructures N.V., que detinha 29,2% da participação acionária no Grupo EcoRodovias – alienou sua participação, repassando 19% à Primav Construções e Comércio S.A. e o restante ao mercado. Assim, a Primav tornou-se acionista majoritária do Grupo, detendo 64% das ações, posição que lhe permite o controle acionário da Companhia. Os 36% das ações que completam o capital da Companhia estão, atualmente, no mercado de capitais, como mostra o organograma.

A EcoRodovias opera cinco concessões rodoviárias: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul, além da mais nova controlada ECO-101, localizadas em regiões estratégicas nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande de Sul – que formam os principais corredores de turismo, exportação, importação e circulação de bens de consumo no mercado interno. As rodovias administram cerca de 1.450 quilômetros.

As operações da EcoRodovias também abrangem sistemas logísticos integrados, distribuídos entre um terminal portuário em Santos (SP) e plataformas multimodais, portos secos, Clias e centros de distribuição, nas regiões Sul e Sudeste do País. O Grupo possui ainda participação na STP Sem Parar/Via Fácil – empresa de pagamentos eletrônicos que auxilia a prestação de serviços aos usuários das rodovias concedidas.

*Atualizado em abril de 2013. A área de portos, agora denominada Ecoporto Santos, abrange todas as atividades do ex-Complexo Tecondi.



O Grupo EcoRodovias encerrou 2012 com 5.805 colaboradores e uma receita líquida de R\$ 2.110,6 milhões (excluída a receita de construção), contabilizando lucro líquido de R\$ 422 milhões e margem EBITDA de 49,4% (pelas normas internacionais de contabilidade do International Financial Reporting Standards - IRFS).

A estratégia de crescimento do Grupo prevê uma maior participação e o aumento de sua presença em novas áreas de negócios – prioritariamente nos setores rodoviário e portuário –, bem como o ingresso no setor aeroportuário. A expectativa é que os novos leilões de concessão aconteçam a partir do segundo semestre de 2013.

Desde que iniciou suas operações, há 15 anos, o Grupo EcoRodovias tem valorizado os princípios éticos, justos e responsáveis, com respeito ao meio ambiente e aos diferentes públicos de relacionamento. Com essa diretriz, coordena suas atividades com o objetivo de reduzir, gradativamente, os impactos ambientais, visando à promoção do desenvolvimento nas regiões onde atua e interagindo com as comunidades lindeiras.

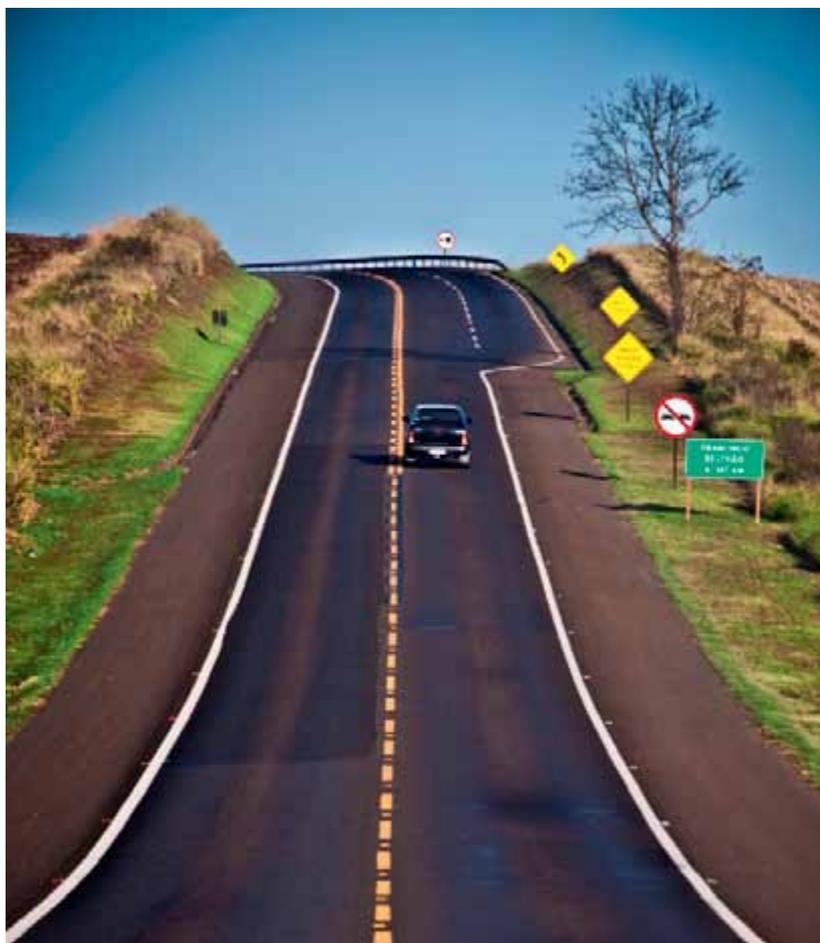
Empresas controladas [GRI 2.2, 2.3 E 2.7]

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS

A EcoRodovias Concessões e Serviços controla as concessionárias e concentra as seguintes áreas de apoio: administração, finanças, recursos humanos, tecnologia de informação, contratação de serviços, aquisições de materiais e engenharia. Assim, garante a qualidade aos serviços prestados e a transparência na gestão, reduzindo o uso de recursos e promovendo a disseminação das melhores práticas administrativas e operacionais. Cada empresa do Grupo conta com uma estrutura própria de gestão, que prioriza a excelência profissional e a atuação socioambiental responsável.

ECOVIAS DOS IMIGRANTES

O Sistema Anchieta-Imigrantes, administrado pelo Grupo EcoRodovias por meio da concessionária Ecovias dos Imigrantes desde 1998, liga a Grande São Paulo e o complexo industrial



Ecocataratas



176,8 km

—
formam o sistema Anchieta-Imigrantes, o maior corredor de importação e exportação da América Latina.

do ABCD paulista ao Porto de Santos, à Região Metropolitana da Baixada Santista e ao Polo Petroquímico de Cubatão. A via também se conecta ao Rodoanel Mário Covas, facilitando o acesso às principais estradas da região. Trata-se do maior corredor de exportação e importação da América Latina, com 176,8 quilômetros. Eleita pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) uma das melhores rodovias do País, a Ecovias dos Imigrantes também se tornou, em 2001, a primeira concessionária no mundo a obter a certificação ambiental ISO 14001.

ECOPISTAS

A concessão do corredor rodoviário Ayrton Senna/Carvalho Pinto foi conquistada pelo Grupo EcoRodovias em 2009. Com 134,9 quilômetros, a via conecta a capital paulista à região industrial do Vale do Paraíba, facilitando o acesso ao litoral norte do estado, ao Porto de São Sebastião, ao Aeroporto Internacional de Guarulhos e à estância turística de Campos do Jordão. O corredor passa ainda pelo Parque Eco-

lógico do Tietê, sendo utilizado como alternativa de acesso às cidades de Aparecida do Norte e do Rio de Janeiro. Considerada pela pesquisa da CNT uma das três melhores rodovias brasileiras, foi a primeira concessionária do Brasil certificada pela norma OHSAS 18001.

ECOVIA CAMINHO DO MAR

Administrada pelo Grupo desde 1997, a rodovia interliga a capital Curitiba (PR) ao Porto de Paranaguá e às cidades do litoral paranaense, dando acesso à cidade de Matinhos e ao balneário de Praia de Leste pela da rodovia BR-277 – uma das vias comerciais e turísticas mais importantes da Região Sul. Localizada em uma faixa remanescente e de área de preservação permanente (APP) de Mata Atlântica, a Ecovia Caminho do Mar responde, atualmente, pela administração de 136,7 quilômetros de extensão. A via constitui a principal rota de escoamento da produção brasileira de grãos, por onde trafega cerca de 5 milhões de veículos por ano, 35% do fluxo correspondendo ao transporte de carga.

ECOCATARATAS - RODOVIA DAS CATARATAS

Concessão rodoviária responsável pela ligação da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, que integra o Mercosul e interliga as cidades paranaenses de Guarapuava e Foz do Iguaçu pela BR-277. A concessão, adquirida pelo Grupo EcoRodovias em 2008, abrange 387,1 quilômetros, por onde trafegam anualmente cerca de 11 milhões de veículos – mais da metade (55%) no transporte de cargas. A Ecocataratas também administra 71,84 quilômetros de rodovias estaduais (PR-874, PR-590, PR-180 e PR-474).

ECOSUL - RODOVIAS DO SUL

Em 1998, a Companhia assumiu a concessão de uma das maiores malhas rodoviárias concessionadas do País: o Polo Rodoviário de Pelotas (RS). Com 623,8 quilômetros de vias federais, o complexo abrange a BR-116/RS de Camaquã/Pelotas/Jaguarão (chamada de Corredor do Mercosul, trecho vital para a economia local e nacional), a BR-293/RS (Pelotas/Bagé) e a BR-392/RS (Rio Grande/Pelotas/Santana da Boa Vista). Quase metade dos 6,5 milhões de veículos que trafegam anualmente pelas rodovias administradas pela Ecosul é de carga, rumo ao Porto de Rio Grande. Além disso, a via constitui o principal acesso de turistas uruguaios e argentinos ao litoral brasileiro.

ECO-101

A ECO-101 Concessionária de Rodovias S.A. é a mais nova controlada na área de concessões rodoviárias, criada em 22 de março de 2012 para assumir a administração do trecho de 475,9 quilômetros de extensão da BR-101/ES/BA. Desde sua constituição, porém, a empresa estava impedida de iniciar operações, em razão de uma restrição judicial, expressa em decisão liminar, obtida pelo segundo colocado no leilão de privatização, realizado no dia 18 de janeiro do mesmo ano. A situação foi revertida após a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, ao anunciar a suspensão da liminar em 16 de abril de 2013, permitiu, enfim, a assinatura do contrato de concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) *(leia mais na pág. 38)*.

A ECO-101 Concessionária de Rodovias S.A., criada em 22 de março de 2012, será responsável pela administração do trecho de 475,9 quilômetros da BR-101/ES/BA.

ELOG

Adquirida em 2010, a Elog controla todas as plataformas logísticas intermodais do Grupo EcoRodovias. A empresa desenvolve atividades que vão do desembarço dos produtos até a entrega final, oferecendo um portfólio completo de soluções – gestão de logística integrada e informação, armazenagem alfandegada e geral e serviços de valor agregado e de transportes. As suas 15 unidades estão estrategicamente localizadas nos principais corredores de importação e exportação das regiões Sul e Sudeste, incluindo plataformas logísticas, portos secos, Clias e centros de distribuição e transportes.

As 15 unidades da Elog, que controla as plataformas logísticas intermodais do Grupo, estão nos principais corredores de importação e exportação do Sul e Sudeste.

UNIDADES OPERACIONAIS

Unidades Alfandegadas

Barueri, São Paulo, Campinas; Clia Santos (SP), Curitiba I e Curitiba II (PR).

Unidades de Fronteiras

Foz do Iguaçu (PR), Jaguarão, Sant'Ana do Livramento e Uruguaiana (RS).

Centros de Distribuição

Barueri, Cajamar (SP) e Curitiba (PR).

Plataformas Logísticas

Ecopátio Cubatão e Ecopátio Imigrantes.

ELOG CUBATÃO

Com uma área de 442 mil m², representa o maior terminal retroportuário da América Latina, localizado no km 263 da Rodovia Cônego Domênico Rangoni, a 22 km do Porto de Santos, integrando-se ao sistema logístico Anchieta-Imigrantes.

A unidade também abrange um terminal de exportação com autorização alfandegária e capacidade para receber mais de 6 mil caminhões por dia. Além disso, todas as atividades da empresa são certificadas pela norma NBR ISO 9001 (qualidade).

ELOG IMIGRANTES

Em novembro, a EcoRodovias alienou sua participação de 50% no Ecopátio CBL Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A. (Elog Imigrantes), no valor equivalente a R\$ 104,1 milhões (data-base de 31/07/2012), à BRCVII Cidade Nova Empreendimentos e Participações Ltda.

ECOPORTO SANTOS

O Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi), composto das empresas Tecondi, Termares e Termlog, representa o mais recente negócio do Grupo



Elog Cubatão

EcoRodovias, adquirido em junho de 2012. O Contrato de Arrendamento celebrado com a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Co-desp) prevê a exploração dos serviços portuários por 25 anos, prorrogáveis pelo mesmo período.

O complexo abrange operações portuárias e manuseio e armazenagem de cargas de exportação no Porto de Santos, em sinergia com outros ativos do portfólio, complementando a estrutura logística da Elog, ao interligar as plataformas às operações portuárias. Tal integração aumenta a rede de retroáreas proporcionada por um terminal portuário de contêineres.

O terminal localiza-se em uma área estratégica, próximo do centro de Santos, com fácil acesso à rodovia dos Imigrantes, posicionando-se como o terceiro maior terminal de contêineres da cidade e o quinto maior do Brasil.

SEM PARAR/VIA FÁCIL

A EcoRodovias detém 12,75% de participação na empresa Serviços e Tecnologia de Pagamento (STP), empresa líder na adoção do sistema de Identificação Automática de Veículos (AVI) no Brasil, homologada pela Agência Nacional de Transportes (ANTT) como Operador de Vale-Pedágio (que utiliza pagamentos eletrônicos em pedágios, estacionamentos e *shopping centers*).

O tráfego de veículos nas pistas pedagiadas do Grupo que utilizam o controle do sistema AVI totalizou 57.965.825 registros em 2012. O maior volume foi registrado pela Ecopistas - 32.107.958 (55,39%) -, seguido pelo da Ecovias - 18.806.359 (32,44%).

A STP opera por meio do sistema de radiofrequência (Radio-Frequency Identification - RFID), que efetua a cobrança automática com o veículo em movimento (a uma velocidade recomendada de 40 quilômetros por hora), sem a necessidade de o motorista parar antes da cancela do pedágio. O serviço contribui para a fluidez do tráfego nessas praças e garante mais rapidez, conforto e economia aos usuários.

RECONHECIMENTOS PÚBLICOS [GRI 2.10]

Ao longo de 2012, a EcoRodovias e suas concessionárias receberam prêmios e reconhecimentos que ratificam os compromissos da Companhia e sua excelência em gestão. A seguir, as premiações mais destacadas no período, em três categorias.

GESTÃO DE PESSOAS

- Melhores Empresas para Trabalhar Brasil 2012 - Great Place to Work e revista *Época*, por dois anos consecutivos.
- Melhores Empresas para Trabalhar Rio Grande do Sul 2012 - revista *Amanhã*, por dois anos consecutivos.
- Melhores Empresas para Trabalhar Paraná 2012 (Ecovia e Ecocataratas) - *Gazeta do Povo*, por dois anos consecutivos.
- Top of Mind Estadão de RH - *O Estado de S. Paulo*, por dois anos consecutivos.
- As Melhores Empresas para Você Trabalhar - *Guia Você S/A Exame*, por quatro anos consecutivos.
- As 10 Melhores Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional - revista *Gestão RH*, por cinco anos consecutivos.
- Melhores Empresas Psicologicamente Saudáveis - *Revista Gestão RH*, por três anos consecutivos.
- Melhores Empresas em Práticas de Gestão de Pessoas - *Revista Gestão RH*, por quatro anos consecutivos.
- Os RHs mais Admirados do Brasil - *Revista Gestão RH*, por quatro anos consecutivos.



3,5%

— foi o quanto cresceu o tráfego de veículos nas rodovias pedagiadas no balanço de 2012.



Cerimônia de premiação do Guia Exame de Sustentabilidade 2012

GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - BM&FBovespa. Pelo segundo ano consecutivo, o Grupo EcoRodovias foi incluído nessa carteira.
- Empresa-Modelo do *Guia de Sustentabilidade 2012* - revista *Exame*, eleita pela primeira vez.
- As Melhores Empresas em Cidadania Corporativa 2012 - *Revista Gestão RH*.
- Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho (PSQT): primeiro lugar na categoria Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável e segundo lugar na categoria Educação e Desenvolvimento (Ecosul).
- Prêmio Benchmarking Brasil 2012 com o projeto De Bem com a Via - Instituto Mais e Programa Benchmarking Ambiental Brasileiro (Ecovias).

MELHORES RODOVIAS

- A EcoRodovias é a única *holding* do Brasil que possui todas as suas concessionárias de rodovias certificadas em três normas: NBR ISO 9001 (qualidade), NBR ISO 14001 (ambiental) e OHSAS 18001 (segurança do trabalho). Em 2012, a Companhia destacou-se, ainda, nos seguintes veículos:
- Melhor Empresa em Infraestrutura 2012 - revista *Época Negócios 360°*.
 - *Maiores e Melhores Empresas 2012* - revista *Exame*.
 - A Ecosul recebeu o Prêmio Campeões de Inovação 2012 - *Revista Amanhã*.
 - A Ecovias e a Ecopistas foram classificadas no *Guia Quatro Rodas 2012*, da Editora Abril, entre os melhores caminhos do Brasil.

PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO DO GRUPO ECORODOVIAS [GRI 2.8; LA1; LA10]

INDICADORES	2010	2011	2012
ECONÔMICO-FINANCEIROS			
Receita bruta (R\$ mil)	1.528.247	1.985.113	2.657.145
Receita líquida (R\$ mil)	1.427.608	1.827.371	2.409.107
EBITDA (%)	812.113	957.294	1.190.773
Margem EBITDA (%)	56,9	52,4	49,4
Lucro líquido (R\$ mil)	594.039	381.472	422.072
Endividamento líquido (R\$ mil)	868.866	1.004.328	2.258.440
Total de investimentos (R\$ mil)	254.700	381.472	503.459
Dividendos distribuídos (R\$ mil)	278.600	285.547	197.198
CONCESSÕES E LOGÍSTICA			
Pedágio, portos e logística: percentual no total da receita bruta	82,4	84,4	84,1
Receitas acessórias nas concessões rodoviárias e demais negócios: percentual no total da receita bruta	17,6	15,6	15,9
Tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	180.051	200.344	207.372
CORPO FUNCIONAL			
Número de colaboradores*	2.002	4.062	5.805
Total de investimentos em treinamento (R\$ mil)	1.105	1.124	1.665,75
Horas de treinamento	101.455	102.728	90.927
ECOVIVER			
Número de alunos	24.870	67.875	49.161
Número de professores	1.087	1.980	1.586
Número de escolas	196	340	308
Cidades contempladas	17	22	22

*Total de colaboradores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística, EcoRodovias Concessões e Serviços, Elog e Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi).

Nossa trajetória [GRI 2.9]

A trajetória de 15 anos revela muitas conquistas no setor de concessões rodoviárias e os avanços em outros segmentos de transporte e infraestrutura.



1997

Início das atividades do Grupo EcoRodovias: o Grupo CR Almeida sagra-se vencedor da licitação da Ecovia Caminho do Mar (PR), que liga a capital Curitiba ao Porto de Paranaguá (PR).

1998

Gestão de duas novas rodovias: Ecovia dos Imigrantes (SP), principal ligação da capital paulista ao Porto de Santos; e Ecosul (RS), que administra a região do Polo Rodoviário de Pelotas, do Porto de Rio Grande e do litoral gaúcho.

Início da parceria estratégica com a Impregilo International Infrastructures N.V., do Grupo Impregilo S.P.A., maior construtora de capital aberto da Itália.

1999

Início da duplicação da Rodovia dos Imigrantes, com tecnologias de gestão ambiental e financiamento de US\$ 250 milhões. As obras foram encerradas em 2002, cinco meses antes do prazo contratual.

2000

Constituição da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., à época denominada Primav Rodovias, holding controladora do Grupo EcoRodovias.

2001

Conquista da certificação NBR ISO 14001 para a Ecovia dos Imigrantes.

2004

Certificação ISO 14001 para Ecovia Caminho do Mar (PR).

2003

Registro da EcoRodovias na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa, atual BM&FBovespa).

No mesmo período, a Companhia também iniciou seu novo projeto de governança corporativa, finalizado em 2006, alinhando-se às melhores práticas de mercado.





Ecocataratas

2007

—
Aquisição da Ecocataratas (PR), que administra a BR 277 entre Guarapuava (oeste de Curitiba) e Foz do Iguaçu (fronteira com a Argentina), trecho turístico e estratégico para o comércio no Mercosul.

2006

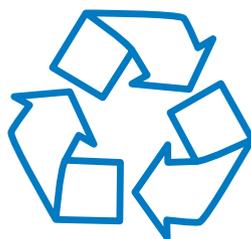
—
Criação da primeira plataforma logística em Cubatão e lançamento do Código de Conduta Empresarial.

—
A Ecovias dos Imigrantes realizou sua primeira emissão de debêntures, no montante de R\$ 450 milhões.

—
A Ecosul obteve as certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001.



Ecovia



2009

—
Conquista da operação concedida do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto (SP).

—
Criação dos comitês de Ética, Governança e Sustentabilidade.

—
Ingresso como membro efetivo da plataforma brasileira Empresas pelo Clima (EPC).

2010

—
Início das negociações das ações da Companhia no Novo Mercado, da BM&FBovespa (IPO).

—
A aquisição das empresas de logística da Columbia e Eadi Sul resultou na criação da Elog.

2012

—
O Grupo EcoRodovias venceu o leilão de concessão do trecho de 475,9 quilômetros da BR-101 (ES/BA).

—
Assinatura de termo aditivo perante a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) para realizar obras na Ecovias dos Imigrantes, orçadas em R\$ 328 milhões, que permitirão melhorar o tráfego de veículos na região.

—
Aquisição do Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi), que realiza operações portuárias e manuseio e armazenagem de cargas de exportação no Porto de Santos (SP).

2011

—
A EcoRodovias passa a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa, e conquista a certificação de todas as suas concessões nas normas internacionais NBR ISO 9001, NBR ISO 14001 e OHSAS 18001.

—
O Grupo também estabelece um consórcio estratégico com a empresa alemã Fraport AG, preparando-se para participar de futuros leilões de ativos aeroportuários.



Elog Cubatão



2

2013

—
marca o segundo ano da EcoRodovias listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

2010

—
foi o ano de ingresso da EcoRodovias no Novo Mercado, da BM&FBovespa.

Três

—
comitês estatutários assessoram o Conselho de Administração.

Governança corporativa



Governança corporativa

[GRI 1.2, 4.1, 4.2, 4.5, 4.7, 4.9, 4.10 E 4.17]

O Grupo EcoRodovias continua comprometido em adotar as melhores práticas de governança corporativa.

Com a eficiência e a transparência de sua gestão, além do propósito de criar valor aos acionistas, a Companhia entende que adotar boas práticas de gestão contribui para o sucesso e a prosperidade do negócio em longo prazo.

A governança tem sido conduzida, interna e externamente, por princípios éticos de transparência, equidade, justiça e respeito a todos os públicos de relacionamento da Companhia, valores que motivam a permanente prestação de contas do desempenho financeiro e das ações socioambientais promovidas pela Organização.

A estrutura de governança é formada pelo Conselho de Administração, que conta com a assessoria de três comitês estatutários - de Auditoria, de Gestão de Pessoas e de Governança -, além de outros dois não estatutários: de Ética e de Sustentabilidade. Por sua vez, a Diretoria Executiva não mantém vínculos com acionistas controladores e exerce uma gestão profissionalizada e compartilhada na busca de consenso entre os seus membros, reforçando o conceito de órgão com decisões colegiadas.

O Grupo EcoRodovias está listado no Novo Mercado, da BM&FBovespa, desde 2010, segmento que representa as empresas com as melhores práticas de gestão e estabelece regras para a estrutura de governança e os direitos dos acionistas. Os principais requisitos para integrar o grupo de empresas nesse nível de governança são: garantir aos investidores minoritários as mesmas vantagens dos majoritários, por ocasião dos fechamentos de negócios; possuir capital formado por ações ordinárias com direito a voto; e divulgar balanços mais completos trimestralmente, com os dados financeiros consolidados por auditores independentes.

Nesse contexto, a Companhia também segue algumas práticas recomendadas pelo *Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa*, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), destacando-se:

- Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração;
- transparência na divulgação dos resultados;



Ecosul

- cargos de presidente do Conselho de Administração e do principal executivo ocupados por pessoas diferentes;
- contar com conselheiros independentes no Conselho de Administração;
- contratação de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros;
- utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários;
- política de divulgação de informações e manutenção de sigilo.

Para revisar seus controles internos, a EcoRodovias contou, em 2012, com apoio da Deloitte Auditores Independentes, que verificou e consolidou todas as informações trimestrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, auditou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, segundo as normas da International Financial Reporting

O Novo Mercado, da BM&FBovespa, representa as empresas com as melhores práticas de gestão e prevê regras para a governança e os direitos dos acionistas.

Standards (IFRS). A auditoria também auxilia a Companhia a manter a eficiência nos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de *compliance*, atuando como um órgão independente, cujos processos são aprovados pelo Comitê de Auditoria e levados ao Conselho de Administração.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) mantém uma postura independente, tratando com prioridade o interesse dos acionistas e o impacto de suas decisões sobre os *stakeholders*. Atuando com base no princípio de equidade, de prestação de contas, de transparência e de justiça, também define a orientação geral dos negócios, aprova planos e metas, estabelece diretrizes específicas a serem adotadas, acompanha o desempenho empresarial do Sistema EcoRodovias e supervisiona a Diretoria Executiva.

Em 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração era composto de oito membros, sendo dois independentes, representando os acionistas minoritários do Grupo, eleitos para um mandato de dois anos, com direito à reeleição (*ver quadro*). Eles se reúnem a cada dois meses, ou extraordinariamente, sempre que necessário.

O presidente do CA, Marco Antonio Cassou, não integra a Diretoria Executiva, como recomendam as melhores práticas de governança corporativa. [GRI 4.2]

De acordo com o Estatuto Social da EcoRodovias, cabe ao Conselho de Administração:

- Fixar as diretrizes estratégicas do negócio;
- Decidir sobre as questões mais relevantes;
- Appreciar e aprovar (ou não) propostas e questões sobre o negócio;
- Discutir as recomendações propostas pelos Comitês de Auditoria, de Governança e de Gestão de Pessoas, aprovando-as ou não.

Para aumentar a eficácia de suas ações, o Conselho de Administração analisa seu desempenho com base em um questionário de autoavaliação preenchido por todos os seus integrantes. Os resultados são discutidos posteriormente pelos conselheiros, encarregados de elaborar planos e estratégias de ação, com o objetivo de solucionar as deficiências identificadas durante o processo.

Por sua vez, os comitês consistem em órgãos não deliberativos que têm como função debater, acompanhar e recomendar ao Conselho de Administração a aprovação de assuntos de sua competência. Na prática, atuam como fórum de discussão focada no amadurecimento e alinhamento das propostas, contribuindo para dar consistência aos processos decisórios e melhorar a qualidade das decisões.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - COMPOSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 [GRI 4.2 E 4.3]

Marco Antonio Cassou	Presidente
César Beltrão Almeida	Conselheiro efetivo
João Alberto Gomes Bernacchio	Conselheiro efetivo
Massimo Villa*	Conselheiro efetivo
Gianfranco Catrini*	Conselheiro suplente
Francisco Henrique Passos Fernandes*	Conselheiro suplente
Carlos César da Silva Souza	Conselheiro independente
Geraldo José Carbone	Conselheiro independente

*Conselheiros que deixaram de fazer parte do Conselho de Administração em 25/04/13. Nessa data, passaram a integrá-lo os senhores Eduardo Bunker Gentil (conselheiro efetivo), Eros Gradowski Junior e Belmiro Valverde Jobim Castor (conselheiros suplentes).

Comitês do Conselho de Administração

COMITÊ DE AUDITORIA

Atua para garantir que os negócios sejam conduzidos de acordo com as melhores práticas de governança das leis vigentes, dos princípios éticos e dos controles internos; acompanha a elaboração das demonstrações financeiras; e avalia as atividades da auditoria independente.

COMITÊ DE GESTÃO DE PESSOAS

Propõe ao Conselho de Administração metas de desempenho aos membros das diretorias; analisa e submete propostas referentes à designação de novos conselheiros independentes e membros da diretoria; acompanha e avalia o processo de planejamento sucessório das posições-chave e a eficácia do processo de retenção de talentos na Companhia.

COMITÊ DE ÉTICA

Composto de dois membros do Conselho de Administração e outro designado pela Diretoria, atua na gestão e disseminação do Código de Conduta Empresarial, bem como de sua revisão; apura e conduz, em absoluto sigilo, denúncias e comentários que podem ser encaminhados por meio de três canais de comunicação:

Site <www.ecorodovias.com.br>

E-mail <comitedeetica@ecorodovias.com.br>

Caixa postal

29226-5, CEP 04561-004, São Paulo – SP

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE CORPORATIVO

Avalia e propõe programas e projetos socioambientais; discute a atualização das políticas e diretrizes corporativas no tema. Além disso, aprova os projetos socioambientais elaborados nas unidades de negócio, visando ao alinhamento dos valores do Grupo, e toma decisões sobre a destinação dos recursos oriundos das leis de incentivo fiscal para projetos socioambientais.

COMITÊ DE GOVERNANÇA

Acompanha e propõe melhorias, visando ao bom funcionamento do modelo de governança corporativa; coordena a autoavaliação periódica do Conselho de Administração e apoia o Comitê de Gestão de Pessoas, nos processos de escolha e integração de novos conselheiros.

INICIATIVAS ANTICORRUPÇÃO [S02, S03 E S04]

O Código de Conduta Empresarial do Grupo EcoRodovias prevê como práticas inaceitáveis o pagamento ou recebimento de propinas, bem como a aceitação de brindes, presentes ou favores de natureza não promocional, que desrespeitem as melhores práticas legais e morais, com vista à obtenção ou concessão de privilégios indevidos. Todas as unidades de negócio tratam do tema com base no Código de Conduta. A violação ao código pode expor o infrator a acusação civil ou criminal ou, ainda, a ações disciplinares, incluindo a rescisão do contrato de trabalho.

Ao longo de 2012, 1.676 colaboradores (entre eles, 94 gestores) passaram por treinamentos internos que abordaram o tema corrupção, bem como as medidas preventivas e de combate a atos ilegais no ambiente de trabalho.

A despeito das práticas corporativas e de medidas concretas anticorrupção adotadas pelo Grupo, seis funcionários foram demitidos em 2012 pela Ecovias dos Imigrantes, em razão de terem apresentado má conduta no ambiente de trabalho.

As atividades de todas as concessionárias são verificadas regularmente por uma auditoria externa. Diante de denúncias e/ou suspeitas de qualquer irregularidade, essa auditoria instaura processos de sindicância internos para apurar os fatos e eventuais atos de corrupção.

Além das auditorias externas, algumas cabines de arrecadação de pedágios possuem câmeras de monitoração. Há ainda um sistema de validação da classificação dos veículos que trafegam pelas praças, acionado por meio de sensores (de solo e óticos) e câmeras de vídeo especializadas.

Diretoria Executiva



Cinco

—
diretores estatutários integram a Diretoria Executiva, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos.

Cinco diretores estatutários compõem a Diretoria Executiva do Grupo, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos. Em 2012, Marcello Guidotti, que ocupava o cargo de diretor de Finanças, assumiu também a Diretoria de Relações com Investidores (RI). Por sua vez, Luiz Cesar Lindgren Costa, especialista no setor de infraestrutura logística, foi nomeado diretor de Desenvolvimento de Negócios, substituindo Dario Rais Lopes, que migrou para a assessoria de aeroportos, a nova área criada pela EcoRodovias para prospecção e estudos do setor aeroportuário.

Os dirigentes, que se reúnem semanalmente, buscam, em seu escopo de trabalho, priorizar o consenso de ideias, reforçando o espírito de equipe e o conceito de órgão colegiado na tomada de decisões. Entre as principais funções da Diretoria Executiva estão:

- propor iniciativas e políticas ao Conselho de Administração da EcoRodovias e aos conselhos de suas controladas diretas e indiretas, com o objetivo de assegurar a unidade de conceitos e as práticas comuns, no âmbito do Sistema EcoRodovias;
- adotar a estratégia definida pelo Conselho de Administração.

DIRETORIA EXECUTIVA - COMPOSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Marcelino Rafart de Seras	Diretor-presidente
Federico Botto	Vice-presidente executivo
Marcello Guidotti	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Luiz Cesar Lindgren Costa	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Luis Augusto de Camargo Opice*	Diretor de Logística

—
*O diretor deixou a Diretoria Executiva em 26/04/13. Nessa data, passaram a integrá-la: Claudio da Costa (diretor de Gestão de Pessoas) e Marcelo Lucon (diretor Jurídico).

Comitês da Diretoria Executiva

COMITÊ DE GESTÃO POR PROCESSOS

Estabelece a gestão por processos na Organização, alinhando-os às demais iniciativas corporativas; recomenda projetos de melhorias e pauta o escopo de trabalho do Núcleo de Gestão por Processos (NGP).

COMITÊ EXECUTIVO PARA GERENCIAMENTO DE RISCOS, COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS

Subordinado ao Comitê de Auditoria, tem como atribuições identificar, avaliar e monitorar de forma contínua os riscos, a eficácia de controles internos e eventuais não conformidades; com o objetivo de conectar a gestão de riscos, *compliance* e controles internos ao cotidiano, também apoia as tomadas de decisão mais difíceis e complexas do Grupo.

COMITÊ DE TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Executa e propõe políticas e diretrizes nessa área; implanta regras de segurança da informação e novos sistemas de TI, com o objetivo de consolidar uma cultura de uso seguro e eficaz em todas as áreas na Companhia.

COMITÊ DE CONTROLE E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES

Segue as práticas reunidas no Manual da Associação Brasileira de Empresas de Capital Aberto (Abrasca), que tratam do controle e da divulgação de informações relevantes; capacita administradores e colaboradores sobre o tema, cria mecanismos para evitar a divulgação de assuntos confidenciais e faz a gestão de informações privilegiadas.

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE DAS UNIDADES DE NEGÓCIO

Divulga a cultura corporativa de gestão socialmente responsável e realiza a interlocução com diferentes *stakeholders*, com o objetivo de propor e executar novas políticas de melhoria da gestão; facilita o processo interno para a adoção do modelo de relato da Global Reporting Initiative (GRI); e avalia, sugere, executa e monitora programas e projetos de responsabilidade social.

COMITÊ DE ESTRATÉGIA E GESTÃO

Tem por objetivo estabelecer as diretrizes estratégicas definidas pelos membros da Diretoria Executiva, diretores e gerências; analisa os diagnósticos apresentados nas reuniões sobre indicadores econômico-financeiros e não financeiros; estimula o debate sobre as adequações necessárias à gestão da Companhia.

Os comitês recomendam ao Conselho de Administração a aprovação de assuntos de sua competência, contribuindo para melhorar a qualidade das decisões.

Os currículos dos integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos comitês estão disponíveis no site <www.ecorodovias.com.br/ri>, no tópico Governança Corporativa, item Diretoria e Conselho de Administração.

Sistema de Gestão Integrado

As concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias possuem indicadores para monitorar, no decorrer do ano, o atendimento aos requisitos das normas internacionais NBR ISO 9001 (qualidade), NBR ISO 14001 (gestão ambiental) e OHSAS 18001 (segurança, higiene e saúde ocupacional), além do atendimento aos requisitos legais referentes ao meio ambiente e à segurança do trabalho.

Os indicadores são apurados, mensalmente, pelas Coordenadorias de Sustentabilidade, localizadas em cada uma das unidades de negócio. De posse das informações, as coordenadorias planejam e desenvolvem ações para garantir a melhoria contínua nos processos.

Políticas corporativas

O Grupo EcoRodovias atua com base em uma série de políticas corporativas que formalizam os compromissos da Companhia em relação à ética nos negócios e à transparência nos relacionamentos com *stakeholders*. A seguir, as principais.

Política Financeira - as diretrizes e o plano diretor financeiro orientam as atividades da área referentes às decisões e às avaliações, aos investimentos, à gestão e ao capital de giro.

Política de Divulgação - oferece ao mercado, à imprensa e aos demais interessados os mais altos padrões de transparência e confiabilidade na divulgação de fatos relevantes.

Política para Transações com Partes Relacionadas - estabelece e divulga critérios para a contratação de partes relacionadas para execução de obras,



Ecovias

serviços e fornecimento de materiais e insumos que compõem os programas de investimentos e conservação especial, correspondentes às suas controladas ou unidades de negócio. Trata-se da diretriz responsável por realizar as contratações, observando as condições e as práticas de mercado. Assim, visa assegurar que todas as decisões envolvendo terceiros considerem os interesses da EcoRodovias e de seus acionistas.

Política de Distribuição de Dividendos – determina a distribuição anual de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado da Companhia, calculado com base no artigo 189 da Lei n.º 6.404/76 das Sociedades por Ações, na forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Diretrizes de Sustentabilidade – organizadas e divididas em oito temas que norteiam as atividades do Grupo, com as seguintes premissas:

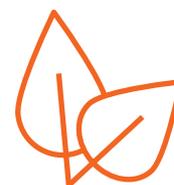
1 Qualidade operar o sistema de gestão norteado pela NBR ISO 9001, atendendo às necessidades das unidades de negócio. Garantir que todos os colaboradores estejam devidamente capacita-

dos para execução de suas atividades. Promover um ambiente de trabalho adequado que atenda às necessidades dos clientes, entre outras atribuições.

2 Gestão por processos gerenciar o negócio por meio de processos que compõem a Companhia, propiciando uma visão integrada de diversas áreas. Indicadores específicos acompanham os processos, elaborados e validados por seus respectivos gestores e responsáveis. São periodicamente avaliados por auditorias específicas.

3 Meio ambiente implantar e operar um sistema de gestão, norteado pela NBR ISO 14001, que atenda às necessidades das unidades de negócio; primar pela economia de recursos naturais, por meio de programas e campanhas; realizar manutenções e testes nos equipamentos, com o intuito de diminuir a emissão de poluentes, entre outras **responsabilidades**.

4 Mudanças climáticas planejar e executar ações que reduzam as emissões de gases de efeito estufa (GEE) pelas atividades da Companhia;



Oito

— segmentos da área de sustentabilidade estão descritos em suas diretrizes para nortear as atividades do Grupo EcoRodovias.

fomentar o desenvolvimento de projetos internos que visem à eficiência energética; garantir o uso de combustíveis limpos/renováveis nas operações do Grupo e dos prestadores de serviço; manter áreas de preservação permanente em localidades próprias ou adjacentes às operações da EcoRodovias etc.

5 Responsabilidade social estabelecer e manter diretrizes relacionadas a direitos humanos, ética, combate à corrupção, relação com fornecedores e valorização da diversidade.

6 Segurança no trabalho implantar e operar um sistema de gestão norteado pela OHSAS 18001 que atenda às necessidades das unidades de negócio; garantir que todos os colaboradores e prestadores de serviço conheçam e cumpram as normas internas do Grupo relativas à segurança do trabalho, entre outras atribuições.

7 Ouvidoria garantir o acolhimento de reclamações e sugestões dos públicos de interesse; contribuir para o fortalecimento da cidadania e da transparência; assegurar que as ouvidorias das unidades sejam acessíveis a todos os públicos de interesse e pratiquem a confidencialidade e o sigilo, entre outras atribuições.

8 Conflito de interesses minimizar possíveis focos de conflitos de interesses, prezando pela separação de funções e definição clara de papéis e responsabilidades associadas aos mandatos de todos os agentes de governança.

—
*Para saber mais sobre as Diretrizes de Sustentabilidade, acesse: <www.ecorodovias.com.br>.

Gestão de riscos

[GRI 1.2 E 4.11]

A gestão de riscos representa um aspecto fundamental para o crescimento sustentável dos negócios do Grupo EcoRodovias. A Companhia dispõe de diversas metodologias e ferramentas para identificar, avaliar, abrandar e monitorar os riscos, seguindo uma filosofia de negócios baseada em uma visão integrada de governança, de gestão de riscos e de *compliance*.

O processo de gestão de riscos está alinhado às diretrizes do Caderno de Riscos do IBGC e à norma internacional ISO 31000. As duas referências trazem orientações e tratam de princípios e melhores práticas na gestão de riscos corporativos.

Na EcoRodovias, o gerenciamento de riscos configura um processo contínuo e transversal, conduzido por profissionais em todos os níveis, com a missão de identificar e administrar eventos em potencial, cuja ocorrência possa afetar os negócios do Grupo. Tal processo é abrangente e busca incorporá-lo no planejamento estratégico e na gestão por processos e de projetos da Companhia de forma pertinente, eficaz e eficiente.

A abordagem da gestão de riscos na EcoRodovias orienta-se pela ideia de que a origem dos riscos pode estar relacionada a questões de natureza estratégica, operacional ou financeira. A classificação segundo a natureza permite a agregação dos riscos em razão das causas (internas ou externas) e pela responsabilidade de gestão (*holding* e unidades de negócio). Já a classificação segundo o tipo identificado visa assegurar uma linguagem comum de riscos dentro da Companhia.

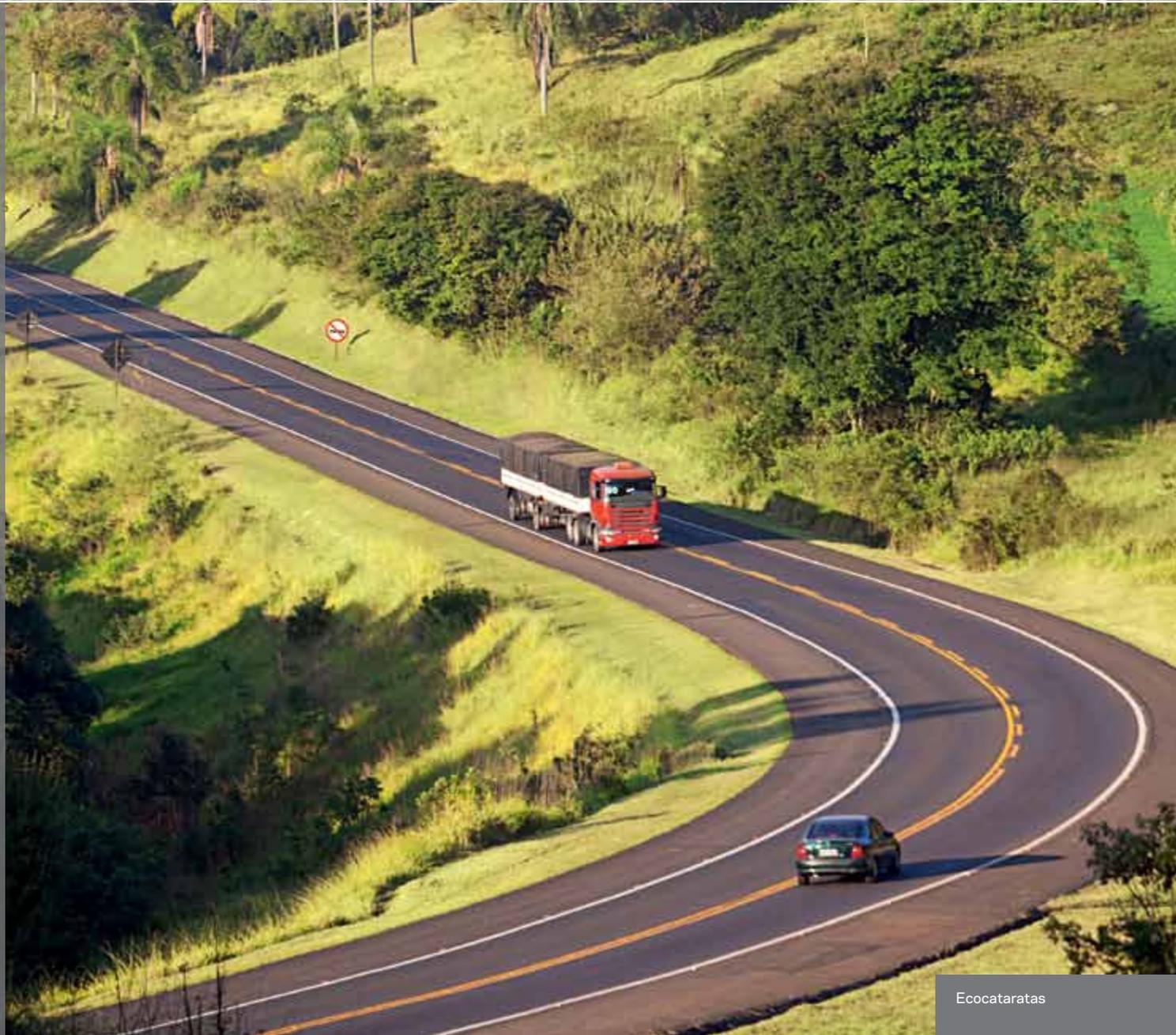
Os **riscos estratégicos**, associados à tomada de decisão pela alta administração, podem trazer uma perda maior ao valor econômico na Companhia. São gerenciados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, com o apoio de seus comitês. Por sua vez, os **riscos financeiros** (mercado, crédito e liquidez) são associados à exposição das operações financeiras da Companhia. Trata-se do risco de que os fluxos de caixa não sejam administrados efetivamente para maximizar a geração de caixa operacional, gerenciar os riscos e retornos específicos das transações financeiras e captar e aplicar recursos financeiros conforme as políticas estabelecidas. São gerenciados pela Diretoria Financeira, com o apoio das gerências Financeira e de Planejamento Estratégico. Já os **riscos operacionais** estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de ativos, de clientes e de receitas) resultantes de falhas, fraudes, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos (catástrofes naturais, greves e atos terroristas).

Em geral, os riscos operacionais acarretam redução, degradação ou interrupção (total ou parcial) das atividades, com impacto negativo à reputação da empresa, além de potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais. Nesse caso, são gerenciados pelos respectivos gestores dos processos.

NATUREZA E PRINCIPAIS TIPOS DE RISCO

CLASSIFICAÇÃO	NATUREZA	TIPO
1	Estratégica	Ambientais
2	Estratégica	Competitividade
3	Estratégica	Econômicos
4	Estratégica	Novos negócios
5	Estratégica	Políticos e legais
6	Estratégica	Reputacionais
7	Estratégica	Setoriais e regulatórios
8	Estratégica	Sociais
9	Estratégica	Societários
10	Operacional	Infraestrutura física
11	Operacional	Processos
12	Operacional	Recursos humanos
13	Operacional	Recursos tecnológicos
14	Financeira	Crédito
15	Financeira	Liquidez
16	Financeira	Mercado

A EcoRodovias adota diversas metodologias para monitorar os riscos, seguindo uma filosofia integrada entre governança, gestão de riscos e *compliance*.



3

86,7%

—
dos usuários avaliam positivamente as vias concedidas*.

R\$ 370 bi

—
é o investimento previsto pelo governo federal para concessões em transportes, nos próximos 30 anos.

475,9 km

—
da BR-101 serão administrados por 25 anos pela ECO-101.

Cenário e estratégia



—
*16.ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias.

Cenário e estratégia

A expectativa do setor é que as mudanças previstas no modelo de concessões rodoviárias favoreçam novos negócios e permitam melhorar ainda mais as condições de tráfego nas estradas.

As operadoras de concessões rodoviárias vislumbram um ambiente de negócios promissor, para os próximos anos, no Brasil*. Nesse cenário, o governo federal anunciou regras inéditas para futuras concessões, com o propósito de tornar os leilões mais atrativos ao setor privado. No início de 2013, as datas dos leilões das rodovias BR-116 e BR-040, por exemplo, foram adiadas para que os respectivos editais pudessem ser aprimorados, visando assegurar maior rentabilidade aos investidores.

A expectativa é que as mudanças no modelo de concessões rodoviárias favoreçam novas oportunidades de negócio e permitam melhorar ainda mais as condições gerais de tráfego nas estradas. A 16.^a edição da Pesquisa CNT de Rodovias** mostra que 86,7% dos usuários têm uma avaliação positiva das vias concedidas.

Outro aspecto positivo é a previsão de crescimento tanto da produção industrial quanto agrícola em 2013, o que, na dinâmica da economia, deverá se refletir no aumento do tráfego de veículos pe-

sados nas estradas. O movimento de automóveis também se manterá elevado, sobretudo em razão dos estímulos à produção e ao consumo, concedidos pelo governo, ao setor automobilístico.

Ao mesmo tempo, prosseguem os investimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com grande participação do setor de transportes, cujo ritmo das obras tende a se intensificar, tendo em vista os grandes eventos esportivos que terão sede no Brasil – a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 –, devendo movimentar significativamente toda a economia nacional.

Na área de transportes rodoviário, ferroviário e aeroportuário (exceto o trem de alta velocidade – TAV, no trajeto entre Campinas e Rio de Janeiro), os investimentos previstos pelo governo federal em contratos de concessão são da ordem de R\$ 370 bilhões, nos próximos 30 anos (mesmo prazo dos contratos), e mais da metade dessa cifra está prevista para ser desembolsada logo nos primeiros cinco anos.



Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi)

Aliado às expectativas positivas, também estão previstos aumentos para a movimentação de cargas nos portos – área do mais recente empreendimento da EcoRodovias, o Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi). Além disso, são aguardados novos leilões de concessão no setor aeroportuário, outro segmento estratégico incorporado à pauta de investimentos do Grupo. Em março de 2013, os acionistas aprovaram a inclusão dos negócios de exploração de infraestrutura aeroportuária no estatuto social da Companhia.

Solidez e rentabilidade [GRI 1.1]

A EcoRodovias almeja consolidar suas operações para se posicionar como a melhor companhia de infraestrutura logística intermodal do Brasil. Com o desafio de alcançar tal objetivo, a Companhia mantém o foco de seu planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável, na solidez e disciplina financeira e na rentabilidade das empresas controladas, com a realização de projetos, em médio e longo prazo. O Grupo conta com o apoio e a gestão de uma liderança qualificada, com conduta alinhada aos valores corporativos, no direcionamento de suas ações.

Os serviços da EcoRodovias estão distribuídos pelos principais corredores de turismo e de comércio exterior, conectando-se a importantes áreas de tráfego de transporte multimodal, localizadas nas regiões Sul e Sudeste: São Sebastião, Santos, Paranaguá, Rio Grande e a Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina).

*Análise da Tendências Consultoria Integrada, responsável pelo cálculo mensal do indicador de movimento nas rodovias (Índice ABCR de atividade).

**A pesquisa, divulgada no final de 2012, percorreu quase 96 mil quilômetros de estradas pavimentadas federais e estaduais e corredores rodoviários.

O Grupo planeja aumentar sua participação em novas áreas de negócios – principalmente nos setores rodoviário e portuário, além do segmento aeroportuário –, marcando presença em novos leilões, que deverão ocorrer ao longo de 2013. A Companhia também pretende aumentar a atuação no segmento de infraestrutura logística, adquirir ativos logísticos integrados às suas concessões rodoviárias e realizar novas parcerias que se integrem e sejam sinérgicas à sua estrutura de negócios.

No planejamento estratégico de curto prazo, a Companhia decidiu aumentar sua presença em futuros leilões de concessões estaduais e federais, sem descartar eventuais parcerias com outras empresas, para assegurar excelência à gestão de novos negócios. Sob esse aspecto, o compromisso é manter os investimentos com disciplina de capital e uma estrutura de governança que garanta rentabilidade aos acionistas e retorno aos investidores.

A aquisição do Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi), localizado à margem direita do Porto de Santos (SP), que marcou a entrada da EcoRodovias no setor portuário, confirma tal estratégia.

O negócio, um dos destaques do exercício de 2012, firmado no mês de maio, possibilitou uma maior sinergia ao trabalho logístico da Companhia, complementando os serviços prestados pela Elog.

No setor de rodovias, outra conquista importante, que demonstra o alto potencial de desenvolvimento da infraestrutura logística da EcoRodovias, foi a classificação em primeiro lugar no leilão de concessão do trecho de 475,9 quilômetros da BR-101, principal eixo de integração Norte-Sul no estado do Espírito Santo. A concessão prevê recuperação, conservação, manutenção, operação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade dessa parte da via.

LICITAÇÃO DA BR-101

O contrato de concessão da licitação 001/2011 BR-101 ES/BA, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), foi assinado em 17 de abril de 2013 pelo Consórcio Rodovia da Vitória, formado pela EcoRodovias e a SBS Engenharia. A assinatura se deu em seguida à decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que suspendeu a liminar que impedia, havia mais de um ano, a concretização do negócio.



Elog Cubatão

A Concessionária de Rodovias S.A., ou ECO-101, a nova empresa do Grupo, constituída em 22 de março de 2012 (logo após o leilão de licitação do trecho, realizado em 18 de janeiro), está autorizada a assumir a concessão para administrar os 475,9 quilômetros licitados, incluindo os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho, pelo prazo de 25 anos, a contar da data de assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, a ser celebrado entre a ANTT, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a ECO-101 em até 30 dias após a data da publicação do extrato do Contrato de Concessão no Diário Oficial da União (DOU).

Ao longo dos 25 anos de concessão, os investimentos no trecho agora finalmente transferido à administração da ECO-101 deverão alcançar a cifra de R\$ 2,7 bilhões. A EcoRodovias poderá cobrar pedágio um ano depois de assumir a concessão da BR-101. Nesse período, terá de iniciar as primeiras obras de recuperação da rodovia.

O trecho licitado localiza-se entre a divisa dos estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo e o entroncamento da BA-698, no acesso ao município de Mucuri (BA). Caso o tráfego de veículos na via aumente acima dos níveis projetados no atual contrato, os investimentos previstos deverão ser antecipados.

FOCO EM QUALIDADE E MEIO AMBIENTE

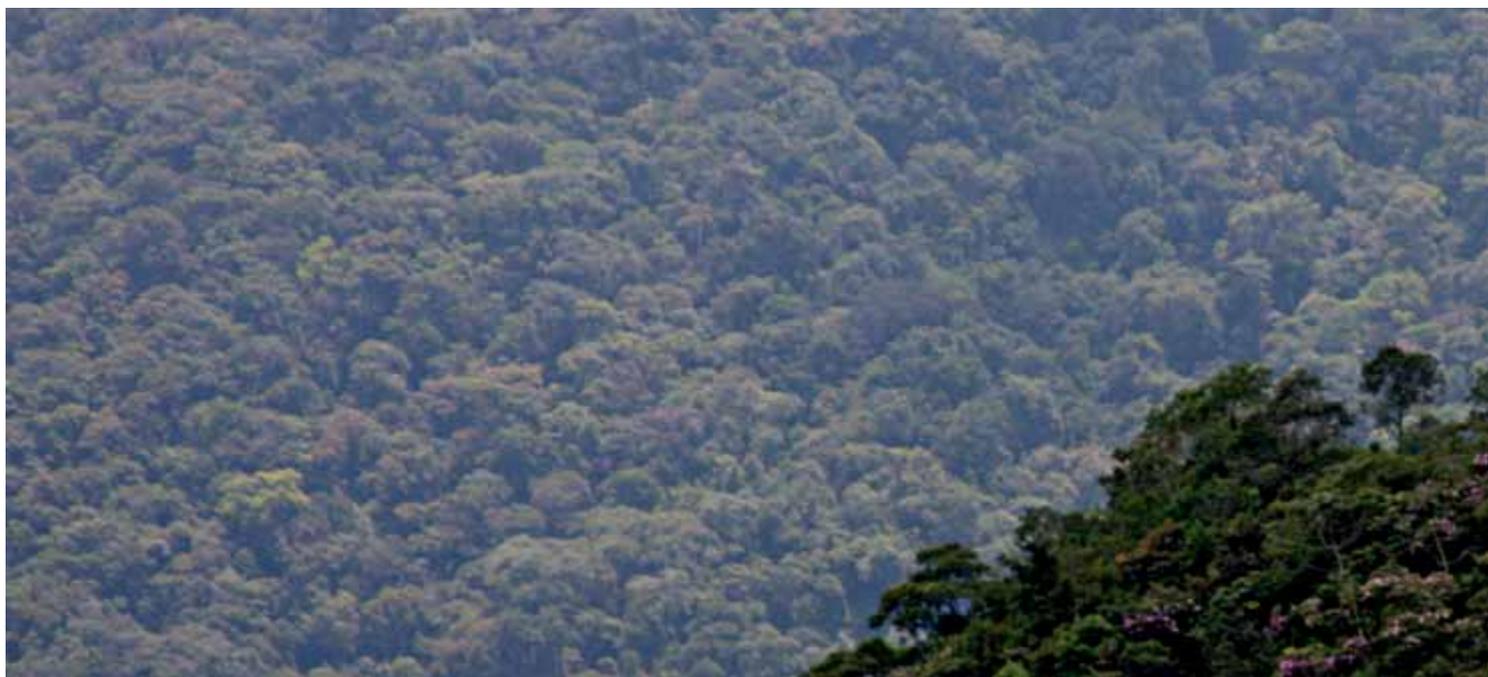
Manter o padrão de qualidade dos serviços das concessionárias representa uma grande preocupação da EcoRodovias, prevista, inclusive, em seu planejamento estratégico. O Grupo realiza melhorias contínuas de infraestrutura e oferece soluções logísticas com o objetivo de eliminar gargalos e integrar atividades de terminais retroportuários e centros de distribuição, visando à redução de custos aos clientes.

Nas rodovias, os usuários são sempre informados sobre as condições de tráfego, por meio de *displays* luminosos, dispendo também de serviços médicos e mecânicos, áreas de descanso, higiene pessoal e campanhas educativas. Além disso, os canais de comunicação da Companhia são constantemente atualizados, ao longo do dia, com dados sobre o fluxo de veículos, entre outras informações relevantes para os motoristas.

O Grupo promove ainda iniciativas que visam ao desenvolvimento dos colaboradores, adotando programas que enfatizem o bem-estar, a qualidade de vida, a saúde, o aprimoramento profissional e o incentivo aos estudos.

A gestão da sustentabilidade tem sido praticada de forma transversal, da definição da estratégia ao início da operação, com comprometeros e metas incorporadas ao dia a dia das operações, destacando-se: a realização de programas de educação ambiental em escolas públicas, o reflorestamento com mudas nativas no entorno das vias administradas pela Companhia e o programa de redução de emissões dos gases de efeito estufa, entre outras iniciativas.

A EcoRodovias apoia projetos sociais e culturais, nas comunidades perto das rodovias, que têm contribuído para melhorar a qualidade de vida, a formação dos cidadãos e o desenvolvimento local.



O prefixo “Eco” da marca indica a importância do desenvolvimento sustentável para os negócios do Grupo EcoRodovias, que se reflete na estratégia de atuação e na conduta dos colaboradores.

IMAGEM E REPUTAÇÃO

Os principais ativos intangíveis do Grupo EcoRodovias são marca, imagem e capital intelectual, que agregam valores imensuráveis à Companhia, sendo de extrema importância ainda para assegurar a longevidade dos negócios.

A marca EcoRodovias constitui um dos maiores patrimônios do Grupo, que indica no prefixo “Eco” a importância do desenvolvimento sustentável para seus negócios. De fato, trata-se de uma preocupação estratégica, refletida também na conduta das lideranças e do conjunto de colaboradores, orientada pela ética, além de iniciativas de responsabilidade social, conscientização e preservação dos recursos naturais. O conjunto de ações conduzido pela Companhia tem sido alvo de uma gestão específica, com o objetivo de garantir idoneidade e reputação da marca e de sua imagem.

CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

Os colaboradores da EcoRodovias são responsáveis por estabelecer relações duradouras e valiosas com parceiros comerciais, fornecedores e clientes. Como forma de assegurar a eficiência e a qualidade nesses relacionamentos, a Companhia investe fortemente em capacitação e desenvolvimento de carreira, garante remuneração e benefícios compatíveis com os praticados no mercado, desenvolve ações focadas na qualidade de vida, na saúde e na segurança e realiza pesquisas de clima para acompanhar a satisfação do público interno.



Ecovia

FERRAMENTAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA

O Comitê de Estratégia e Gestão projeta e monitora o desempenho e os estudos sobre as atividades que direcionam as competências organizacionais, as ações e as tomadas de decisão. As reuniões acontecem a cada dois meses, com o objetivo de avaliar o alcance das metas, o desempenho e a evolução dos projetos.

GESTÃO POR PROCESSOS

O Núcleo de Gestão de Processos é responsável por alinhar as iniciativas corporativas, visando potencializar seus resultados de forma estruturada. Os processos de negócios são registrados nos documentos Especificação de Processo (EP) e monitorados por meio de indicadores.

ESTRATÉGIA CORPORATIVA

A metodologia Balanced Scorecard (BSC) estabelece os objetivos estratégicos da Companhia, as metas e os indicadores de desempenho. O planejamento estratégico, em curto e médio prazo, com foco na Missão, nos Valores e no Plano de Crescimento do Grupo, é revisado anualmente. Com base nos resultados obtidos, desenvolve-se o mapa estratégico, que indica os principais objetivos organizacionais, as metas corporativas, os projetos e as ações.

VALOR AGREGADO

O Valor Econômico Agregado (ou Economic Value Added – EVA) consiste em uma ferramenta de gestão utilizada para mensurar a criação de valor da Companhia. O objetivo é avaliar alternativas de estrutura de capital e de recursos aplicados e contribuir para o alinhamento da visão dos gestores nas tomadas de decisões.

CONFORMIDADE E CONTROLE

A gestão de *compliance* visa assegurar a adequação e o fortalecimento do ambiente de leis, regulamentos e normas (externas e internas), disseminando a cultura de controle, do Código de Conduta Empresarial e de boas práticas de governança. Assim, apoia a auditoria interna e monitora a adoção de itens que não estejam em conformidade com leis, políticas e procedimentos do Grupo, buscando ainda o fortalecimento dos negócios e a constante melhoria da imagem do Grupo EcoRodovias.



4

O balanço do desempenho* da EcoRodovias em 2012 mostra avanços significativos sobre 2011. Na variação anual, a receita líquida ajustada aumentou **29,7%**, os investimentos consolidados, **32,0%**, e as ações negociadas em bolsa, **24,0%**.

A EcoRodovias obteve receita líquida ajustada de **R\$ 2.110,6 milhões**, **29,7%** a mais que em 2011.

O EBITDA ajustado atingiu **R\$ 1.265,9 milhões** em 2012, com margem ajustada de **60%**.

No final de 2012 e início de 2013, a Impregilo International Infrastructures N.V. – acionista majoritário – alienou sua participação na EcoRodovias, passando **19%** à Primav Construções e Comércio S.A. e o restante ao mercado em bolsa. A Primav passou a deter **64%** das ações da EcoRodovias (os **36%** restantes estão no mercado de capitais).



Desempenho econômico-financeiro

*A consolidação dos resultados financeiros de 2012 do Grupo EcoRodovias foi elaborada com base nas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Assim, os efeitos contábeis são apresentados nas notas explicativas.

Novos avanços no balanço anual de 2012

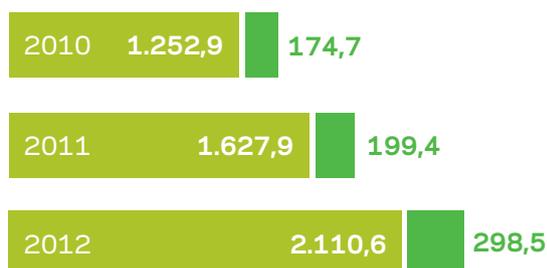
O EBITDA consolidado somou R\$ 1.190,8 milhões, com margem de 49,4%. Já o EBITDA consolidado ajustado foi de R\$ 1.265,9 milhões, com margem ajustada de 60%.

RECEITA MAIOR

A receita líquida consolidada pela EcoRodovias atingiu R\$ 2.110,6 milhões em 2012, resultado 29,7% superior ao de 2011. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$ 248,0 milhões no período, representando 10,5% do total da receita bruta, sempre excluída a receita de construção. Se esta for considerada no cálculo, a receita líquida passa para R\$ 2.409,1 milhões, sendo 31,8% superior à registrada no ano anterior.

EVOLUÇÃO DA RECEITA ANUAL

(R\$ MILHÕES)



RECEITA LÍQUIDA
RECEITA DE CONSTRUÇÃO

CUSTOS OPERACIONAIS E

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2012, os custos e as despesas consolidados atingiram R\$ 1.505,3 milhões, 44,9% acima do registrado em 2011 (R\$ 1.038,9 milhões). Excluídos os custos de construção de obras e provisão para manutenção decorrentes da aplicação do ICPC-01, a cifra cai a R\$ 1.131,7 milhões, mas é 49,1% superior aos R\$ 759,2 milhões de 2011.

Os principais fatores que influenciaram tais resultados foram: a consolidação das empresas do Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi); os custos de contratação de consultoria para a campanha educacional abordando a segurança no trânsito; o custo de construção de obras, ambas decorrentes da aplicação das normas do IFRS/ICPC; custos com pessoal, principalmente pelo reajuste salarial (data-base); e o aumento das depreciações e amortizações em razão da maior base de ativos nos segmentos de concessões rodoviárias e logística.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (R\$ MILHÕES)

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	2011	2012	VARIAÇÃO
Pessoal	212,4	326,6	53,8%
Conservação e manutenção	69,7	63,5	- 8,9%
Serviços de terceiros	143,8	299,2	108,1%
Seguros, poder concedente e locações	103,8	112,0	7,9%
Depreciação/Amortização	168,2	237,4	41,1%
Provisão para manutenção	80,3	75,1	- 6,5%
Custo de construção de obras	199,4	298,5	49,7%
Outros	61,3	93,0	51,7%
Consolidado EcoRodovias	1.038,9	1.505,3	44,9%
Consolidado - exceto custo de construção de obras e provisão para manutenção	759,2	1.131,7	49,1%

EBITDA CONSOLIDADO

O EBITDA consolidado (pelas normas do IFRS) foi de R\$ 1.190,8 milhões em 2012, com margem de 49,4%. Já o EBITDA consolidado ajustado alcançou R\$ 1.265,9 milhões e margem ajustada de 60,0%. Nesse caso, o cálculo desconsidera as contas de receita e o custo de construção e provisão para manutenção, introduzidas pelas regras internacionais.

A redução da margem EBITDA em 2012 deve-se, principalmente, à consolidação do Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi), que possui menor margem operacional quando comparada com o segmento de concessões rodoviárias.

EVOLUÇÃO DO EBITDA

(R\$ MILHÕES)



MARGEM EBITDA

(%)




10,2%

—
foi o aumento anual do lucro líquido do Grupo EcoRodovias em 2012.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO - 2011/2012 (R\$ MILHÕES)

	2011	2012	VARIAÇÃO
Juros sobre debêntures	(153,8)	(154,7)	0,6%
Juros sobre financiamentos	(34,2)	(65,3)	90,9%
Varição monetária - debêntures e financiamentos	(43,6)	(58,4)	33,9%
Varição monetária - direito de outorga	(9,5)	(9,8)	3,2%
Receitas de aplicações financeiras	95,6	60,9	- 36,3%
Ajuste a valor presente ICPC-01*	(16,3)	(11,4)	- 30,1%
Outros efeitos financeiros	(21,2)	(26,3)	24,1%
Consolidado	(183,1)	(265,0)	44,7%

*Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou R\$ 265 milhões em 2012, sendo 44,7% superior ao registrado em 2011. A variação deve-se, basicamente, ao pré-pagamento da 1.ª, 2.ª e 3.ª séries da Primeira Emissão de Debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços e ao pré-pagamento da Primeira Emissão de Debêntures e financiamento com o BNDES da Elog.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2012, o Grupo EcoRodovias obteve lucro líquido de R\$ 422,1 milhões, resultado 10,2% superior aos R\$ 383,1 milhões contabilizados em 2011.

CAIXA E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

O exercício de 2012 terminou com um saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R\$ 1.026,1 milhões. A dívida bruta atingiu R\$ 3.284,4 milhões, em 31 de dezembro de 2012, registrando aumento de 124,9% na dívida líquida, quando comparada à de igual período de 2011.

Os principais fatores que contribuíram para o aumento do saldo da dívida financeira foram:

- Emissão de debêntures no valor de R\$ 300 milhões pela Elog (participação EcoRodovias: R\$ 240 milhões);
- Emissão de debêntures da Ecoporto (R\$ 600 milhões);
- Emissão de debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços (R\$ 800 milhões);
- Notas promissórias da EcoRodovias Infraestrutura e Logística (R\$ 550 milhões).

Já a redução do saldo da dívida financeira foi favorecida pelos seguintes acontecimentos:

- Pré-pagamento da Primeira Emissão de Debêntures da Elog, no valor de R\$ 170 milhões (participação da EcoRodovias: R\$ 136,0 milhões) e empréstimo com o BNDES de R\$ 43,7 milhões (participação da EcoRodovias: R\$ 35,9 milhões);
- Pré-pagamento de R\$ 366,6 milhões da Primeira Emissão de Debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços.



44,9%

foi o aumento dos custos e das despesas consolidadas em 2012 em relação a 2011.

PERFIL E EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO - 2011/2012 (R\$ MILHÕES)

	2011	2012	VARIAÇÃO
Curto prazo	541,7	1.012,4	86,9%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento	163,1	805,3	393,7%
Debêntures	378,6	207,1	- 45,3%
Longo prazo	1.134,4	2.272,0	100,3%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento	189,8	164,4	- 13,4
Debêntures	944,6	2.107,6	123,1%
Endividamento bruto	1.676,1	3.284,4	96,0%
Caixa e equivalentes de caixa	671,8	1.026,1	52,7%
Endividamento líquido	1.004,3	2.258,3	124,9%

INVESTIMENTOS CRESCEM

Os investimentos consolidados pela EcoRodovias em 2012 alcançaram R\$ 503,6 milhões, 32% acima do total registrado em 2011.

No setor de concessões rodoviárias, os investimentos totalizaram R\$ 409,9 milhões, 44,9% acima do total desembolsado em 2011. Os recursos destinaram-se, principalmente, a obras de melhorias e ampliações das vias (35,3%), pavimentação e conservação especial (42%), investimentos em *hardware* e equipamentos de pedágio, outras obras em andamento e melhorias nas sinalizações e dispositivos de segurança das cinco concessionárias atualmente em operação. Os destaques foram obras de duplicação do trecho de 14,4 quilômetros da Ecocataratas, entre as cidades de Pedreira da Itatiba e Medianeira, no Paraná; os investimentos na Ecopistas, para adequação do Trevo dos Pimentas; e a implantação da quinta faixa, entre o km 26 e o km 41, da Rodovia dos Imigrantes, realizada pela Ecovias dos Imigrantes.

No setor de logística, foram investidos, no mesmo período, R\$ 36,4 milhões, 49% a menos que em 2011. Já o setor portuário foi contemplado com R\$ 30,9 milhões. Por sua vez, a empresa de Serviços Compartilhados (EcoRodovias Concessões e Serviços) investiu R\$ 13,2 milhões, 22,8% a menos que no ano anterior.

Os investimentos em concessões rodoviárias somaram R\$ 409,9 milhões, 44,9% a mais que em 2011, concentrando-se em obras de melhorias das vias, pavimentação e conservação especial, além de segurança viária.

A demonstração de valor adicionado (DVA) gerada pelo Grupo EcoRodovias somou R\$ 1.610,3 milhões em 2012, cifra que se mantém estável nos últimos dois anos.

RIQUEZA GERADA E DISTRIBUÍDA [GRI EC1]

A demonstração de valor adicionado (DVA) gerada pela EcoRodovias em 2012 totalizou R\$ 1.610,3 milhões. A cifra manteve-se no mesmo patamar verificado nos dois anos anteriores. Desse total, a parcela referente à categoria de pessoal registrou aumento de 20,3% em relação à consolidação das empresas de logística.

A parcela de impostos, taxas e contribuições representou 31,6%. Já a remuneração de capitais representou 21,6%, mantendo-se equivalente à registrada em 2011, enquanto a remuneração de capitais próprios correspondeu a 26,5%.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da EcoRodovias (negociadas sob a sigla ECOR3) tiveram valorização de 24% em 2012. O reconhecimento do mercado de que o Grupo busca resultados sustentáveis é demonstrado, ainda, pela inclusão das ações, pela segunda vez, na carteira 2013 do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa. O ISE reflete a evolução de um conjunto de ações de empresas que tenham reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade corporativa, além de atuar como indutoras de boas práticas no meio empresarial brasileiro.

Desde 2011 a Companhia também tem seus papéis listados no Índice IBrX-100, indicador de preços que mede o retorno de uma carteira hipotética, composta de cem ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBovespa, com base no número de transações e no volume financeiro envolvido nos negócios, além do IGC e ITAG, desde 2010.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR AGREGADO (DVA) - R\$ MILHÕES

PARCELA	2011	2012
Governo	371,8	509,0
Colaboradores	212,4	326,6
Retido	242,9	276,3
Acionistas	144,6	150,7
Terceiros	290,4	347,5



Ecovias

PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

O montante global de dividendos do exercício de 2012 é da ordem de R\$ 401,0 milhões, dos quais R\$ 145,8 milhões já foram pagos aos acionistas, a partir de 26 de novembro passado, a título de dividendos intermediários.

Como deliberado na reunião do Conselho de Administração (CA), em 12 de novembro de 2012, a Companhia também deverá distribuir R\$ 255,2 milhões como dividendos aos acionistas até 31 de dezembro de 2013.

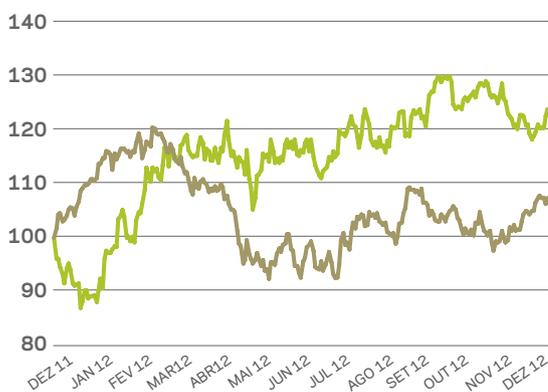
ACIONISTAS E INVESTIDORES [GRI 4.4]

O relacionamento da EcoRodovias com acionistas, investidores, analistas e outros profissionais que atuam no mercado de capitais tem sido aprimorado a cada ano. Para atender às necessidades desses *stakeholders* e assegurar um fluxo dinâmico de informações sobre suas atividades e o desempenho econômico-financeiro, a Companhia mantém atualizado um site específico, no endereço: <www.ecorodovias.com.br/ri>. Também é possível obter mais informações pelo e-mail: <invest@ecorodovias.com.br>.

24%

de valorização das ações da EcoRodovias em 2012.

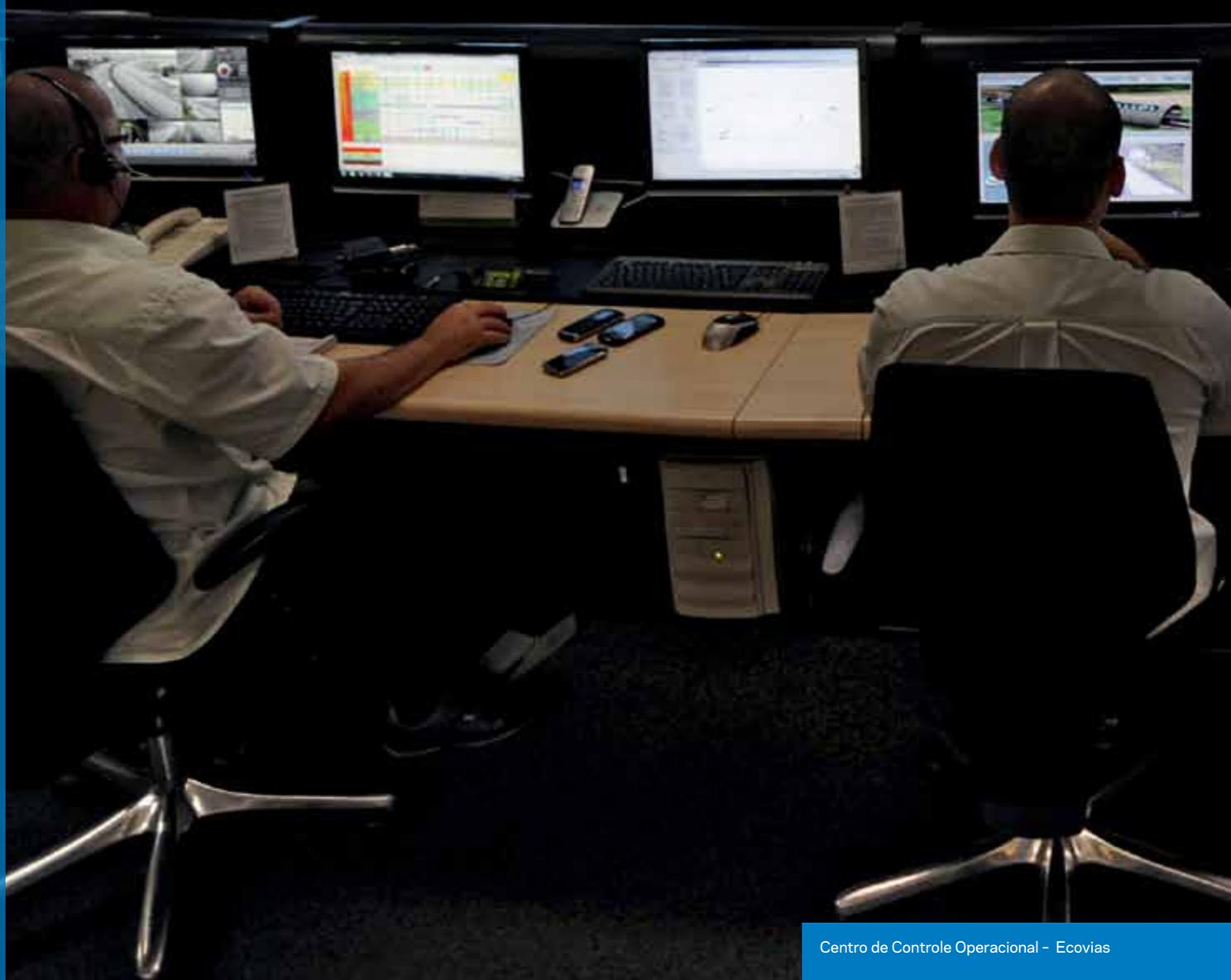
EVOLUÇÃO DAS AÇÕES DA ECORODOVIAS NA BM&FBOVESPA EM 2012



Nota: Base 100 31/12/2011

ECOR3 IBOV

O calendário dirigido para o mercado de capitais prevê, ainda, a realização de reuniões periódicas (teleconferências) para apresentar a analistas e investidores o balanço e as perspectivas de negócios, os resultados operacionais e o desempenho financeiro, obtido a cada trimestre, além das principais mudanças na governança. Entre outros aspectos, o objetivo é resguardar o patrimônio dos acionistas.



5

A Ecovias dos Imigrantes investirá cerca de **R\$ 328 milhões** para realizar novas obras até setembro de 2014, na Baixada Santista, visando melhorar o tráfego de veículos na região.

O tráfego de veículos equivalentes pagantes cresceu **3,5%**.

O volume de contêineres movimentados *pro forma* no Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi) aumentou **5,8%**.

Desempenho operacional



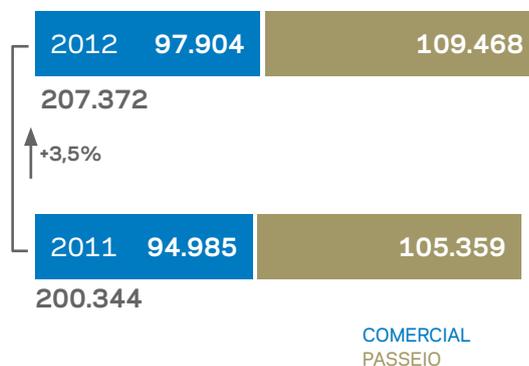
Com mais tráfego, novos investimentos

O movimento nas estradas foi intensificado pelo transporte da safra agrícola, além de contêineres, e pelas viagens de turistas, nas regiões Sudeste e Sul, concentrando-se no final de 2012.

O tráfego registrado pelas concessionárias administradas pela EcoRodovias aumentou 3,5% em 2012 em relação a 2011, totalizando 207.372 mil veículos equivalentes pagantes. Desse total, 109.468 mil (52,8%) corresponderam a carros de passeio e os demais 97.904 mil (47,2%), a veículos comerciais (ver gráfico).

O movimento nas estradas foi intensificado pelo transporte da safra agrícola (milho e farelo de soja), além de contêineres, sendo favorecido ainda pelas viagens de turistas, nas regiões Sudeste e Sul, concentrando-se no último trimestre de 2012. Nesse período, as maiores variações no tráfego foram registradas na Ecovia Caminho do Mar, no Paraná, e na Ecosul, no Rio Grande do Sul. Já na Ecovias dos Imigrantes, o fluxo de veículos comerciais aumentou em razão do grande volume de exportação de milho e soja rumo aos portos de Santos e Guarujá.

TRÁFEGO DE VEÍCULOS EQUIVALENTES PAGANTES (MILHARES)





Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi)

DESEMPENHO LOGÍSTICO

O setor de operações logísticas da EcoRodovias está estruturado em cinco áreas. A seguir, os principais destaques no desempenho de cada divisão no exercício de 2012.

Zona primária: composto das unidades Eco-pátio Cubatão e Clia Santos. Na Elog Cubatão, estão disponíveis os serviços de Redex, recinto especial para despacho aduaneiro de exportação, e Depot, serviço de manutenção e armazenagem de contêineres vazios e pátio regulador de caminhões. No Clia Santos também pode ser contratado o serviço de recinto alfandegado.

Em 2012, um total de 81.554 contêineres foi movimentado na zona primária, 8,5% abaixo do registrado em 2011. A queda deveu-se à diminuição das operações de Redex e de Depot. Em contrapartida, aumentaram as movimentações de contêineres no Clia Santos.

Portos secos de interior: unidades de Campinas,

Barueri, São Paulo e Curitiba, que oferecem os serviços de armazenagem e recinto alfandegado.

Em 2012, foram movimentados US\$ 4.880 milhões (valor FOB, ou seja, embarcado) nos portos secos de interior da EcoRodovias, 8,4% a menos que no ano anterior, em razão, principalmente, das greves realizadas pelas diversas classes que atuam dentro do Porto de Santos, no segundo semestre de 2012.

Portos secos de fronteira: unidades de Foz do Iguaçu (PR) e Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento (RS), que oferecem os serviços de recinto alfandegado nas fronteiras do Brasil com Uruguai, Argentina e Paraguai.

O movimento nos portos secos de fronteira da EcoRodovias alcançou em 2012 o equivalente a US\$ 15.102 milhões (valor FOB), 6,8% a menos do que em 2011, resultado do declínio no fluxo de exportação nas unidades de fronteira.



Cinco

—
áreas formam o setor de operações logísticas da EcoRodovias.

Transporte: prestação de serviços de transporte rodoviário, por meio de frota própria, prestadores de serviços autônomos e frota terceirizada.

A receita obtida pelas operações de transporte representou 13,3% da receita do segmento de logística em 2012, queda de 1,7 ponto percentual se comparada ao resultado de 2011. O recuo deveu-se ao encerramento das operações de transporte no Rio de Janeiro e ao término de contratos com clientes da indústria química, no Centro de Distribuição de Alphaville (SP).

Centros de distribuição: localizados em Alphaville, Cajamar, Curitiba e Ecopátio Imigrantes, oferecem serviços de gestão de estoque de clientes.

A taxa de ocupação em 2012 atingiu 65% do total de 106 mil m² disponíveis, com redução de 35 pontos percentuais se comparada à de 2011. O declínio deveu-se, em particular, à mudança de perfil dos clientes atendidos, mais especificamente à descontinuidade de prestação de serviços prestados à indústria química.

Ainda em 2012, o volume de armazenagem totalizou 82.068 contêineres, o que representou um pequeno aumento de 0,7% em relação ao resultado de 2011.

A receita bruta do Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi) atingiu R\$ 370,3 milhões em 2012, cifra que corresponde às operações realizadas entre os meses de junho a dezembro.

COBRANÇA ELETRÔNICA

O total de tags instalados pelo sistema STP Sem Parar/Via Fácil atingiu 3.770 mil unidades, em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 16,2% sobre igual período de 2011. A alta foi sustentada pela cobertura de 94% das atuais praças de pedágio e 150 estacionamentos conveniados. No ano, a cobrança eletrônica correspondeu a 45,2% de toda a receita obtida em pedágios pelas concessionárias da EcoRodovias.

AÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA [GRI PR1]

A conservação de boas condições de uso das rodovias administradas constitui um aspecto central na gestão das concessionárias da EcoRodovias. As empresas investem sistematicamente em projetos para melhorar a estrutura das vias, o que tem facilitado os serviços de manutenção. Entre as iniciativas comuns, destacam-se:

- tecnologia inovadora de pavimentação (asfaltos com adição de pó de borracha de pneus inservíveis e de polímeros);
- soluções de ponta em segurança (barreiras e elementos atenuadores de impacto);
- melhorias no traçado (limpeza, pintura e paisagismo das estradas);
- indicadores do processo de segurança e fluidez, que medem mensalmente índices de acidentes, de feridos e de mortes, uma referência para as ações de melhoria contínua.

As concessionárias investem continuamente e adotam várias iniciativas para melhorar a estrutura das vias.

ECOPORTO SANTOS

No primeiro exercício sob a administração da EcoRodovias, e considerando os valores *pro forma* de 2011 e 2012, o volume de carga movimentada na operação de cais do Ex-Complexo Tecondi correspondeu a 315.789 contêineres, um aumento de 5,8% em relação a 2011, sendo 76,9% cheios e 23,1% vazios. O *market share* da operação no Porto de Santos manteve-se estável em 16,4%, na comparação com o ano anterior.

Mais segurança nas estradas

O Grupo EcoRodovias aderiu prontamente à campanha “Por uma estrada sem acidentes”, lançada em 2012 pela Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa veicula mensagens e orientações de segurança no trânsito em programas de TV, rádios, jornais, revistas e faixas (*banners*) ao longo da rodovia. Nas praças de pedágios, os motoristas recebem o primeiro volume do *Guia Prático para Viagens Seguras*, com orientações para dirigir em situações de neblina.

Uma das cinco concessionárias envolvidas com a campanha, a Ecovias dos Imigrantes adota outras iniciativas de segurança no trânsito, destacando-se: plantio de sãnsão do campo e implantação de telas no canteiro central para impedir a passagem de pedestres; ações educativas nas comunidades; incentivo ao uso de passarelas; reforço na sinalização para o motorista; redução da velocidade em alguns trechos da rodovia; e melhorias na iluminação e nos acessos às passarelas.

Com todas essas ações, o número de mortes por atropelamento no trajeto da Ecovias caiu de 35 em 2011 para 27 em 2012, uma redução de quase 23%.

Para mais informações, acesse:

<www.ecorodovias.com.br/semacidentes>

<www.facebook.com/ecorodoviasSemAcidentes>



Campanha de mobilização “Por uma estrada sem acidentes”

As concessionárias do Grupo adotam ainda uma série de outras práticas para manter a segurança nas estradas concedidas, como:

- execução de operação tapa-buraco em toda a via; planos de revestimento asfáltico; melhorias da estrutura e do paisagismo da rodovia.
- aplicação de adesivos refletivos em bicicletas de moradores e funcionários de empresas parceiras, para aumentar a visibilidade dos motoristas. A concessionária desenvolve campanhas de segurança no trânsito, em parceria com os órgãos municipais de trânsito e o policiamento rodoviário (estadual e federal).
- treinamentos de direção defensiva, sinalização viária e simulados de acidentes; desenvolvimento do Programa de Prevenção e Redução de Acidentes (PPRA), com o objetivo de reduzir o número de ocorrências na estrada.
- treinamentos de combate a incêndio e campanhas de segurança no trânsito.

Ecovias dos Imigrantes: ampliação do número de profissionais envolvidos no plano de redução de acidentes, aliado à atuação do Comitê de Segurança Viária do PPRA, que atua em diferentes frentes de trabalho: engenharia, operação, conscientização/educação e fiscalização. O trabalho desenvolvido pelo PPRA tem o apoio de órgãos estaduais, entre eles: Artesp, DER e polícia rodoviária.

A concessionária obteve importantes resultados quanto à segurança viária no Sistema Anchieta-Imigrantes, expressos nos seguintes dados:

- menor número anual de vítimas fatais desde o início da concessão (80, ao todo), o que significa queda de 30% em relação a 2011.
- menor índice de mortes anual - de 2,20 - desde o início da concessão, o que representa redução de 35% na comparação com 2011.
- menor índice de acidentes anual desde o início da concessão - 1,59 -, um recuo de 6,5% sobre 2011.



Sinalização das condições de tráfego - Ecovias

INVESTIMENTOS ADICIONAIS

As operações da EcoRodovias têm superado, por vezes, as exigências expressas nos contratos de concessão, atuando com o objetivo de atender às demandas de órgãos públicos para garantir, sobretudo, a segurança dos usuários, além de melhores condições de limpeza e paisagismo ao longo do percurso das rodovias (ver tabela).

INVESTIMENTOS SOCIAIS EM INFRAESTRUTURA DAS CONCESSIONÁRIAS EM 2012* [GRI EC8]

INFRAESTRUTURA	R\$ MIL
ECOVIAS	
Implantação da passarela km 3 da SP-248/055 (complementação de 2011)	R\$ 600
Adequação da alça da margem sul à pista sul km 59 ao 60 da SP-150 - Sul-PRA	R\$ 110
Implantação de defensas metálicas, barreiras de concreto e atenuadores de impacto	R\$ 2.990
Implantação de telas e alambrados em canteiro central	R\$ 800
Implantação de telas sobre barreiras	R\$ 390
Implantação de baias de segurança no SAI - PRA	R\$ 310
Alça de acesso/faixa de aceleração km 22 da SP 150 Marginal Sul - PRA	R\$ 600
Conservação predial (SAU, bases operacionais e pátio de apoio a caminhoneiro)	R\$ 2.760
ECOVIA	
Iluminação passagem de pedestres em nível - planalto	R\$ 75
Implantação de Barreira New Jersey - BR-277, km 77,5 ao km 80,5	R\$ 3.400
Pista educativa	R\$ 125
Adequação da interseção em nível km 29 BR-277	R\$ 29
ECOCATARATAS	
Implantação de defensas metálicas	R\$ 628
Implantação/ampliação de terceira faixa	R\$ 882
Implantação de barreiras de concreto	R\$ 2.489
Prolongamento da alça do ponto de ônibus do km 584+400	R\$ 300
Ampliação de capacidade de bueiro ao longo da BR-277	R\$ 721
Ampliação de dois retornos em Foz do Iguaçu	R\$ 300
Duplicação da BR-277 km 660+500 km 674	R\$ 50.586
ECOSUL	
Doação de saibro (Quadra do Clube Gonzaga)	R\$ 2
Serviços para a Fenadoce	R\$ 25
Abrigos de ônibus	R\$ 9
Sinalização de tráfego na Av. Bento Gonçalves	R\$ 1
Implantação de coberturas de policarbonato nas praças de pedágio	R\$ 33
Melhorias nos postos de pesagem Retiro e Capão Seco	R\$ 16
Adequação de sinalização na interseção do km 83 da BR-392	R\$ 5
TOTAL	R\$ 68.185

*Nesse período, a Ecopistas não realizou obras ou projetos (não contratuais) para o benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades *pro bono*.



6

O Grupo EcoRodovias permanece listado na carteira 2013 do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa, pelo segundo ano consecutivo.

Na edição de 2012, a EcoRodovias foi classificada como Empresa-Modelo pelo Guia de Sustentabilidade, da revista *Exame*.

Atingidas as duas metas socioambientais assumidas pela alta direção: redução das emissões de GEE em **2%** e permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa.

Em 2012, a EcoRodovias aderiu à campanha “Por uma estrada sem acidentes”, da ONU, que espera reduzir em 50% o número de ocorrências em todo o mundo.

O Grupo EcoRodovias é membro efetivo da plataforma Empresas pelo Clima (EPC), que auxilia as lideranças empresariais na redução das emissões de GEE, na gestão de riscos climáticos e na proposição de políticas públicas.

Com o sistema de Identificação Automática de Veículos (AVI) nas concessionárias, o Grupo conseguiu reduzir a emissão em **727,8** toneladas de CO₂.

A EcoRodovias possui uma usina própria para executar misturas asfálticas com asfalto aditivado com **15%** de pó de borracha de pneus inservíveis – o asfalto ecológico.



Desempenho socioambiental

Crescimento econômico com responsabilidade social

A Política de Responsabilidade Social da EcoRodovias inclui um conceito fundamental para a evolução dos negócios: o crescimento econômico alinhado ao desenvolvimento sustentável.

Aliar crescimento econômico às diretrizes da sustentabilidade representa um conceito fundamental, integrado às diretrizes da Política de Responsabilidade Social da EcoRodovias. O Grupo adota iniciativas que demonstram uma efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de seus diversos públicos de relacionamento, em particular as comunidades lideiras, os usuários e o conjunto de colaboradores.

Valores como ética, respeito e transparência orientam o Código de Conduta Empresarial e são validados, de maneira transversal, no dia a dia de cada unidade de negócio. A Companhia segue normas internacionais de meio ambiente, de qualidade e de saúde e segurança, que auxiliam na conduta de suas políticas e diretrizes, aderindo, voluntariamente, a compromissos socioambientais, visando aprimorar sua gestão.

Um dos programas de responsabilidade social promovidos pela Companhia é o Ecoviver, que busca, de forma multidisciplinar, conscientizar

jovens e crianças de escolas públicas sobre a destinação correta de resíduos sólidos. O projeto contempla comunidades vizinhas, próximo de áreas de atuação das concessionárias do Grupo, e, em seis anos de atividades, já atendeu mais de 230 mil estudantes, de 25 cidades.

PÚBLICOS DE RELACIONAMENTO

O relacionamento com os *stakeholders* da EcoRodovias é pautado por uma conduta ética, com transparência e respeito. Colaboradores, usuários, fornecedores, comunidades, acionistas, investidores, governo, imprensa, ONGs, instituições financeiras, entidades de classe, empresas controladas e concorrentes são engajados, continuamente, por meio de pesquisas de clima, de divulgação de resultados, de projetos de responsabilidade social, de canais de comunicação e de atendimento e audiências públicas, dentre outros. A Companhia também conta com o apoio de uma ouvidoria, órgão que acolhe em sigilo todas as reclamações, denúncias e sugestões dos públicos de interesse (*leia mais no capítulo Governança Corporativa, na pág. 30*).

VEÍCULO	PÚBLICO-ALVO	PERIODICIDADE
Site institucional	Todos os públicos de interesse da Companhia	
Site de RI	Investidores pessoas físicas e institucionais, nacionais e estrangeiros, do Grupo EcoRodovias	Tempo real (<i>online</i>)
Informativo ECOR3	Investidores pessoas físicas do Grupo EcoRodovias	Trimestral
<i>Jornal Gente</i> Mural da Gente	Todos os colaboradores da EcoRodovias	Mensal Tempo real (<i>online</i>) Semanal
<i>Boletim da Gente</i>	Colaboradores administrativos	Conforme demanda
<i>Clipping</i>	Todas as lideranças	Segunda a sexta
Rádio interna	Todos os colaboradores da Ecocataratas, da Ecovia e da Ecosul	Diária
Sites das concessionárias de rodovias		Tempo real (<i>online</i>)
Twitter das concessionárias de rodovias	Usuários das concessionárias de rodovias	Tempo real (<i>online</i>)
Portal EcoRodovias Revista		Diária
Revistas <i>EcoRodovias SP</i> e <i>EcoRodovias PR</i>	Usuários de todas as concessionárias de rodovias do Grupo nos estados de SP e PR	Mensal
Revista <i>Ecosul</i>	Usuários da Ecosul	Bimestral

PODER PÚBLICO [GRI SO6]

Pela natureza do negócio, a Companhia mantém contatos frequentes com representantes do governo e de órgãos públicos das regiões em que atua para prestar informações sobre o cumprimento das leis vigentes e das obrigações expressas nos contratos de concessão. Para isso, todas as empresas controladas pelo Grupo são submetidas regularmente à fiscalização e a auditorias externas, atuando em conformidade com o artigo 24 da Lei Eleitoral n.º 9.504/97, que proíbe a contribuição financeira para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO [GRI 4.15, 4.16, 4.17 E PR7]

A EcoRodovias disponibiliza diversos canais de comunicação (impressos e digitais) para o público interno e externo, como forma de manter um fluxo de informações dinâmico sobre suas principais atividades e iniciativas públicas.

Em 2012, a Companhia não recebeu qualquer multa relativa a ocorrências de não conformidade com regulamentações e códigos de autorregulação relacionados a comunicações de *marketing*, inclusive anúncios, promoção e patrocínio.

A EcoRodovias integra, pela quarta vez consecutiva, a lista das 150 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, pela pesquisa das revistas *Você S.A.* e *Exame* com a Fundação Instituto de Administração (FIA). E, pelo segundo ano seguido, a Companhia está no *ranking* das 130 Melhores Empresas para Trabalhar, definido pela revista *Época/Great Place to Work*.

BEM-ESTAR NO TRABALHO

Garantir o bem-estar de seus colaboradores e investir em programas que promovam qualidade de vida e equilíbrio entre a vida pessoal e profissional são alguns princípios adotados pela EcoRodovias, em cada unidade de negócio. Para o Grupo, a participação da empresa na vida dos colaboradores se estende ao local de trabalho e chega às famílias e à comunidade de cada um. Por isso, além de oferecer benefícios competitivos no mercado, a Companhia aposta em uma gestão integrada, pautada por princípios de equidade e responsabilidade com o público interno.

TOTAL DE COLABORADORES, POR TIPO DE EMPREGO, CONTRATO E REGIÃO [GRI LA1]

2012	MEIO PERÍODO	PERÍODO INTEGRAL	FUNCIONÁRIOS PRÓPRIOS
SP			
EcoRodovias Infraestrutura	2	32	34
EcoRodovias Concessões e Serviços	2	322	324
Ecovias	106	480	586
Ecopistas	0	364	364
Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi)	404	1.395	1.799
PR			
Ecovia	8	160	168
Ecocataratas	17	304	321
ES			
ECO-101	0	5	5
RS			
Ecosul	3	295	298
GERAL			
Elog	38	1.868	1.906
TOTAL	580	5.225	5.805

CLIMA ORGANIZACIONAL

Desde 2005, a EcoRodovias realiza a Pesquisa de Clima Organizacional, como forma de obter a percepção dos funcionários em relação ao ambiente de trabalho. Desde 2009, o processo passou a ser conduzido em parceria com a consultoria Great Place to Work. Os resultados são divulgados internamente e servem de base para a criação de comitês de clima, que definem, adotam e acompanham o andamento de planos de ação. Até 2011 a sondagem era anual; em 2012, passou a ser feita a cada dois anos.

A Pesquisa de Clima é reportada ao Conselho de Administração. Por meio desse canal, o colaborador pode criticar e reportar suas opiniões sobre o ambiente de trabalho. A última foi realizada em 2011 e, com base nos dados apurados, foram realizados planos de ação durante o ano de 2012 para melhoria dos resultados.

Os comitês de clima são formados por gestores, considerados os responsáveis pela melhoria do clima, e por colaboradores convidados. Esse modelo visa estreitar a relação de confiança entre líderes e liderados.

PESQUISA DE COMUNICAÇÃO INTERNA

Entre janeiro e fevereiro de 2012, a EcoRodovias realizou uma Pesquisa de Comunicação Interna (qualitativa) entre os colaboradores do Grupo, com base no método de entrevistas em profundidade. O objetivo do levantamento foi avaliar, de modo geral, a comunicação interna e os veículos de comunicação da Companhia.

Probem

O Grupo EcoRodovias implantou em 2012 o Programa para o Bem-Estar do Colaborador (Probem), com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do funcionário e de sua família, em situação de dificuldade pessoal ou profissional.

O colaborador é atendido por um psicólogo ou assistente social, em uma central de atendimento externa (0800), que analisa a demanda e a encaminha para uma rede de atendimento com mais de 4 mil profissionais das áreas de psicologia, psiquiatria, assistência social, jurídica e consultoria financeira. A partir da primeira consulta, o programa oferece acompanhamentos periódicos aos participantes.



Ecovia

Nas concessionárias, o resultado da pesquisa foi bastante positivo. Houve uma percepção na evolução da comunicação interna, com a criação e melhoria das ferramentas utilizadas, e os veículos de comunicação foram considerados ágeis e eficientes. No caso da Elog, detectou-se a necessidade de aprimorar o *Jornal Gente*, a fim de facilitar a leitura. Esse quadro se deve ao curto período decorrido desde a aquisição, a integração e a fase de adaptação da empresa de logística ao modelo de gestão da Companhia.

SALÁRIOS E BENEFÍCIOS [GRI LA3 E LA4]

A EcoRodovias oferece a todos os colaboradores que trabalham em regime de meio período ou em turno integral os seguintes benefícios:

Assistência odontológica
Auxílio-creche
Auxílio-funeral
Auxílio-funeral agregados
Benefício de proteção familiar
Check-up para executivos
Complementação de auxílio-doença
Convênio farmácia
Empréstimo consignado
Licença-funerária
Licença-maternidade
Licença-paternidade
Ônibus fretado
Plano de previdência privada
Programa de Participação nos Resultados
Programas de qualidade de vida
Seguro de vida
Seguro-saúde
Seguro-viagem
Subsídio restaurante
Tíquete-restaurante/alimentação
Vale-transporte

Obs.: O valor do tíquete-restaurante/alimentação é proporcional à carga horária trabalhada e ao local de trabalho.

Os colaboradores, cujos contratos de trabalho são regidos pelas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), têm plena liberdade de negociação de Acordos Coletivos de Trabalho, que contemplam temas como reajuste salarial, horas extras e jornada de trabalho. As negociações entre representantes dos sindicatos de trabalhadores e das concessionárias acontecem anualmente (no primeiro semestre), respeitando-se as condições de mercado e das regiões de atuação dos trabalhadores. Os acordos de negociação coletiva contemplam todo o quadro de pessoal da EcoRodovias.



Ecopistas



Ação da campanha "Farol ligado todo mundo vê" - Ecocataratas

PROPORÇÃO DO SALÁRIO-BASE ENTRE HOMENS E MULHERES [GRI LA14]

	COLABORADORES (R\$)		N.º DE MULHERES	N.º DE HOMENS	PROPORÇÃO DO SALÁRIO-BASE ENTRE HOMENS E MULHERES
	MULHERES	HOMENS			
ADMINISTRATIVO					
Analista júnior	2.841,49	2.885,09	67	78	-1,51%
Analista pleno	3.804,24	3.946,68	64	43	-3,61%
Analista sênior	5.381,31	6.102,89	13	19	-11,82%
Assistente júnior	1.438,60	1.434,17	57	28	0,31%
Assistente pleno	1.926,23	1.839,70	105	48	4,70%
Assistente sênior	2.534,40	2.517,48	11	12	0,67%
Auxiliares	1.124,02	1.155,34	45	25	-2,71%
ATENDIMENTO					
	1.319,15	1.335,66	982	1.965	-1,24%
DIRETORES*					
	-	-	-	-	-

*Cargos para os quais não há comparação entre homens e mulheres.

	COLABORADORES (R\$)		N.º DE MULHERES	N.º DE HOMENS	PROPORÇÃO DO SALÁRIO-BASE ENTRE HOMENS E MULHERES
	MULHERES	HOMENS			
GERÊNCIA					
Gerente	15.165,00	14.763,61	2	29	2,72%
Gerente sênior	21.734,00	19.970,92	7	33	8,83%
Gerente júnior	10.949,07	10.968,85	8	17	-0,18%
COORDENADOR					
Serviços administrativos	7.844,22	8.041,06	35	48	-2,45%
Serviços técnicos	8.631,50	9.397,04	2	24	-8,15%
Serviços operacionais	4.524,00	7.056,80	1	34	-2,45%



Integrantes dos Comitês de Sustentabilidade

PROPORÇÃO DO MENOR SALÁRIO LOCAL COMPARADO COM O SALÁRIO-MÍNIMO - 2012 [GRI EC5]

ITENS DE COMPARAÇÃO	PARANÁ			SÃO PAULO				RIO GRANDE DO SUL	
	ECOVIA	ECOCATARATAS	ELOG SUL	ECOVIAS	ECOPISTAS	ECOPORTO SANTOS*	ELOG SUDESTE	ECOSUL	ELOG SUL
Salário-mínimo em 31 de dezembro de 2012 - (R\$)	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00	622,00
Salário mais baixo - (R\$) (exceto estagiários, aprendizes, terceiros e funcionários de meio período)	690,60	749,79	825,00	836,45	654,00	806,00	748,00	664,30	825,00
Relação entre o menor salário e o salário-mínimo local	1,11	1,21	1,33	1,34	1,05	1,30	1,20	1,07	1,33
Porcentagem dos colaboradores (em relação ao total e de colaboradores de cada unidade) que recebem esse salário	6,58%	0,35%	0,41%	47,8%	72,5%	12,19%	8,00%	0,36%	21,61%

*Ex-Complexo Tecondi.

DIVERSIDADE [GRI HR3 E HR4]

A EcoRodovias dissemina o respeito à diversidade de gêneros e à igualdade de oportunidades em todas as empresas integrantes do Grupo. Além disso, expressa em seu Código de Conduta Empresarial ser inaceitável qualquer tipo de discriminação social, política, de cor, raça, sexo ou religião, desenvolvendo programas de integração de novos colaboradores, treinamentos e reuniões periódicas.

Ao longo do ano, houve duas ações judiciais relacionadas a suposta discriminação sexual na Ecovia, julgadas improcedentes. Há outro caso de assédio moral, movido por um ex-funcionário da Ecopistas, que está em análise. O processo encontra-se em fase inicial, aguardando a realização de audiência para a produção de provas.

Outro aspecto importante em relação à conduta do público interno diz respeito aos direitos humanos. Em 2012, foram dedicadas 838 horas para a realização de treinamentos sobre políticas e procedimentos relativos a esse tema universal, com a participação de 1.676 colaboradores.



Ecovias



Elog - Alphaville

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES [GRI LA13]

DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FUNCIONÁRIOS, POR FAIXA ETÁRIA	2010	2011	2012
Menores de 18 anos	-	1	66*
De 18 a 35 anos	1.492	1.438	3.739
De 36 a 45 anos	363	414	1.326
De 46 a 60 anos	139	144	633
Acima de 60 anos	8	8	41

—
*Aprendizes.



3.739

—
colaboradores
têm idade entre
18 e 35 anos.

CATEGORIA FUNCIONAL X MINORIAS				
2010	MULHERES	NEGROS	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	ACIMA DE 60 ANOS
Conselho	-	-	-	-
Diretoria	-	-	-	1
Gerência	1	-	-	-
Assessor	5	1	-	-
Coordenador	15	5	-	-
Administrativo	169	33	3	-
Atendimento	626	263	26	6
Estagiários	-	-	-	-
Aprendizes	1	-	-	-
2011	MULHERES	NEGROS	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	ACIMA DE 60 ANOS
Conselho	-	-	-	-
Diretoria	-	-	-	1
Gerência	1	-	-	-
Assessor	4	1	-	1
Coordenador	15	4	-	-
Administrativo	187	44	8	-
Atendimento	712	303	29	6
Estagiários	-	-	-	-
Aprendizes	1	-	-	-
2012	MULHERES	NEGROS	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	ACIMA DE 60 ANOS
Conselho	-	-	-	-
Diretoria	-	-	-	1
Gerência	12	1	-	2
Assessor	5	1	1	1
Coordenador	38	4	-	-
Administrativo	525	31	23	7
Atendimento	1.168	325	86	30
Estagiários	7	1	-	-
Aprendizes	36	1	1	-

CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS PELA ECORODOVIAS AO PLANO DE PREVIDÊNCIA

VALORES (R\$)

2010

1.015.686,53

2011

1.197.562,32

2012

1.536.782,20

PLANOS DE PREVIDÊNCIA [GRI EC3]

Outro benefício concedido a todos os colaboradores que mantêm vínculo empregatício há mais de três meses é o plano de previdência privada, com duas opções de investimento: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

As contribuições a cargo da empresa variam de acordo com o salário nominal do colaborador, sendo de 1% para os que recebem até 3.193,42, ou uma contribuição mínima de R\$ 20, e entre 3% e 10% para os que ganham acima desse valor, com a contrapartida da EcoRodovias no mesmo percentual. O plano tem a adesão de 69% do quadro de colaboradores.

TREINAMENTO E EDUCAÇÃO [GRI LA10 E LA12]

Com o objetivo de buscar novos talentos e desenvolver suas habilidades profissionais, a EcoRodovias implantou em 2007 o Sistema de Avaliação de Metas e Competências, no âmbito do Programa de Avaliação de Desempenho (Pade), que tem como meta identificar, a cada ano, os profissionais de talento e alto valor, com

base em sua *performance* e em suas competências. O programa incentiva o comprometimento e a obtenção de metas por meio do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), construído em conjunto pelo gestor e pelo colaborador.

O resultado dessa avaliação determina o valor que o colaborador receberá no caso do Programa de Participação nos Resultados (PPR). O índice também representa um aspecto essencial para a carreira dentro na empresa, e os números são usados em processos de promoção, de transferência e de recrutamento interno. A Companhia trabalha continuamente para que novas melhorias sejam incorporadas às regras do Pade, que abrange 100% dos colaboradores.

O Pade está estruturado em três etapas formais: estabelecimento de metas e PDI, revisão e avaliação final. Sempre que há alguma alteração na ferramenta, todos os colaboradores passam por novos treinamentos. A evolução do sistema faz parte do plano de metas do programa, juntamente com a gestão de PDI.

A evolução do Pade

2012

Ao longo do ano, o sistema passou por um processo de modernização, integrando-se à folha de pagamento, para garantir a atualização constante dos dados dos colaboradores. A Companhia disponibilizou novas ferramentas de PDI: treinamento *e-learning*, TV Treinamento e Academia de Competências.

2011 e 2010

Os gestores receberam treinamento de *feedback*.

2008

O programa foi estruturado.



PROGRAMA ACADEMIA DE COMPETÊNCIAS

A Academia de Competências do Grupo EcoRodovias consiste em uma ferramenta de gestão que permite realizar treinamentos específicos, visando aprimorar a qualificação do público interno. Atualmente, são mais de cem cursos gratuitos técnicos e comportamentais. Ao todo, 90% dos cursos oferecidos são ministrados pelos próprios colaboradores, preparados previamente pela Companhia, por meio de um programa de capacitação de multiplicadores. O catálogo com todos os treinamentos é divulgado na intranet (no site da empresa), sendo atualizado semestralmente.

Outras iniciativas complementam o Programa Academia de Competências:

- **Cursos e-learning** – asseguram a evolução da cultura de alto desempenho e o uso de tecnologias avançadas.
- **TV Treinamento** – apresenta cenas de filmes para exemplificar comportamentos e desafios do ambiente corporativo.

- **Biblioteca Apoena** – possui um acervo com mais de 5 mil livros, além de DVDs e assinaturas de revistas. O colaborador de qualquer unidade do Grupo escolhe o periódico a ser lido pela intranet e o recebe via malote. Em 2012, foram realizados 4.030 empréstimos de livros, 616 empréstimos de filmes e 9.486 visitas ao espaço.
- **Parcerias** – com instituições de ensino e universidades, que concedem descontos entre 40% e 50% do total do curso. Além disso, a Companhia oferece pós-graduação e cursos de idiomas gratuitos a gestores e colaboradores com desempenho diferenciado.

Em 2012, a EcoRodovias realizou mais de 90.400 horas de treinamento, um investimento total de R\$ 1.665.751,13.

TOTAL DE HORAS DE NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS TREINADOS EM 2012

CATEGORIA	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS, POR CATEGORIA	NÚMERO DE HORAS DE TREINAMENTO EM 2012	NÚMERO DE HORAS DE TREINAMENTO/NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS, POR CATEGORIA
Diretoria	14	373	26,6
Gerência	25	1.639	65,6
Assessor	14	370	26,4
Coordenador	65	6.566	101,0
Administrativo	368	21.207	57,6
Atendimento	1.586	50.222	31,7
Estagiários	3	108	36,0
Aprendizes	20	714	35,7

SEGURANÇA NO TRABALHO

[GRI LA6, LA7, LA8, LA9 E PR2]

As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas), formadas por colaboradores eleitos em cada unidade do Grupo EcoRodovias, atuam de maneira integrada na gestão da segurança no trabalho e na prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais. Todos os funcionários são representados pela Cipa, que, entre outras iniciativas, também organiza a Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (Sipat), realizada todos os anos.

Em 2012, apenas a Ecopistas recebeu duas notificações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), referentes à saúde e à segurança do usuário. Tais notificações estavam relacionadas às condições ergonômicas dos operadores de pedágios nas cabines, e as exigências apontadas já foram atendidas.

O Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) é constituído por médicos, enfermeiros, engenheiros e técnicos em segurança do trabalho, atuando em prol do bem-estar dos funcionários, com atendimento diário e promoção de treinamentos internos sobre o tema.

Além disso, a Companhia disponibiliza programas de saúde e qualidade de vida aos colaboradores e seus familiares, bem como às comunidades lindeiras (vizinhas à sua área de atuação). Entre os programas estão: Saúde Ativa (atua na

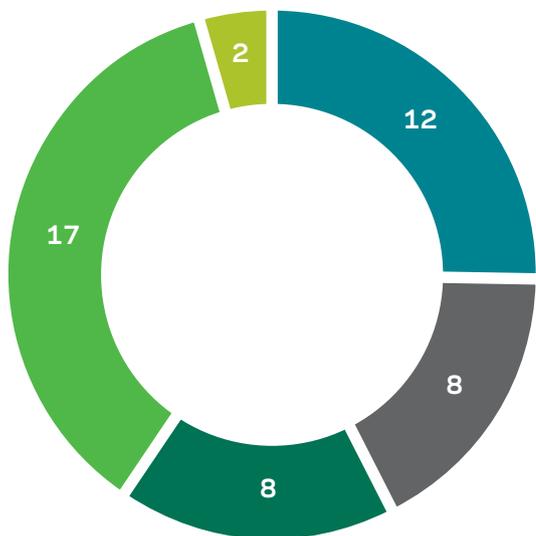
prevenção de doenças por meio de *check-ups*); Probem (programa de assistência psicossocial a todos os colaboradores e seus dependentes); curso pré-natal; ginástica laboral; e Saúde do Caminhoneiro.

Os acordos salariais estabelecidos em negociações anuais com os representantes dos sindicatos de trabalhadores incluem cláusulas sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho. A seguir, os principais temas abordados pelos documentos.

- Equipamentos de proteção individual (EPIs)
- Cipa (exceto Ecocataratas)
- Comunicação de acidentes de trabalho (exceto Ecocataratas)
- Participação de representantes dos trabalhadores em vistorias de segurança e saúde, auditorias e investigações de acidentes (exceto Ecocataratas)
- Treinamento e educação (exceto Ecocataratas)
- Sistema de reclamações (exceto Ecovias, Ecocataratas e Ecosul)
- Direito de recusar trabalho inseguro (exceto Ecocataratas)
- Vistorias periódicas (exceto Ecovias, Ecocataratas e Ecosul)

FUNCIONÁRIOS INTEGRANTES DA CIPA

REPRESENTANTES DA CIPA



ECOVIAS
ECOPISTAS
ECOVIA
ECOCATARATAS
ECOSUL

TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO



ECOVIAS*
ECOPISTAS
ECOVIA
ECOCATARATAS
ECOSUL

*A Ecovias também conta com um engenheiro de segurança do trabalho.

OCORRÊNCIAS NO TRABALHO NA ECORODOVIAS*

TIPOS	2010	2011	2012
Número de lesões	61	60	70
Casos de doenças ocupacionais	0	1	0
Número de dias perdidos	960	859	498
Absenteísmo	ND	4,79%	4,43%
Número de óbitos	2	0	0

*O relato do número de acidentes aumentou em razão da implantação do sistema OHSAS 18001, nas situações em que o acidente não era relatado anteriormente, ou apenas registrado por meio de atestados médicos.

ND - informação não disponível.

DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE COLABORADORES, POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA - 2010/2012

TOTAL	NÚMERO TOTAL DE TRABALHADORES			NÚMERO DE TRABALHADORES QUE DEIXARAM O EMPREGO			%		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
GÊNERO									
Homens	1.101	1.085	4.015	366	248	1.140	33,2	22,9	28,4
Mulheres	791	920	1.790	277	271	552	35,0	29,5	30,8
FAIXA ETÁRIA									
Menores de 18 anos	0	1	66	1	0	6	0	0	9,1
De 18 a 35 anos	1.407	1.438	3.739	556	432	1.280	39,5	30,0	34,2
De 36 a 45 anos	344	414	1.326	65	67	287	18,9	16,2	21,6
De 46 a 60 anos	133	144	633	20	19	107	15,0	13,2	16,9
Acima de 60 anos	8	8	41	1	1	12	12,5	12,5	29,3



Elog - Alphaville

RECOLOCAÇÃO PROFISSIONAL [LA2 E LA11]

A preocupação com o bem-estar dos colaboradores não se encerra no momento em que deixam a Companhia. Desde 2006, a EcoRodovias oferece dois tipos de programa *outplacement* - um voltado à recolocação profissional e outro de orientação financeira e apoio ao empreendedorismo. Os profissionais especializados e de liderança contam com o apoio de consultorias externas e especializadas. Por sua vez, os demais funcionários recebem um treinamento de 8 horas com dicas sobre a elaboração de currículo e algumas regras de como atuar em dinâmicas de grupo e entrevistas, dentre outros aspectos de etiqueta no trabalho.



86%

—
é a média das avaliações positivas dos usuários sobre todas as concessionárias de rodovias do Grupo.

PESQUISAS DE SATISFAÇÃO [GRI PR5]

Garantir a qualidade do atendimento e promover ações que aprimorem sistematicamente a prestação de serviços tem sido uma prática adotada pela Companhia desde 2002, com a pesquisa de satisfação dos usuários.

Cada unidade de negócio conta com um medidor individual, por meio do qual são avaliados temas referentes a uma série de itens, como sinalização e segurança, controle de tráfego, limpeza, visibilidade, pavimentação, serviços de comunicação e informação, fiscalização, facilidade e rapidez no pagamento de pedágios etc. A amostra é realizada com a participação de motoristas de veículos leves e de caminhão, exceto nos períodos de feriado.

Na Ecovia, Ecopistas e Ecocataratas, a periodicidade da pesquisa é anual, enquanto na Ecovias e Ecopistas acontece uma vez a cada semestre.

AVALIAÇÃO DOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS - 2010/2012

CONCESSIONÁRIA	AMOSTRA (TOTAL DE PESSOAS)	2010		
		AVALIAÇÃO (%)		
		POSITIVA	REGULAR	NEGATIVA
Ecovias	800	88,6	9,7	1,7
Ecopistas	800	92,9	6,7	0,4
Ecovia	940	90,0	7,0	2,0
Ecocataratas	900	78,5	16,8	4,6
Ecosul	900	74,5	19,6	5,9

CONCESSIONÁRIA	AMOSTRA (TOTAL DE PESSOAS)	2011		
		AVALIAÇÃO (%)		
		POSITIVA	REGULAR	NEGATIVA
Ecovias	940	89,0	10,0	1,0
Ecopistas	800	91,4	8,0	0,6
Ecovia	904	90,0	12,0	2,0
Ecocataratas	925	81,0	17,0	2,0
Ecosul	900	72,0	21,0	8,0

CONCESSIONÁRIA	AMOSTRA (TOTAL DE PESSOAS)	2012		
		AVALIAÇÃO (%)		
		POSITIVA	REGULAR	NEGATIVA
Ecovias	1.800	87,3	11,4	1,3
Ecopistas*	800	90,9	8,7	0,5
Ecovia	971	93,0	6,0	1,0
Ecocataratas	422	80,0	17,0	3,0
Ecosul	900	77,5	14,5	8,0

*Com a recuperação do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, a Ecopistas foi a concessionária que obteve a melhor avaliação em 2012, com 90,9% de aprovação. A via recebeu uma nova pavimentação, as obras de construção de pistas e de faixas adicionais foram iniciadas e o trevo do Bairro dos Pimentas, em Guarulhos (SP), foi readequado.

Obs.: As pesquisas foram realizadas pelo Instituto de Pesquisa A Tribuna (Ipat), Diferencial Pesquisa de Mercado e Instituto de Pesquisas de Opinião (IPO).

SERVIÇOS GRATUITOS

Para detectar e solucionar eventuais anormalidades que acontecem nas estradas que administram, as concessionárias da EcoRodovias disponibilizam aos usuários serviços gratuitos de guincho, auxílio mecânico, socorro médico, inspeções rodoviárias e atendimentos específicos em feriados prolongados e períodos de férias.

SOLICITAÇÕES DE GUINCHO E AMBULÂNCIA NAS ESTRADAS CONCEDIDAS

2012	ECOVIAS		ECOPISTAS	
	GUINCHO	AMBULÂNCIA	GUINCHO	AMBULÂNCIA
Quantidade de acionamentos	41.521	8.808	39.022	3.591
Tempo médio de chegada	00:13:49	00:09:00	00:13:00	00:05:00

2012	ECOVIA		ECOCATARATAS		ECOSUL	
	GUINCHO	AMBULÂNCIA	GUINCHO	AMBULÂNCIA	GUINCHO	AMBULÂNCIA
Quantidade de acionamentos	20.637	2.767	16.824	3.296	17.207	3.888
Tempo médio de chegada	00:03:53	00:06:27	00:25:08	00:09:00	00:23:00	00:12:00

RECLAMAÇÕES E ELOGIOS DE USUÁRIOS - 2012

2012	ECOVIAS	ECOPISTAS	ECOVIA	ECOCATARATAS	ECOSUL	TOTAL
RECLAMAÇÕES						
	685	988	1.034	1.159	1.702	5.568
Motivo mais frequente	Objeto na pista	Conservação/ limpeza (em razão do período de recuperação do pavimento das rodovias do sistema)	Objetos na pista	Objetos na pista (pedras, recapes, tacha refletiva etc.)	Objeto na pista (pedra)	
ELOGIOS						
	172	1.542	145	48	302	2.209
Motivo mais frequente	Funcionários do tráfego	Funcionário (relativo ao atendimento prestado pelos colaboradores de rota, guincho, socorro médico e pedágio)	Elogios à Concessionária Ecovia de uma forma geral	Elogios ao serviço do SAU	Atendimento da unidade SAU	

Com base nos resultados obtidos pelas pesquisas, as concessionárias realizaram algumas ações:

- Reduziram o tempo entre as varrições das pistas;
- Intensificaram os treinamentos para as empresas contratadas, com o objetivo de manter as rodovias limpas durante a realização das obras;
- Realizaram treinamentos dos funcionários que atuam nos pedágios e na condução de guinchos e ambulâncias sobre as melhores práticas de atendimento ao usuário.

FORNECEDORES SELECIONADOS

[GRI 4.16, EC6, HR2, HR6 E HR7]

A EcoRodovias seleciona seus fornecedores com base em critérios estabelecidos no Código de Conduta Empresarial. Em 2012, foi implantada uma nova ferramenta de cadastro e avaliação desses parceiros comerciais, visando a uma série de melhorias. Entre as medidas previstas, destacam-se:

- Criação de um banco de dados corporativo e único para facilitar a consulta de empresas já homologadas;
- Avaliações periódicas para qualificar o desempenho dos fornecedores;
- Automatização e acompanhamento da validade de documentos e certidões;
- Homologação de fornecedores e prestadores de serviços que obedeça às leis trabalhistas, tributária, ambiental e de direitos humanos;
- Bloqueio de fornecedores irregulares ou com histórico de avaliações negativas.

O Grupo estabelece como condição primordial à contratação de prestadores de serviços e fornecedores a proibição do uso de mão de obra infantil, bem como de mão de obra escrava, condutas consideradas penas capitais – e determinantes da rescisão imediata do contrato, conforme o Anexo Condições Gerais de Contratação de Serviços. Cada concessionária deve monitorar o cumprimento dessas diretrizes.

Além disso, todas as empresas contratadas participam do treinamento Sistema de Gestão Integrado (SGI), uma oportunidade de alinhamento aos princípios e às normas vigentes no âmbito da governança da EcoRodovias. Os profissionais terceirizados que prestam serviços de guincho, de segurança e vigilância, de socorro pré-hospitalar e de operação de tráfego recebem ainda um treinamento específico.

A Companhia não adota uma política formal e estruturada que dê preferência à contratação de fornecedores locais. Mesmo assim, 80% das necessidades de cada unidade de negócio são supridas localmente. Em 2012, a distribuição das compras realizadas por concessionária foi a seguinte:

- Ecovias: 28,7%
- Ecopistas: 29,8%
- Ecovia: 13,4%
- Ecocataratas: 15,4%
- Ecosul: 12,7%

A EcoRodovias adota critérios sociais na seleção de seus fornecedores, além de oferecer uma agenda de treinamentos do Sistema de Gestão Integrado (SGI).



Projeto Ecoviver - Ecocataratas

COMUNIDADES LINDEIRAS [GRI EC7, EC9 E SO1]

Manter canais de comunicação direta com as comunidades lindeiras e promover campanhas de segurança e educação no trânsito têm sido práticas adotadas em todas as unidades de negócio da EcoRodovias. Ao mesmo tempo, as concessionárias optam por contratar mão de obra local, contribuindo para a geração de emprego local.

Nesse aspecto, um bom exemplo é o Projeto Capacitar, que começou a ser desenvolvido em 2012, na Ecovias, como uma das metas estratégicas da concessionária. O objetivo é gerar trabalho e renda, por meio da capacitação profissional de moradores residentes nas proximidades do Sistema Anchieta-Imigrantes. No primeiro ano, a iniciativa foi bem-sucedida, ao atingir a meta de treinar um grupo de 40 pessoas.

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA LOCAL - 2010/2012

UNIDADE	COLABORADORES PRÓPRIOS			TOTAL DE MEMBROS DE ALTA GERÊNCIA			TOTAL DE MEMBROS DE ALTA GERÊNCIA PROVENIENTES DA COMUNIDADE LOCAL		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
EcoRodovias Concessões e Serviços	256	295	322	9	14	17	5	2	9
EcoRodovias Infraestrutura e Logística	30	31	34	9	12	13	1	2	6
Ecovias	562	599	585	6	7	7	2	0	4
Ecopistas	316	332	364	4	5	5	2	1	2
Ecovia	144	154	160	3	3	5	2	2	5
Ecocataratas	310	312	312	4	4	3	2	5	1
Ecosul	274	282	295	4	4	3	2	5	1
ECO-101	0	0	5	0	0	3	0	0	0
Elog	0	0	1.877	0	0	46	0	0	35
Ecoporto Santos (ex-Complexo Tecondi)	0	0	1.761	0	0	16	0	0	15

Sustentabilidade nos negócios [GRI SO5]

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A EcoRodovias compromete-se com as melhores práticas sustentáveis e a preservação do meio ambiente. A Companhia desenvolve, interna e externamente, ações que visam reduzir os impactos ambientais, em decorrência de suas operações, e adota medidas de melhoria contínua na geração e destinação de resíduos sólidos, efluentes, emissões, ruídos, consumo de água e energia elétrica, entre outros itens.

O Programa de Gestão Integrada (PGI) estabelece metas para aprimorar a gestão dos recursos naturais, estimular a aplicação de alternativas menos poluentes e melhorar o controle do consumo e descarte de insumos. A aplicação e o monitoramento desses indicadores ficam a cargo do Sistema de Gestão Integrada (SGI).

PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS [GRI 4.12]

Para implantar e gerenciar as ações ambientais, a EcoRodovias conta com a Assessoria de Sustentabilidade, encarregada também de orientar a atuação dos Comitês de Sustentabilidade de cada empresa controlada. Desde 2007, o Grupo relata seu desempenho anual (econômico-financeiro e socioambiental) de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), além do reporte do balanço social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). As duas ferramentas de relato exigem o cumprimento de diversos requisitos socioambientais, auxiliando a empresa a fortalecer sua gestão e a monitorar continuamente uma série de indicadores.

Desde 2011, a Companhia está listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa, que reúne as empresas cuja governança seja comprometida com as melhores práticas socioambientais. A EcoRodovias também é membro efetivo da plataforma Empresas

A EcoRodovias participa de dois projetos liderados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), realizados em parceria com empresas de diversos setores de atividade.

O primeiro é o Inovação e Sustentabilidade na Cadeia de Valor, que tem o objetivo de replicar, no contexto da cadeia de valor das grandes empresas, projetos inovadores provenientes de pequenas e médias empresas.

O outro programa é o EPC – uma plataforma empresarial permanente que visa mobilizar, sensibilizar e articular lideranças empresariais para a gestão e a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), administração de riscos climáticos, proposição de políticas públicas e incentivos no contexto das mudanças climáticas.

Mais informações sobre os projetos estão disponíveis nos sites:
<www.inovacaonacadeiadevalor.com.br/index.php>
<www.empresaspeloclima.com.br/index.php>

pelo Clima (EPC), que auxilia as lideranças empresariais a adotarem práticas para reduzir as emissões de GEE, na gestão de riscos climáticos e na proposição de políticas públicas no que tange às mudanças climáticas.

LABORATÓRIO AVALIA PAVIMENTAÇÃO

Em uma iniciativa inédita no setor de concessão rodoviária, o Grupo EcoRodovias criou há dois anos o primeiro laboratório de estudos de pavimentação do Brasil, credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), na norma ISO/IEC 17025. O objetivo da parceria é realizar novos ensaios de penetração, destacando-se:

- Materiais asfálticos;
- Ponto de amolecimento – método do anel e bola;
- Pontos de fulgor e de combustão em vaso aberto Cleveland – derivados de petróleo;

- Viscosidade em temperaturas elevadas usando um viscosímetro rotacional – materiais asfálticos;
- Viscosidade Saybolt Furol – materiais betuminosos.

Em 2012, o Grupo recebeu a homologação do Inmetro para desenvolver outros três ensaios que também haviam sido avaliados em 2011. São eles:

- Compressão diametral em Misturas Asfálticas;
- Viscosidade – Brookfield com asfalto borracha;
- Determinação da recuperação elástica pelo ductilômetro.

MITIGAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS [GRI EN7; EN26]

O Grupo adota uma série de diretrizes e estabelece metas que configuram sua gestão ambiental, sendo incorporadas, ao longo dos anos, pelas empresas controladas.

Em 2013 foi iniciado um novo projeto que prevê alterações no modelo de liquidação nas praças de pedágio, visando reduzir significativamente o uso de papel e de plástico.

No início de 2013, entrou em operação um novo projeto que prevê alterações no modelo de liquidação nas praças de pedágio, visando reduzir significativamente o uso de papel e de plástico, com reflexos positivos no volume de emissões atmosféricas. Assim, a contagem do dinheiro arrecadado passará a ser realizada eletronicamente e, em consequência, o carro-forte que guarda os malotes recolhidos em todas as praças diminuirá o tempo de espera em cerca de 70%, reduzindo as emissões.

Operacionais – utilização de papel reciclado nas impressões; instalação de luminárias LED; reaproveitamento de material fresado (resíduo gerado durante o pavimento das pistas de rolamento); realização de campanhas e palestras sobre temas socioambientais.

Água – caça-vazamentos em todo o sistema; torneiras com fechamento automático de vazão; descarga com caixa acoplada; instalação de cisternas para reaproveitamento da água de chuva.

Emissões – uso prioritário de combustíveis renováveis (etanol) na frota de veículos; uso de equipamentos com maior eficiência energética; contratação de veículos fretados para o transporte de funcionários; adoção de videoconferências entre as empresas do Grupo para evitar deslocamentos desnecessários.

Poluição sonora – plantio de vegetação no entorno das rodovias; pavimentação com agregados na faixa Caltrans e tendo como ligante o asfalto borracha; monitoramento dos ruídos provocados por obras nas vias.

Resíduos – coleta seletiva em todas as empresas do Grupo; área específica para separação de resíduos recicláveis; parceria com associações de catadores; coleta de lonas para reaproveitamento no âmbito do projeto Reinventar.

Efluentes – estações de tratamento na maioria das concessionárias.



Asfalto espuma - Ecopistas

MATERIAIS USADOS, POR PESO E VOLUME - 2010/2012 [GRI EN1]

MATERIAIS	2010	2011	2012	UNIDADE
Agregados	167.892	232.904	259.575	m ³
Ligantes (como CM30, RC 1C, CAP e Ecoflex)	16.270	26.678	89.284	Tonelada
Tinta viária à base de água	346.297	470.387	543.121	Litro
Tinta viária à base de solvente	43.713	89.396	75.376	Litro
Papel para impressão dos tíquetes de pedágio	114.599	91.681	74.830	Bobina

MATERIAIS UTILIZADOS PELAS UNIDADES DE NEGÓCIO PROVENIENTES DE RECICLAGEM [GRI EN2]

MATERIAL	2010	2011	2012	UNIDADE
Material fresado	37.798	51.171	57.093	m ³
Papel reciclado	4.726	4.972	4.380	resmas



Projeto "De bem com a via" - Ecovias

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS [GRI EN22]

Diante do atual cenário, depois de aprovada a Política Nacional de Resíduos Sólidos pelo Congresso Nacional, a EcoRodovias tem procurado se adequar às diretrizes da nova legislação. Atualmente, todos os tipos de resíduos gerados pelas operações nas rodovias administradas pelo Grupo já são corretamente destinados (ver tabela).

PESO TOTAL DE RESÍDUOS, POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO - 2012

MATERIAL	QUANTIDADE	UNIDADE	MÉTODO DE DISPOSIÇÃO
CLASSE I			
	137.605,43	kg	
Resíduos perigosos diversos (oriundos de acidentes nas rodovias e outros)	3.000	Litro	Incineração, reciclagem e aterro industrial
	33	m ³	
	100	Baldes	
Lâmpadas fluorescentes	5.840	Unidades	Reciclagem e aterro industrial
Resíduos de atendimento pré-hospitalar	1.813,69	kg	Incineração, esterilização, aterro sanitário e aterro industrial
CLASSE II			
Material fresado	34,76	Tonelada	Reincorporação ao processo de pavimentação
	42.434,77	m ³	
Recicláveis	143,89	Tonelada	Reciclagem
Resíduos sólidos da construção civil	746,87	Tonelada	Aterro e reciclagem
	87	m ³	
Resíduos sólidos (pneus inservíveis e pedaços de borracha)	217,16	Tonelada	Coprocessamento e aterro industrial
Resíduos sólidos orgânicos ou não recicláveis	1.425,133	Tonelada	Aterro

Um conjunto de metas reforça a gestão ambiental realizada por todas as concessionárias do Grupo.

CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA DAS CONCESSIONÁRIAS - 2010/2012 [GRI EN5]

ECOVIAS	2010	2011	2012	UNIDADE
Meta de redução de energia sobre o ano anterior	2%	3%	3%	%
Redução alcançada	Não houve	Não houve	Não houve	%
Total de energia economizada	Não houve	Não houve	Não houve	kWh
ECOPISTAS	2010	2011	2012	UNIDADE
Meta de redução de energia sobre o ano anterior	Não houve	Não houve	Não houve	%
Redução alcançada	Não houve	Não houve	Não houve	%
Total de energia economizada	Não houve	Não houve	Não houve	kWh
ECOVIA	2010	2011	2012	UNIDADE
Meta de redução de energia sobre o ano anterior	1	3	2	%
Redução alcançada	1,81	5	0	%
Total de energia economizada	17.846	52.994	0	kWh
ECOCATARATAS	2010	2011	2012	UNIDADE
Meta de redução de energia sobre o ano anterior	1	1	0	%
Redução alcançada	1,6	6	-	%
Total de energia economizada	20.641	76.240	-	kWh
ECOSUL	2010	2011	2012	UNIDADE
Meta de redução de energia sobre o ano anterior	Não houve	Não houve	3	%
Redução alcançada	Não houve	Não houve	5,36	%
Total de energia economizada	Não houve	Não houve	79.301,83	kWh

CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA [GRI EN8 E EN10]

A Companhia estabelece metas anuais de redução de consumo de água em cada unidade de negócio (empresas controladas e concessionárias). Caso a determinada meta não seja alcançada, os gestores avaliam os principais motivos e traçam um novo plano de ação.

VOLUME DE ÁGUA RETIRADA, POR FONTE - 2010/2012

FONTE DE CAPTAÇÃO	2010	2011	2012	UNIDADE
Água subterrânea	56.265,71	54.237,25	55.433,55	m ³
Água de chuva	57,00	68,58	73,50	m ³
Abastecimento municipal	16.328,50	19.998,50	20.064,00	m ³
Efluentes reutilizados	0,00	0,00	0,00	m ³
Outros	0,00	0,00	0,00	m ³
TOTAL	72.651,21	74.304,33	75.571,05	m³



Viveiro de mudas - Ecovias

CONSUMO DE ENERGIA DIRETA - 2010/2012

TIPO DE ENERGIA	2010	2011	2012	UNIDADE
NÃO RENOVÁVEIS				
Gás natural	254,70	0,00	0,00	m ³
Óleo diesel (frota)	1.431.461,74	1.427.702,83	1.381.281,49	Litros
Óleo diesel (geradores)	63.382,49	44.815,74	59.129,51	Litros
Eletricidade (termelétrica)	1.377.191,73	1.477.540,00	1.398.238,39	kWh
Gasolina	245.482,85	443.223,69	211.994,98	Litros
RENOVÁVEIS				
Etanol (frota de veículos)	1.152.199,49	1.076.283,40	1.654.579,00	Litros
Eletricidade (hidrelétrica)	17.040.824,00	18.837.265,00	25.477.308,60	kWh

COMPRA DE ENERGIA [GRI EN3]

A EcoRodovias adota como política de eficiência energética o controle e o monitoramento sistemático dos recursos renováveis e não renováveis. Para isso, mantém sob rígido controle alguns procedimentos que visam reduzir o consumo de energia, além de realizar palestras, campanhas e enquetes sobre o consumo consciente.

CONTROLE DE EMISSÕES [GRI EN16, EN17 E EN18]

Com as medidas previstas no âmbito do projeto Frota Sustentável, a EcoRodovias tem conseguido aprimorar a gestão da frota interna de veículos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). A iniciativa, lançada oficialmente durante a Conferência da ONU Rio+20, em junho de 2012, no Rio de Janeiro, prevê o monitoramento sistemático de nove indicadores, visando à economia de combustíveis e à diminuição de emissões de CO₂ e poluentes convencionais dos veículos de frotas corporativas.

Em 2012, o sistema de Identificação Automática dos Veículos (AVI) nas concessionárias controladas pela EcoRodovias possibilitou a redução de 727,85 toneladas de CO₂. O serviço permite que o motorista passe direto (com velocidade reduzida) pela praça de pedágio, sem precisar parar o veículo.

Em comparação com o ano de 2011, a taxa de adesão também subiu: 10,64% para veículos de passeio e 6,92% para veículos comerciais. Já com o sistema manual, situação em que o motorista precisa parar na praça de pedágio, o número de veículos comerciais pagantes caiu 18,5%, enquanto o de veículos de passeio cresceu 2,20%.

Em 2012, a EcoRodovias reduziu as emissões de GEE em 14,22% e permaneceu listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa.

TOTAL DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS DIRETAS E INDIRETAS - 2010/2012

TONELADAS CO₂e

ESCOPO	DESCRIÇÃO DA EMISSÃO	2010	2011	2012
Escopo 1	Combustível utilizado pela frota (operacional e administrativa) e geradores	4.196,06	4.757,60	4.080,66
Escopo 2	Energia elétrica comprada	966,62	615,62	1.756,09
Escopo 3	Viagens a serviço da empresa e transporte de funcionários	1.118,42	1.500,27	1.379,62

Obs.: Desde 2010, a EcoRodovias utiliza o método GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) para calcular suas emissões de GEE. O inventário consolidado pela Companhia é auditado pela consultoria KPMG.

Os valores apresentados na tabela não contemplam as emissões fugitivas de R22, que em 2012 totalizaram 603,9 toneladas.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS [GRI EC2]

Os principais riscos ligados a mudanças climáticas que podem trazer eventuais danos às operações da Companhia são:

- Perda de ativos relacionados a eventos climáticos extremos (pontes, viadutos, encostas etc.);
- Quebra em safras, com impacto negativo nos resultados da arrecadação, uma vez que o tráfego nas rodovias está diretamente ligado à produção agrícola;
- Redução de tráfego de veículos de passeio, influenciada pela condição climática, sobretudo nos fins de semana e feriados.

A área de Planejamento Financeiro avalia todos os riscos climáticos que podem ocorrer ao longo do ano e submete à Diretoria os planejamentos estratégicos.

Em 2012, a EcoRodovias respondeu pela primeira vez ao Carbon Disclosure Project (CDP), uma iniciativa promovida por investidores institucionais que consiste no envio de questionário de *disclosure* sobre governança climática para as maiores empresas de capital aberto do mundo. O objetivo é adequar as futuras decisões de investimentos à economia de baixo carbono, com a transparência das informações.

CONTROLE DE DERRAMAMENTOS SIGNIFICATIVOS EM 2012 - [GRI EN23]

RODOVIA EM QUE OCORREU O DERRAMAMENTO	VOLUME DO DERRAMAMENTO	UNIDADE	MATERIAL DERRAMADO	AÇÃO DE CONTENÇÃO
ECOVIAS				
SP-150	2.000	Litros	Etanol	Sinalização/fechamento da rodovia, acionamento dos órgãos competentes e recolhimento do resíduo por empresa especializada.
SP-150	1.800	Litros	Tolueno	
SP-055	600	kg	Nitrato de amônia	
SP-150	20.000	Litros	Etanol	
SP-160	100	Litros	Gasolina	
SP-150	2.000	Litros	Etanol	
ECOCATARATAS				
BR-277	1.200	Litros	Leite contaminado com óleo diesel	Interrupção da fonte de vazamento e retirada da terra contaminada pela equipe da Ecocataratas.
BR-277	7.000	Litros	Óleo diesel	Diques de contenção pela equipe da Ecocataratas. Retirada do líquido contido nos diques e terra contaminada foi efetuada pela transportadora da carga.
BR-277	300	Litros	Óleo diesel	Retirada da terra contaminada por equipe da Ecocataratas.
BR-277	30.000	Litros	Combustíveis (combustível de aviação)	Diques de contenção pela equipe da Ecocataratas. Retirada do líquido contido nos diques e terra contaminada foi efetuada pela transportadora da carga.
BR-277	10.000	Litros	Combustível de aviação	Interrupção da fonte de vazamento e realização de diques de contenção. A equipe da Ecocataratas conseguiu recuperar aproximadamente 5 mil litros do material que vazou para o solo. Retirada da terra contaminada realizada pela transportadora da carga.
BR-277	500	Litros	Gasolina	Interrupção da fonte de vazamento e realização de diques de contenção pela equipe da Ecocataratas. Retirada da terra contaminada realizada pela transportadora da carga.
ECOSUL				
BR-392	100	Litros	Álcool anidro	Retirada do material contaminado da faixa de domínio, que pesava aproximadamente 400 kg (areia contaminada).

Obs.: Em 2012, não ocorreram derramamentos significativos na Ecopistas e na Ecovia Caminho do Mar.

Todas as empresas do Grupo trabalham de forma preventiva, qualificando seus colaboradores com treinamentos e simulados, além de promoverem campanhas aos usuários da rodovia. Em casos de acidente, dispõem de recursos adequados para o atendimento emergencial e o controle de vazamento.

A cada trimestre, são realizados simulados nas rodovias com a participação de equipes médicas, serviço de guincho e operadores de tráfego. Nessas datas, as pistas são fechadas para situações de tombamentos de cargas e encostas, acidentes de caminhões de produtos químicos com vítimas, colisões, remoção de vítimas e tempo de resgate. Em 2012, foram realizadas 368 horas de treinamento para essa finalidade.

Além dessas medidas, há ainda o Programa de Redução de Acidentes (PRA), desenvolvido continuamente por integrantes de diversas áreas da EcoRodovias com o objetivo de buscar soluções para os pontos considerados mais críticos.

GESTÃO DE IMPACTOS [GRI EN14]

Como forma de amenizar as externalidades negativas provocadas à sociedade e ao meio ambiente decorrentes das operações e dos serviços da Companhia, as concessionárias de rodovias da EcoRodovias realizam diversas campanhas de sensibilização para promover e divulgar procedimentos de segurança nas estradas, incluindo o cuidado com animais que, por vezes, também cruzam as vias, os usuários e colaboradores. Nessas ações, são utilizados recursos como painéis e material informativo e também distribuídos *flyers*. Há também placas que sinalizam os locais para a travessia de pedestre e percursos onde a velocidade deve ser reduzida. O Grupo realiza ainda o plantio de mudas no entorno das rodovias, como forma de mitigar os impactos ambientais, com a colaboração de funcionários e da comunidade.

No âmbito da Ecovias, por exemplo, foram realizadas duas campanhas nas rodovias, ao longo de 2012, para divulgar informações de utilidade pública sobre tráfego, saúde, meio ambiente e biodiversidade. A concessionária também par-



Programa "Saúde na estrada" - Ecosul

Preservação da fauna



Em 2012, representantes da Ecocataratas participaram do Grupo de Trabalho que discutiu medidas visando à preservação das onças-pintadas no Parque Nacional do Iguaçu (PNI). Foram registrados ataques à espécie em Santa Tereza do Oeste (PR), motivo de grande preocupação das comunidades lindeiras.

O grupo de trabalho contou com a participação de representantes de Associação de Lindeiros de Santa Tereza do Oeste, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

(Emater), Prefeitura de Santa Tereza, Procuradoria Pública, Corpo de Bombeiros e Instituto Chico Mendes.

A concessionária também desenvolve o projeto Respeito à Vida, de educação ambiental, em parceria com o PNI e o Instituto Chico Mendes. O objetivo é sensibilizar as comunidades lindeiras e os usuários da BR-277 sobre o respeito à fauna, à flora e aos limites de velocidade, em áreas de unidades de conservação.

tipicou e patrocinou o projeto Festival de Surf EcoRodovias, com a distribuição de 2 mil mudas de espécie nativa da Mata Atlântica. Para 2013, já foi aprovada a utilização de recursos financeiros para a adoção de medidas mitigadoras de monitoramento da fauna do entorno das vias.

O Grupo apoia a manutenção de parques e áreas de preservação localizados nas proximidades das rodovias e realiza campanhas de combate ao comércio ilegal de plantas e animais. Nas imediações da Ecocataratas, por exemplo, há uma particularidade: a reserva indígena Rio das Cobras, localizada nos municípios Nova Laranjeiras (90%) e Espigão Alto do Iguaçu (10%), no Paraná. A área da reserva ocupa mais de 18.682 hectares, onde vivem 600 famílias, com cerca de 3 mil indígenas.

Desde junho de 2012, a concessionária, em conjunto com o Sebrae, a Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), reúne-se com representantes dos indígenas para

conhecer suas necessidades e desenvolver um projeto que melhore sua qualidade de vida, respeitando sua cultura e seus costumes. Também está em fase de estudos a criação de um projeto para construir um centro de comercialização do artesanato confeccionado pelos nativos.

Com o propósito de evitar derramamentos nas estradas, equipes treinadas acompanham caminhões com cargas perigosas ao longo do trajeto a ser percorrido. As concessionárias da EcoRodovias também adotam medidas específicas para manter as melhores práticas operacionais, que atendam às normas técnicas pertinentes e à legislação ambiental. As empresas controlam e monitoram as atividades de segurança viária, inclusive durante a execução de obras nas vias, e realiza auditorias periodicamente para avaliar o desempenho e incorporar possíveis melhorias.

Por estar localizada próxima à região de Mata Atlântica, a Ecovia Caminho do Mar tem realizado desde 2008 o monitoramento de animais atropelados, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais (Ibama) e o Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), mantido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ao longo desse período, já foram resgatados 1.044 animais: 28 foram encaminhados para a recuperação em clínicas de animais silvestres e ao Cetas, e outros 425, ao Museu de História Natural do Capão da Imbuia, em Curitiba (PR), para fins de estudos científicos e didáticos.

Além disso, a concessionária desenvolve um projeto de mapeamento, quantificação e identificação de árvores exóticas e que invadem a linha de tráfego, nas rodovias BR-277, PR-508 e PR-407. Entre 2010 e 2012, já foram removidas 1.426 árvores desse tipo.

Por sua vez, a Ecosul tem buscado novas alternativas de energia limpa para serem aplicadas nas unidades da concessionária. Para isso, traçou um diagnóstico energético com o auxílio de uma estudante alemã. A empresa promoveu ainda o plantio de 1.930 mudas de espécies arbóreas, nativas da região em que atua, e distribuiu outras 350 mudas entre seus colaboradores e do Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de Pelotas (Sanep) – responsável pelo tratamento de água e efluente do município.

Os investimentos da EcoRodovias na gestão ambiental mais que dobraram entre 2011 e 2012, concentrando-se nas áreas de pesquisa e desenvolvimento e de tecnologias limpas.

MULTAS [GRI S08 E PR9]

De acordo com o Código de Conduta Empresarial, as concessionárias do Grupo EcoRodovias devem cumprir todas as obrigações estipuladas nos contratos de concessão, sempre preservando o equilíbrio econômico-financeiro do acordo.

Para acompanhar o atendimento dessas obrigações, a EcoRodovias utiliza uma metodologia de gestão denominada Gerenciamento dos Compromissos do Contrato de Concessão, que registra o número de notificações emitidas pelo poder concedente – a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A meta é que não aconteça nenhuma infração, mas, uma vez detectada, a *holding* traça um plano de ação para evitar que a ocorrência se repita.

Em 2012, foram pagas seis multas referentes a infrações contratuais cometidas pela Ecosul. São ocorrências de 2007 e, embora a empresa tenha apresentado defesas e recursos, foram julgadas procedentes, sendo fixadas multas no total de R\$ 11.366,29. Apenas uma infração foi encaminhada à concessionária Ecosul, mas o processo administrativo ainda não foi julgado pela ANTT. Já a Ecopistas recebeu 17 notificações da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), no montante de R\$ 1.394.428,00, e aguarda julgamento de suas defesas/recursos. As demais concessionárias não receberam nenhuma notificação.

GESTÃO AMBIENTAL [GRI EN30]

O volume de investimento realizado pela EcoRodovias aumentou significativamente em 2012, alcançando a cifra de R\$ 3,7 milhões. O valor representa mais que o dobro do R\$ 1,56 milhão desembolsado em 2011. As duas áreas que mais receberam novos recursos no período foram:

- Pesquisa e desenvolvimento – dentre outros projetos, estão a instalação de iluminação LED em um túnel da Ecovias dos Imigrantes e a colocação de painel solar sobre o prédio do pedágio Batistini.
- Tecnologias limpas – adoção de melhorias ergonômicas no viveiro de plantas, no sistema de irrigação e na ampliação do sombrite.



Semana do Meio Ambiente - Ecovias

TOTAL DE INVESTIMENTOS E GASTOS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL (R\$)

TIPO DE DESPESA	2010	2011	2012
Tratamento e disposição de resíduos	555.724,03	612.169,32	564.184,50
Tratamento de emissões atmosféricas	81.152,08	92.418,98	51.041,10
Serviços externos de gestão ambiental	514.617,93	361.050,06	502.742,58
Certificação externa	46.677,50	74.957,29	51.604,49
Pesquisa e desenvolvimento/ Eficiência energética	276.422,08	340.724,08	2.481.072,34
Tecnologias limpas	23.497,00	78.219,10	125.869,09
TOTAL	1.498.090,62	1.559.538,83	3.776.514,10

Relatório de asseguuração dos auditores independentes



Aos Conselheiros e Diretores da
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (EcoRodovias) para apresentar nosso relatório de asseguuração limitada sobre a compilação das informações relacionadas com sustentabilidade e responsabilidade social da EcoRodovias, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Responsabilidades da administração da Companhia

A administração da EcoRodovias é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações constantes do relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes para relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative - GRI (GRI-G3.1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações constantes do relatório de sustentabilidade, com base no trabalho de asseguuração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico (CT) 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguuração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional Isae 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações constantes do relatório de sustentabilidade, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguuração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (Isae 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Companhia e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações constantes do relatório de sustentabilidade, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguuração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguuração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações constantes do relatório de sustentabilidade, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes do relatório de sustentabilidade e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do *Relatório de Sustentabilidade da EcoRodovias*;
- (b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- (c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações constantes do relatório de sustentabilidade; e
- (d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes para relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative – GRI (GRI-G3.1), aplicáveis na elaboração das informações constantes do relatório de sustentabilidade.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações constantes do relatório de sustentabilidade. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes do relatório de sustentabilidade. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dadas a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes do *Relatório de Sustentabilidade da EcoRodovias* não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes para relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative – GRI (GRI-G3.1).

São Paulo, 22 de maio de 2013

KPMG Risk Advisory Services Ltda.
CRC 2SP023233/O-4

Eduardo V. Cipullo
Contador CRC 1SP135597/O-6

Sobre o relatório

Avanços no relato

[GRI 3.1, 3.2 E 3.9]

O Relatório Anual de Sustentabilidade (RAS) 2012 apresenta as atividades do Grupo EcoRodovias no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro. Pelo sexto ano consecutivo, o reporte da prestação de contas pela Companhia contempla as dimensões econômica, social e ambiental. Neste ciclo, traz 56 indicadores de desempenho, segundo as diretrizes da versão 3.1 da Global Reporting Initiative (GRI), organização sediada em Amsterdã, Holanda, que tem fomentado uma rede global *multistakeholder*, integrada por representantes de governos, de empresas e de diferentes entidades civis.

O modelo de relato criado pela GRI prevê seis princípios de qualidade – equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, clareza e confiabilidade – e tornou-se uma das principais referências mundiais, sendo adotado cada vez mais na elaboração de relatórios corporativos. Do mesmo modo, a publicação também atende aos critérios da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

[GRI 3.3]

A publicação alcançou o nível de aplicação A+, segundo os requisitos da GRI, o que revela, sob diferentes aspectos, o aprimoramento do processo de relato, se comparado com o relatório do ciclo anterior (2011), desenvolvido a partir da versão 3 das diretrizes internacionais, considerados os parâmetros do nível de aplicação B.

[GRI 4.17]

Assim, a EcoRodovias dá continuidade ao processo de prestação de contas, iniciado em 2005, para informar, de maneira clara, objetiva e abrangente, os públicos de relacionamento (*stakeholders*) do Grupo: colaboradores, usuários, clientes, comunidades, instituições financeiras, fornecedores, governo, ONGs, acionistas, investidores, concorrentes, associações, entidades de classe e veículos de mídia.

Além de consolidar as principais informações econômico-financeiras do balanço de 2012 do Grupo EcoRodovias, o relatório constitui uma fonte de consulta atualizada sobre as atividades voltadas ao progresso social e à preservação dos recursos naturais, que revelam os compromissos e as ações concretas da Companhia focadas no desenvolvimento sustentável.

[GRI 3.6, 3.7; 3.8; 3.9 E 3.13]

Na elaboração deste conteúdo, os indicadores de desempenho econômico e financeiro foram integralmente apurados de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação brasileira e pelos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das definidas pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS). Os dados consolidados do balanço anual, e incluídos no RAS 2012, foram auditados pela KPMG.

Os indicadores de desempenho da GRI reportados neste relatório abrangem apenas as concessionárias de rodovias - Ecovias, Ecopistas, Ecovia, Ecocataratas e Ecosul -, com exceção dos seguintes: EC1, EC5, EC7, LA1, LA2, LA13 e LA14, que também incluem informações das empresas Ecoporto Santos (ex-Tecondi) e Elog.

[GRI 3.6 E 3.10]

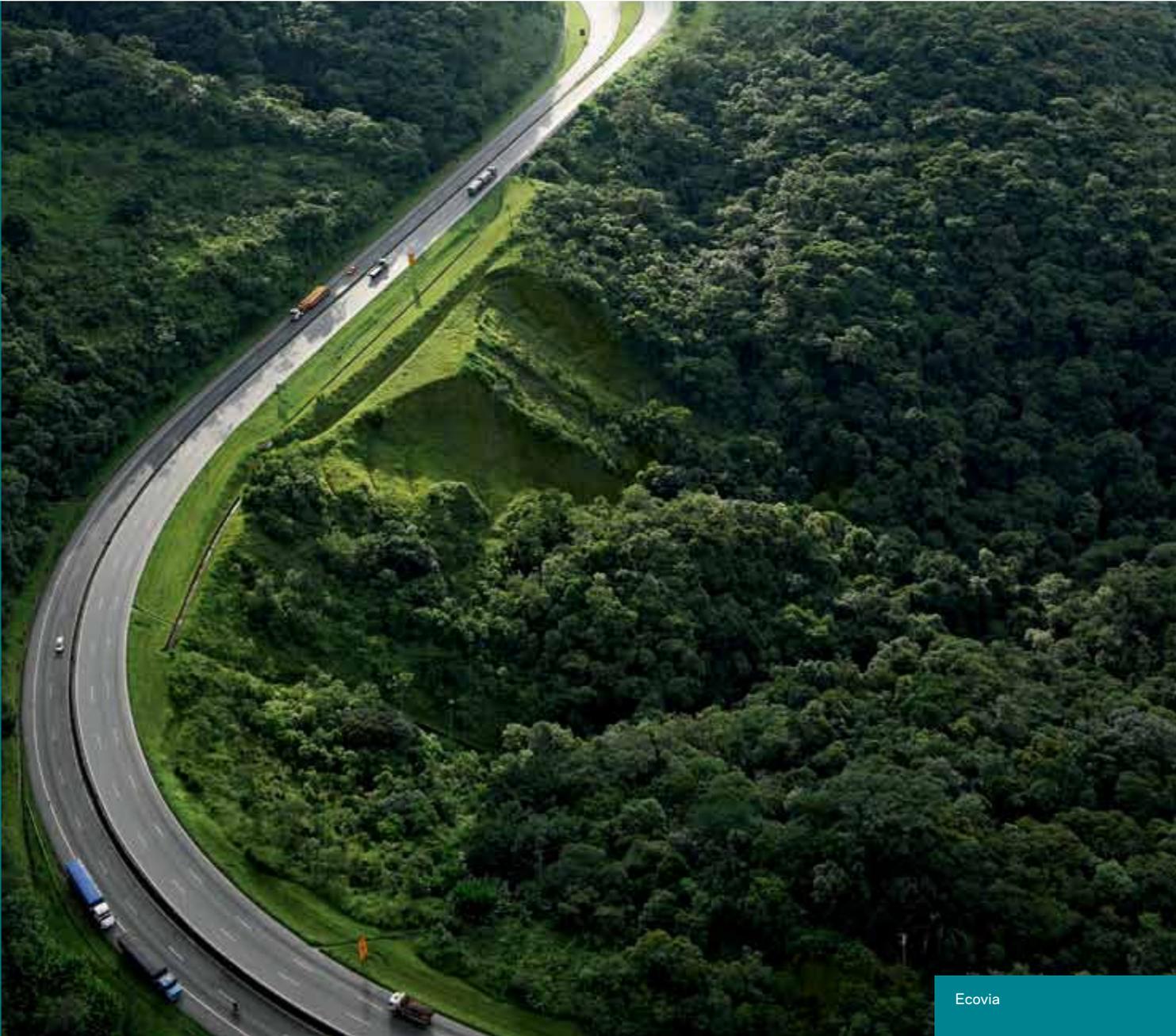
A comparabilidade com o conteúdo do relatório anterior (2011) está assegurada, e eventuais correções ou atualizações estão devidamente indicadas, quando necessário, nos respectivos trechos do próprio texto ou em notas explicativas.

Com o objetivo de aprimorar o processo de relato, como recomenda a GRI, o Grupo EcoRodovias realizou em 2011 o primeiro teste de materialidade. A iniciativa, que envolveu uma série de consultas presenciais a um grupo formado por 167 pessoas, deu origem a uma matriz com 67 temas sociais, ambientais, econômico-financeiros e de governança propostos pela Companhia e submetidos à avaliação dos públicos de relacionamento. Ao todo, eles elegeram como mais relevantes, ou materiais, 45 temas, que também passaram a ser reportados com mais profundidade desde o RAS 2011 (leia mais em: http://ri.ecorodovias.com.br/ecorodovias/web/arquivos/EcoRA11_Port.pdf).

Na prática, essa consulta ampliada visa manter o alinhamento do conteúdo do reporte às diferentes expectativas e necessidades de informação dos *stakeholders*. No entanto, em razão da importância de algumas ações desenvolvidas nos diferentes segmentos de atuação da EcoRodovias, o RAS 2012 também reúne outras informações e indicadores relevantes, do ponto de vista da Companhia, e que atendem, por exemplo, aos requisitos do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa.

[GRI 3.1]

Para mais informações, acesse o site <www.ecorodovias.com.br> ou contate a área de Relações com Investidores pelo e-mail <invest@ecorodovias.com.br>.



Nível de aplicação do relatório

A EcoRodovias considera que o *Relatório Anual de Sustentabilidade 2012* atende aos requisitos para o nível de aplicação A+, definidos pela Global Reporting Initiative (GRI), segundo as diretrizes da versão G 3.1, apresentados no quadro a seguir.

[EC1; EC5; EC7; LA1; LA2; LA13 E LA14]

NÍVEIS DE APLICAÇÃO		C	C+	B	B+	A	A+
CONTEÚDO DO RELATÓRIO	Perfil da G3.1	Responder aos itens: 1.1; 2.1 - 2.10; 3.1 - 3.8; 3.10 - 3.12; 4.1 - 4.4; 4.14 - 4.15	Com verificação externa	Todos os indicadores de perfil e governança: 1.1 - 4.17	Com verificação externa	Todos os indicadores de perfil e governança: 1.1 - 4.17	Com verificação externa
	Forma de gestão da G3.1	Não exigido		Informações sobre a forma de gestão para cada aspecto de indicador		Forma de gestão divulgada para cada aspecto de indicador	
	Indicadores de desempenho da G3.1 & indicadores de desempenho do suplemento setorial	Mínimo de 10 indicadores de desempenho (essenciais ou adicionais), incluindo, ao menos, um de cada dimensão: econômica, ambiental e social. Se houver disponibilidade, podem ser reportados indicadores setoriais, contanto que sete não sejam setoriais		Mínimo de 20 indicadores de desempenho (essenciais ou adicionais), incluindo, ao menos, um de cada dimensão. Se houver disponibilidade, podem ser reportados indicadores setoriais, contanto que 14 não sejam setoriais		Reporte obrigatório dos indicadores setoriais após um ano do lançamento da versão final do suplemento	

Índice remissivo

- Totalmente reportado
- ◡ Parcialmente reportado

ESTRATÉGIA E ANÁLISE

PERFIL	DESCRIÇÃO	REPORTADO	OBSERVAÇÃO	CAPÍTULO
1.1	Mensagem do presidente	●		Cenário e estratégia
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	◡		Perfil/Governança

PERFIL ORGANIZACIONAL

2.1	Nome da organização	●		Perfil
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	●		Perfil
2.3	Estrutura operacional da organização	●		Perfil
2.4	Localização da sede da organização	●		Informações corporativas
2.5	Países em que a organização opera e em que suas principais operações estão localizadas	●		Perfil
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	●		Perfil
2.7	Mercados atendidos	●		Perfil
2.8	Porte da organização	●		Perfil
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório	●		Perfil
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	●		Perfil

PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO

3.1	Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas	●		Sobre o relatório
3.2	Data do relatório anterior mais recente	●		Sobre o relatório
3.3	Ciclo de emissão de relatórios	●		Sobre o relatório
3.4	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo	●		Sobre o relatório
3.5	Processo para definição do conteúdo do relatório	●		Sobre o relatório
3.6	Limite do relatório	●		Sobre o relatório
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	●		Sobre o relatório
3.8	Base para a elaboração do relatório	●		Sobre o relatório
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos	●		Sobre o relatório
3.10	Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	●		Sobre o relatório
3.11	Mudanças significativas de escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório	●		Sobre o relatório
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório	●		Sobre o relatório
3.13	Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório	●		Sobre o relatório

GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO

4.1	Estrutura de governança da organização, incluindo comitês do mais alto órgão de governança	●		Perfil
4.2	Presidência do mais alto órgão de governança	●		Perfil Desempenho socioambiental
4.3	Membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	●		Governança
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações	◡		Desempenho econômico-financeiro
4.5	Relação entre remuneração e o desempenho da organização (incluindo social e ambiental)	◡		Perfil
4.6	Processos para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	●		Perfil
4.7	Qualificações dos membros do mais alto órgão de governança	●		Governança
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes	●		Governança
4.9	Responsabilidades pela implementação das políticas econômicas, ambientais e sociais	◡		Governança
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	●		Governança
4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução	●		Governança
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente	●		Desempenho socioambiental
4.13	Participação em associações e/ou organismos nacionais/internacionais	●		Desempenho socioambiental
4.14	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização	●		Desempenho socioambiental
4.15	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar	●		Desempenho socioambiental
4.16	Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i>	●		Desempenho socioambiental
4.17	Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i>	●		Governança

FORMAS DE GESTÃO			
	ASPECTOS	REPORTADO	CAPÍTULO
EC	Desempenho econômico	●	Desempenho econômico-financeiro
	Presença no mercado	●	Perfil
	Impactos econômicos indiretos	●	Desempenho socioambiental
EN	Energia	●	Desempenho socioambiental
	Água	●	Desempenho socioambiental
	Emissões, efluentes e resíduos	●	Desempenho socioambiental
	Produtos e serviços	●	Perfil / Desempenho operacional
	Compliance	●	Governança
	Transporte	●	Desempenho socioambiental
	Geral	●	Desempenho socioambiental
LA	Emprego	●	Desempenho socioambiental
	Relações entre o trabalho e a governança	●	Governança
	Saúde e segurança no trabalho	●	Desempenho socioambiental
	Treinamento e educação	●	Desempenho socioambiental
HR	Não discriminação	●	Desempenho socioambiental
	Trabalho infantil	●	Desempenho socioambiental
	Trabalho forçado/escravo	●	Desempenho socioambiental
SO	Corrupção	●	Governança
	Políticas públicas	●	Desempenho socioambiental
	Compliance	●	Desempenho socioambiental
PR	Comunicação e marketing	●	Desempenho socioambiental
	Compliance	●	Desempenho socioambiental

INDICADORES DE DESEMPENHO				
DESEMPENHO ECONÔMICO				
PERFORMANCE ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	REPORTADO	OBSERVAÇÃO	CAPÍTULO
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	●		Desempenho econômico-financeiro
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	●		Desempenho socioambiental
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício	●		Desempenho socioambiental
PRESENÇA NO MERCADO				
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário-mínimo local	●		Desempenho socioambiental

EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais	●	Desempenho socioambiental
EC7	Contratação local	●	Desempenho socioambiental
IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS			
EC8	Impacto de investimentos em infraestrutura oferecidos para benefício público	●	Desempenho econômico-financeiro
EC9	Descrição de impactos econômicos indiretos significativos	●	Desempenho socioambiental
DESEMPENHO AMBIENTAL			
MATERIAIS			
EN1	Materiais usados, por peso ou volume	●	Desempenho socioambiental
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	●	Desempenho socioambiental
ENERGIA			
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	●	Desempenho socioambiental
EN5	Energia economizada em decorrência de melhorias em conservação e eficiência	●	Desempenho socioambiental
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	●	Desempenho socioambiental
ÁGUA			
EN8	Total de água retirada por fonte	●	Desempenho socioambiental
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	●	Desempenho socioambiental
BIODIVERSIDADE			
EN14	Estratégias para gestão de impactos na biodiversidade	●	Desempenho socioambiental
EMISSIONES, EFLUENTES E RESÍDUOS			
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa	●	Desempenho socioambiental
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa (GEE)	●	Desempenho socioambiental
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	●	Desempenho socioambiental
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e métodos de disposição	●	Desempenho socioambiental
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	●	Desempenho socioambiental
PRODUTOS E SERVIÇOS			
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais	●	Desempenho socioambiental
CONFORMIDADE			
EN28	Valor de multas e número total de sanções resultantes de não conformidade com leis	●	Desempenho socioambiental

Em 2012, apenas a concessionária Ecovia Caminho do Mar recebeu um auto de infração, no valor de R\$ 5 mil, referente à violação de Área de Preservação Permanente (APP). A empresa protocolou defesa administrativa em 05/01/2013.

GERAL			
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental	●	Desempenho socioambiental
EMPREGO			
LA1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	●	Desempenho socioambiental
LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregos, por faixa etária, gênero e região	●	Desempenho socioambiental
LA3	Comparação entre benefícios a empregados de tempo integral e temporários	●	Desempenho socioambiental
RELAÇÃO ENTRE OS TRABALHADORES E A GOVERNANÇA			
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordo de negociação coletiva	●	Desempenho socioambiental
SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO			
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde	●	Desempenho socioambiental
LA7	Taxa de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos	●	Desempenho socioambiental
LA8	Programas de educação, prevenção e controle de risco	●	Desempenho socioambiental
LA9	Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	●	Desempenho socioambiental
TREINAMENTO E EDUCAÇÃO			
LA10	Média de horas por treinamento por ano	●	Desempenho socioambiental
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua	●	Desempenho socioambiental
LA12	Percentual de empregados que recebem análises de desempenho	●	Desempenho socioambiental
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			
LA13	Composição da alta direção e dos conselhos, e proporção por grupos e gêneros	●	Desempenho socioambiental
LA14	Proporção do salário-base entre homens e mulheres, por categoria funcional	●	Desempenho socioambiental
PROCESSO DE COMPRA			
HR2	Percentual de empresas contratadas submetidas a avaliações referentes a direitos humanos	●	Desempenho socioambiental
HR3	Horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a direitos humanos, incluindo percentual de empregados treinados	●	Desempenho socioambiental
NÃO DISCRIMINAÇÃO			
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	●	Perfil Desempenho socioambiental
TRABALHO INFANTIL			
HR6	Medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil	●	Desempenho socioambiental
TRABALHO FORÇADO, ANÁLOGO A ESCRAVO			
HR7	Medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado	●	Desempenho socioambiental

DIREITOS INDÍGENAS			
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	●	Desempenho socioambiental
O Grupo EcoRodovias não registrou qualquer ação judicial ou reclamação envolvendo os direitos indígenas, no período coberto pelo relatório (2012).			
COMUNIDADE			
SO1	Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades	●	Desempenho socioambiental
CORRUPÇÃO			
SO2	Unidades submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção	●	Governança
SO3	Percentual de empregados treinados em políticas e procedimentos anticorrupção	●	Perfil
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	●	Perfil
POLÍTICAS PÚBLICAS			
SO5	Posições quanto a políticas públicas	●	Desempenho socioambiental
SO6	Políticas de contribuições financeiras para partidos políticos, políticos ou instituições	●	Desempenho socioambiental
SO7	Número de ações judiciais por concorrência desleal	●	
No período coberto pelo relatório (2012), não foram registradas ações judiciais por concorrência desleal.			
CONFORMIDADE			
SO8	Descrição de multas significativas e número total de sanções não monetárias	●	Desempenho socioambiental
SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE			
PR1	Avaliação de impactos na saúde e segurança durante o ciclo de vida de produtos e serviços	●	Desempenho operacional
PR2	Não conformidades relacionadas aos impactos causados por produtos e serviços	●	Desempenho socioambiental
ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS			
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas	●	Desempenho socioambiental
COMUNICAÇÃO E MARKETING			
PR7	Casos de não conformidade relacionados à comunicação de produtos e serviços	●	Desempenho socioambiental
COMPLIANCE			
PR9	Multas por não conformidade relativas a fornecimento e uso de produtos e serviços	●	Desempenho socioambiental



eLOG

Anexo

BALANÇO SOCIAL IBASE E NBCT 15 [GRI EC5 E 3.12]

1 - BASE DE CÁLCULO	2012 - R\$ MIL
Receita líquida (RL)	2.409.107
Resultado operacional (RO)	688.101
Folha de pagamento bruta (FPB)	87.942
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ MIL
Alimentação	7.991
Encargos sociais compulsórios	31.637
Previdência privada	1.537
Saúde	6.866
Segurança e saúde no trabalho	1.043
Educação	259
Cultura	14
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.666
Creches ou auxílio-creche	368
Participação nos lucros ou resultados	12.298
Transporte	4.381
Total - Indicadores sociais internos	68.060
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ MIL
Educação	987
Cultura	512
Saúde e saneamento	197
Esporte	1.343
Combate à fome e segurança alimentar	0
Total das contribuições para a sociedade	3.040
Tributos (excluindo encargos sociais)	350.220
TOTAL - Indicadores sociais externos	353.260
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ MIL
4.1 - Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial (manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente)	5.877
Educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores	176
Passivos e contingências ambientais	228
Outros	234
Total 4.1	6.515

4.2 - Investimentos em programas e/ou projetos externos	
Projetos de educação ambiental em comunidades	2.712
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	1.578
Outros projetos ambientais	0
Total 4.2	4.291
Total dos investimentos em meio ambiente (4.1 + 4.2)	10.806
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	1
Valor das multas e das indenizações relativas a matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	5.000
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos e, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas (x) cumpre de 0% a 50% () cumpre de 51% a 75% () cumpre 76% a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	
	UNIDADES
N.º de empregados(as) ao fim do período	5.805
N.º de admissões durante o período	1820
N.º de desligamentos durante o período	1.692
N.º de empregados(as) terceirizados(as)	0
N.º de estagiários(as)	13
N.º de empregados(as) acima de 45 anos	771
N.º de empregados por faixa etária:	
menores de 18 anos	66
de 18 a 35 anos	3.739
de 36 a 45 anos	1.326
de 46 a 60 anos	633
acima de 60 anos	41
N.º de empregados por nível de escolaridade:	
analfabetos	1
com ensino fundamental	604
com ensino médio/técnico	4.185
com ensino superior	810
pós-graduados	205
N.º de mulheres que trabalham na empresa	1.790
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21
N.º de homens que trabalham na empresa	4.015
% de cargos de chefia ocupados por homens	79
N.º de negros(as) que trabalham na empresa	364
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2
N.º de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	111
Remuneração bruta segregada por:	
Empregados	144.435
Administradores	11.707
Terceirizados	
Autônomos	
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	
	2012
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	119
Número total de acidentes de trabalho	70

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção () direção e gerências () todos(as) os(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências () todos(as) os(as) empregados(as) () todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências (x) todos(as) os(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências (x) todos(as) os(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apoia (x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	5.568 na empresa
	8 no Procon
	464 na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	100% na empresa
	62,5% no Procon
	29,74% na Justiça
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça:	0 no Procon
	127 na Justiça
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:	Reuniões de alinhamento entre as áreas para estabelecer os critérios de avaliação dos pedidos de ressarcimento, auditorias internas nas empresas terceirizadas, elaboração de relatórios gerenciais, atendimentos aos prazos contratuais, treinamentos de atendimento ao usuário no prazo estabelecido, sugestão de resposta para a ouvidoria ao usuário, treinamento para gestores, prepostos e testemunhas, participação nas reuniões do Comitê de Segurança Viária; a partir da análise pelo jurídico das manifestações recebidas pela Ouvidoria, são destacadas as causas recorrentes para alinhamento de soluções na área responsável.
Número de processos trabalhistas:	
movidos contra a entidade	135
julgados procedentes	73
julgados improcedentes	28
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da Justiça (em mil R\$):	1.246,01
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	1.610.260
Distribuição do valor adicionado:	em mil R\$
Governo	509.094
Colaboradores(as)	326.612
Acionistas	150.741
Terceiros	347.509
Retido	276.304

Informações corporativas

Equipe responsável [GRI 2.4]

GRUPO ECORODOVIAS

Rua Gomes de Carvalho, 1.510, 3.º andar
Vila Olímpia – São Paulo (SP)
Telefone: +55 (11) 3787-2667
www.ecorodovias.com.br

ASSESSORIA DE SUSTENTABILIDADE/ COMITÊS DE SUSTENTABILIDADE DAS UNIDADES DE NEGÓCIO

Artaet Arantes da Costa Martins
<artaet.martins@ecorodovias.com.br>
Daniela Espinossi Agostinho
<daniela.agostinho@ecorodovias.com.br>

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Marcello Guidotti
Raquel Turano de Souza
<invest@ecorodovias.com.br>

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

Cíntia Maria Giron Guimarães
<cintia.guimaraes@ecorodovias.com.br>

Créditos

TEXTO E EDIÇÃO

Report Sustentabilidade

REVISÃO

Assertiva Produções Editoriais

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Report Sustentabilidade

PRODUÇÃO GRÁFICA

Report Sustentabilidade

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Gráfica: Stilgraf
Tiragem: 600 exemplares
Papel: miolo couché fosco matte,
115 g/m² / capa Duodesign,
300 g/m² / caderno (4 páginas);
braille couché fosco matte, 240 g/m²

FAMÍLIA TIPOGRÁFICA

Galaxie Polaris, Chester Jenkins,
2008, Publisher: Constellation



ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES

- 3** Relatório da Administração 2012
- 12** Demonstrações Financeiras
- 22** Notas explicativas às
Demonstrações Financeiras
- 112** Relatório dos Auditores
Independentes

A entrada da EcoRodovias no setor portuário foi marco do Grupo no ano de 2012. Em junho do ano passado, foi concluída a aquisição do Complexo Tecondi, sendo sua integração um dos focos estratégicos do Grupo. Como resultado dessa integração, do desenvolvimento da área de logística e dos ativos de concessões rodoviárias, a EcoRodovias obteve crescimento de 33,9% em sua receita bruta, totalizando R\$ 2.657,1 milhões. O setor de concessões rodoviárias correspondeu a 71,7% deste total, que registrou 207,3 milhões de veículos equivalentes pagantes em 2012, 3,5% superior ao ano de 2011.

O destaque do ano no setor de concessões rodoviárias foi a assinatura do termo aditivo junto à ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, no qual a concessionária Ecovias dos Imigrantes investirá cerca de R\$ 328 milhões em novas obras na Baixada Santista com o objetivo de adequar o tráfego e eliminar o gargalo da região.

Em 2012, o Consórcio Rodovia da Vitória, composto pela EcoRodovias e SBS Engenharia, foi declarado e homologado vencedor da concorrência pública de concessão da rodovia BR-101 no Estado do Espírito Santo. O contrato, porém, ainda não foi assinado em razão de recurso interposto pelo segundo colocado, impossibilitando o início das atividades de operação e investimentos ao longo dos 475,9 quilômetros de extensão. A EcoRodovias e a SBS Engenharia vem tomando as medidas necessárias para assegurar essa assinatura.

Sobre os novos negócios, a Companhia continua acompanhando o desenvolvimento das futuras licitações de concessões rodoviárias federais e estaduais, no aguardo do lançamento dos respectivos editais, sempre dentro da estratégia do Grupo de atuar nos principais corredores de importação e exportação.

O Grupo EcoRodovias continua atento às oportunidades em portos e aeroportos, sempre com foco na rentabilidade de seus negócios, preservando, principalmente, a disciplina de capital e uma estrutura econômico-financeira que possibilite o crescimento sustentável da Companhia.

Ao final do ano de 2012 e início de 2013, um de nossos acionistas majoritários - Impregilo International Infrastructures N.V. - alienou sua participação na EcoRodovias, passando 19% para a Primav Construções e Comércio S.A. e o restante para o mercado em bolsa. Sendo assim, a Primav passou a ter 64,0% das ações da EcoRodovias e os 36,0% restantes estão no mercado em bolsa, conforme organograma abaixo:



As ações da EcoRodovias (BM&FBOVESPA: ECOR3) valorizaram 24% ao longo de 2012. O reconhecimento do mercado de que o grupo busca resultados de maneira sustentável vem, ainda, por meio da inclusão das ações, pela segunda vez, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa, o ISE.

Gostaríamos de destacar, também, os dez anos da pista descendente da rodovia dos Imigrantes, completados em dezembro. Um marco na gestão empresarial do Grupo EcoRodovias, além de motivo de orgulho de toda a nossa equipe, a obra é, ainda hoje, uma referência para a engenharia brasileira, bem como para os bancos de fomento, no que se refere ao modelo de gestão ambiental. Trata-se de uma importante conquista, que credencia o Grupo a participar de grandes investimentos em infraestrutura e colaborar com o desenvolvimento do Brasil.

Por fim, não poderíamos deixar de agradecer os nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento na superação das metas empresariais, os nossos acionistas, sempre confiantes na gestão da companhia, os conselheiros, que nos conduziram e nos apoiaram na realização de importantes conquistas, e o apoio de nossos clientes, usuários, órgãos reguladores e demais instituições.

Gostaríamos de convidar todos os nossos *stakeholders* a participar de uma importante missão: salvar vidas. Acreditamos que o trânsito mais seguro se faz também do compromisso individual de se respeitar o Código de Trânsito Brasileiro em sua integridade. Por isso, lançamos em junho de 2012 a campanha “Por Uma Estrada Sem Acidentes”, com a principal meta de engajar as pessoas nessa causa que deve ser motivo de orgulho para todos. Convidamos todos os colaboradores e usuários das nossas rodovias não apenas a fazer essa reflexão, mas a ser peça fundamental para auxiliar a Organização das Nações Unidas (ONU) a alcançar o objetivo de reduzir em 50% o número de ocorrências no trânsito em todo o mundo – proposto pela Década Mundial de Ações de Segurança no Trânsito. Medidas nas áreas de engenharia e coordenação de tráfego das nossas concessionárias estão sendo tomadas para que essa meta seja alcançada. Essa causa vale uma vida.

ADOÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

DESEMPENHO OPERACIONAL

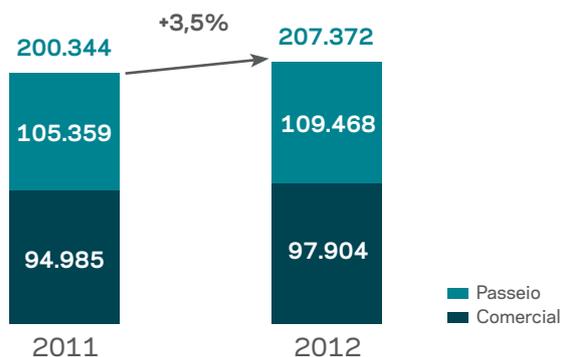
Concessões Rodoviárias

Evolução do Tráfego: O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou um crescimento de 3,5% em 2012, quando comparado com 2011. Os principais motivos para esta variação estão apresentados abaixo:

Veículos comerciais: apresentaram crescimento de 3,1% em 2012, quando comparados ao ano anterior. Em São Paulo, a concessionária Ecovias dos Imigrantes cresceu 5,1%, devido ao grande volume de exportação de milho, e a concessionária Ecopistas apresentou crescimento de 2,4%, em função do bom desempenho do setor industrial. No Paraná, a Ecovia Caminho do Mar obteve um crescimento de 10,0%, devido à safra de milho, que contribuiu para o aumento da movimentação nos portos de Paranaguá e Antonina, e a Ecocataratas cresceu 3,2%. No Rio Grande do Sul, a Ecosul apresentou queda de 3,1% em função da menor movimentação no Porto de Rio Grande, resultante da estiagem que afetou a produção das *commodities* agrícolas no Estado.

Veículos de passeio: cresceram 3,9% em 2012, quando comparado ao ano anterior. Este desempenho foi reflexo das condições climáticas favoráveis e do aumento de renda da população brasileira, que impulsionaram o fluxo de veículos de passeio nas regiões de turismo dos estados das regiões Sudeste e Sul do país. O cenário resultou em crescimentos de 4,4% na Ecovias dos Imigrantes, 2,9% na Ecopistas, 12,8% na Ecovia Caminho do Mar e 1,9% na Ecocataratas. O desenvolvimento do polo de Pelotas, no Rio Grande do Sul, influenciado pelo polo naval instalado na região, foi o grande influenciador do crescimento de 8,8% na concessionária.

TRÁFEGO (EM MILHARES DE VEÍCULOS EQUIVALENTES PAGANTES)



Logística

O desempenho do setor de logística da EcoRodovias está dividido nos seguintes segmentos:

Zona Primária: composto pelas unidades Ecopátio Cubatão e CLIA Santos. No Ecopátio Cubatão, são oferecidos, atualmente, os serviços de REDEX - recinto especial para despacho aduaneiro de exportação, DEPOT - serviço de manutenção e armazenagem de contêineres vazios e pátio regulador de caminhões. No CLIA Santos é oferecido o serviço de recinto alfandegado.

Em 2012, foram movimentados 81.554 contêineres na Zona Primária, 8,5% inferior a 2011. A redução deve-se à diminuição das operações de REDEX e de DEPOT. Em compensação, houve aumento de movimentações de contêineres no CLIA Santos.

Portos Secos de Interior: composto pelas unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba, que oferecem os serviços de armazenagem e recinto alfandegado.

Em 2012, foram movimentados US\$ 4.880,0 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Interior da EcoRodovias, redução de 8,4% quando comparado a 2011 devido, principalmente, à greve realizada pelos órgãos anuentes no segundo semestre de 2012.

Portos Secos de Fronteira: composto pelas unidades de Foz do Iguaçu, Uruguiana, Jaguarão e Santana do Livramento que oferecem os serviços de recinto alfandegado nas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai.

Em 2012, foram movimentados US\$ 15.102 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Fronteira da EcoRodovias, redução de 6,8% em relação a 2011, resultante, principalmente, da redução do fluxo de exportação nas unidades de fronteira.

Transporte: corresponde à prestação de serviços de transporte rodoviário para os clientes, por meio de frota própria, prestadores de serviços autônomos e frota terceirizada.

A receita advinda das operações de transporte representou 13,3% da receita do segmento de logística em 2012, redução de 1,7 ponto percentual, quando comparado a 2011. A redução deve-se, principalmente, ao encerramento das operações de transporte no Rio de Janeiro e término de contratos com os clientes da indústria química no Centro de Distribuição de Alphaville.

Centros de Distribuição: composto pelos Centros de Distribuição de Alphaville, Cajamar, Curitiba e Ecopátio Imigrantes, que oferecem os serviços de gestão de estoque de clientes.

Em 2012, a taxa de ocupação atingiu 65,0% do total de 106 mil m² disponíveis, registrando redução de 35 pontos percentuais, quando comparado a 2011. A redução deve-se, principalmente, à mudança de perfil dos clientes atendidos, mais especificamente à descontinuidade de prestação de serviços para a indústria química.

STP - Sem Parar / Via Fácil

O total de tags instalados pelo sistema Sem Parar/Via Fácil atingiu 3.770 mil unidades em 31 de dezembro 2012, aumento de 16,2% em relação a dezembro de 2011. Esse crescimento é sustentado pela cobertura de 94% das praças de pedágio existentes e 150 estacionamentos que aceitam o sistema. Do total de arrecadação consolidada de pedágios das concessionárias da EcoRodovias, 45,2% foi realizada por meio de cobrança eletrônica em 2012.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Receita bruta

A Receita Bruta Consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R\$ 2.358,6 milhões em 2012. O aumento em relação a 2011 foi de 32,1%. Considerando a receita de construção, a Receita Bruta atingiu R\$ 2.657,1 milhões em 2012, 33,9% superior a 2011.

RECEITA BRUTA (EM MILHÕES DE R\$)	2012	2011	VAR.
Concessões Rodoviárias	1.606,1	1.441,7	11,4%
Receita de Construção	298,5	199,4	49,7%
Logística (80%)	315,1	286,8	9,9%
Complexo Tecondi	370,3	-	-
STP (12,75%)	66,3	55,4	19,6%
Serviços	123,4	119,3	3,4%
Eliminações	(122,6)	(117,5)	4,3%
Holding	-	-	-
CONSOLIDADO	2.657,1	1.985,1	33,9%
CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção	2.358,6	1.785,7	32,1%

A receita de concessões rodoviárias é proveniente de receitas de pedágios (correspondente a 58,3% da receita bruta consolidada em 2012), receitas acessórias (monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos, outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias) e receita de construção estabelecida pelo ICPC-01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) - Contratos de Concessão em que a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária gera uma receita que a Companhia não reconhece margem de lucro (margem igual a zero), sendo o valor correspondente ao mesmo contabilizado na conta de "Custo de Construção de Obras".

A receita de logística é composta pela receita da movimentação de contêineres da Zona Primária (correspondente a 30,7% do total de receita de logística), receita dos Portos Secos de Interior, receita dos Portos Secos de Fronteira, receita de transporte e receita dos centros de distribuição.

A receita bruta do Complexo Tecondi atingiu R\$ 162,2 milhões no 4T12 e R\$ 370,3 milhões em 2012, que corresponde aos meses de junho a dezembro de 2012.

A receita da STP (Sem Parar/Via Fácil) atingiu R\$ 520,0 milhões em 2012 (+19,6% em relação a 2011). A participação acionária da EcoRodovias na STP é de 12,75%, o que corresponde a uma receita bruta de R\$ 66,3 milhões em 2012, consolidada nas demonstrações financeiras.

Receita líquida

A Receita Líquida consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R\$ 2.110,6 milhões em 2012, 29,7% superior a 2011. As Deduções sobre a Receita Bruta atingiram R\$ 248,0 milhões em 2012, representando 10,5% do total da receita bruta, desconsiderando a Receita de Construção, do respectivo período. Considerando a Receita de Construção, a Receita Líquida de 2012 atingiu R\$ 2.409,1 milhões, 31,8% superior ao registrado em 2011.

RECEITA LÍQUIDA (EM MILHÕES DE R\$)	2012	2011	VAR.
Concessões Rodoviárias	1.468,0	1.352,1	8,6%
Receita de Construção	298,5	199,4	49,7%
Logística (80%)	266,9	242,4	10,1%
Complexo Tecondi	328,8	-	n.m.
STP (12,75%)	60,1	47,1	27,6%
Serviços	109,4	103,8	5,4%
Eliminações	(122,6)	(117,5)	4,3%
Holding	-	-	-
CONSOLIDADO	2.409,1	1.827,4	31,8%
CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção	2.110,6	1.627,9	29,7%

Custos operacionais e despesas administrativas

Em 2012, os custos e despesas consolidados atingiram R\$ 1.505,3 milhões, frente aos R\$ 1.038,9 milhões em 2011, variação de 44,9%. Excluindo os custos de construção de obras e provisão para manutenção decorrentes da aplicação do ICPC-01, os custos totalizam R\$ 1.131,7 milhões em 2012, 49,1% superior aos R\$ 759,2 milhões de 2011.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (EM MILHÕES DE R\$)	2012	2011	VAR.
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA			
Pessoal	326,6	212,4	53,8%
Conservação e Manutenção	63,5	69,7	-8,9%
Serviços de Terceiros	299,2	143,8	108,1%
Seguros, Poder Concedente e Locações	112,0	103,8	7,9%
Depreciação / Amortização	237,4	168,2	41,1%
Provisão Manutenção	75,1	80,3	-6,5%
Custo de Construção de Obras	298,5	199,4	49,7%
Outros	93,0	61,3	51,7%
CONSOLIDADO EcoRodovias	1.505,3	1.038,9	44,9%
CONSOLIDADO Excluindo Custo de Construção de obras e Provisão para Manutenção	1.131,7	759,2	49,1%

Os principais motivos das variações dos custos operacionais e despesas administrativas foram: a consolidação das empresas do Complexo Tecondi, custo com contratação de consultoria para campanha educacional abordando a segurança no trânsito, custo de construção de obras, ambas decorrentes da aplicação das normas do IFRS/ICPC, custo com pessoal, principalmente pela aplicação do dissídio e aumento das depreciações e amortizações devido a maior base de ativos nos segmentos de concessões rodoviárias e logística.

Ebitda e Margem Ebitda

O EBITDA Consolidado apurado, considerando o IFRS, foi de R\$ 1.190,8 milhões em 2012, atingindo margem de 49,4%. O EBITDA Consolidado Ajustado atingiu R\$ 1.265,9 milhões em 2012, com margem de 60,0%. O EBITDA Ajustado é calculado desconsiderando as contas de receita e custo de construção e provisão para manutenção, introduzidas pela aplicação do IFRS.

EBITDA (EM MILHÕES DE R\$)	2012	2011	VAR.
CONSOLIDADO			
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	427,0	387,6	10,2%
Depreciação e Amortização	237,4	168,2	41,1%
Resultado Financeiro	265,0	183,1	44,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	261,1	217,6	20,0%
Amortização de Investimentos	0,3	0,8	-63,2%
EBITDA	1.190,8	957,3	24,4%
Margem EBITDA	49,4%	52,4%	-3,0 p.p.

EBITDA AJUSTADO (EM MILHÕES DE R\$)	2012	2011	VAR.
EBITDA	1190,8	957,3	24,4%
Receita de Construção	(298,5)	(199,4)	49,7%
Custo de Construção	298,5	199,4	49,7%
Provisão para Manutenção	75,1	80,3	-6,5%
EBITDA Ajustado	1.265,9	1.037,6	22,0%
Margem EBITDA Ajustada	60,0%	63,7%	-3,7 p.p.

O EBITDA Ajustado exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção do saldo dos custos dos serviços prestados.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 265,0 milhões em 2012, 44,7% superior ao resultado de 2011. Esta variação ocorreu, basicamente, devido ao pré-pagamento da 1ª, 2ª e 3ª séries da Primeira Emissão de Debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços e pré-pagamento da Primeira Emissão de Debêntures e financiamento com o BNDES da Elog.

Lucro líquido do exercício

Em 2012, a EcoRodovias apresentou lucro líquido de R\$ 422,1 milhões, 10,2% superior aos R\$ 383,1 milhões registrados em 2011.

Disponibilidade e endividamento consolidado

A EcoRodovias encerrou dezembro de 2012 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R\$ 1.026,1 milhões. A dívida bruta da EcoRodovias atingiu R\$ 3.284,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumento de 124,9% na dívida líquida, quando comparado a 31 de dezembro de 2011.

Contribuíram para o aumento do saldo da dívida financeira os seguintes fatores:

- (i) Emissão de debêntures no valor de R\$ 300,0 milhões pela Elog (participação EcoRodovias: R\$ 240,0 milhões);
- (ii) Emissão de debêntures da Ecoporto (R\$ 600,0 milhões);
- (iii) Emissão de debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços (R\$ 800,0 milhões);
- (iv) Notas Promissórias da EcoRodovias Infraestrutura e Logística (R\$ 550,0 milhões).

Contribuíram para a redução do saldo da dívida financeira os seguintes fatores:

- (i) Pré-pagamento da Primeira Emissão de Debêntures da Elog no valor de R\$ 170,0 milhões (participação EcoRodovias: R\$ 136,0 milhões) e empréstimo com o BNDES de R\$ 43,7 milhões (participação da EcoRodovias: 35,9 milhões);
- (ii) Pré-pagamento de R\$ 366,6 milhões da Primeira Emissão de Debêntures da EcoRodovias Concessões e Serviços.

ENDIVIDAMENTO (EM MILHÕES DE R\$)	2012	2011	VAR.
Curto Prazo	1.012,4	541,7	86,9%
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	805,3	163,1	393,7%
Debêntures	207,1	378,6	-45,3%
Longo Prazo	2.272,0	1.134,4	100,3%
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	164,4	189,8	-13,4%
Debêntures	2.107,6	944,6	123,1%
Endividamento bruto	3.284,4	1.676,1	96,0%
Caixa e equivalentes de caixa	1.026,1	671,8	52,7%
Endividamento líquido	2.258,3	1.004,3	124,9%

CAPEX

Os investimentos consolidados realizados na EcoRodovias, em 2012, foram de R\$ 503,6 milhões, 32,0% superior ao registrado em 2011.

No setor de concessões rodoviárias, o total de investimentos realizados em 2012 foi de R\$ 409,9 milhões, superior em 44,9%, se comparado a 2011. Os principais investimentos foram concentrados em demais melhorias e ampliações (35,3% dos investimentos), pavimentação e conservação especial (42,0% dos investimentos), investimentos em hardware e equipamentos de pedágio obras em andamento e melhorias nas sinalizações e dispositivos de segurança das cinco concessionárias em operação. Destaque para a das obras de duplicação do trecho de 14,4 quilômetros da Ecocataratas, entre a cidade de Pedreira da Itatiba e Medianeira, no estado do Paraná, para os investimentos na Ecopistas, referentes, principalmente, à adequação do Trevo dos Pimentas, e para a Ecovias dos Imigrantes, com a implantação da 5ª faixa entre o km 26 e o km 41 da Rodovia dos Imigrantes.

No setor de logística, o valor de investimento realizado em 2012 foi de R\$ 36,4 milhões, 49,0% inferior ao ano de 2011.

No setor portuário, o valor de investimento realizado em 2012 foi de R\$ 30,9 milhões.

E, na empresa de Serviços Compartilhados (EcoRodovias Concessões e Serviços) foi de R\$ 13,2 milhões, 22,8% inferior a 2011.

CAPEX (EM MILHÕES DE R\$)	2012			2011			VAR.
	INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL	INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL	TOTAL 2012 X 2011
CONCESSÕES RODOVIÁRIAS							
Ecovias dos Imigrantes	91,1	55,0	146,1	75,3	41,2	116,5	25,4%
Ecopistas	118,0	-	118,0	67,4	-	67,4	75,1%
Ecovia Caminho do Mar	31,2	3,5	34,7	28,2	-	28,2	23,0%
Ecocataratas	59,1	19,0	78,1	10,6	22,6	33,2	135,2%
Ecosul - Rodovias do Sul	32,2	0,8	33,0	33,1	4,3	37,4	-11,8%
Total	331,6	78,3	409,9	214,6	68,1	282,8	44,9%
LOGÍSTICA							
Ecopátio Logística Cubatão	7,3	-	7,3	28,6	-	28,6	-74,5%
Ecopátio Imigrantes	2,1	-	2,1	11,3	-	11,3	-81,4%
Elog	27,0	-	27,0	31,5	-	31,5	-14,3%
Total	36,4	-	36,4	71,4	-	71,4	-49,0%
Complexo Tecondi	30,9	-	30,9	-	-	-	
STP (12,75%)	7,3		7,3	7,5	-	7,5	-2,7%
EcoRodovias Concessões (Serviços)	13,2		13,2	17,1	-	17,1	-22,8%
Holding	5,9		5,9	2,8	-	2,8	110,7%
CONSOLIDADO	425,3	78,3	503,6	313,5	68,1	381,6	32,0%

Dividendos

Ao longo de 2012, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no valor total de R\$ 197,2 milhões, sendo R\$ 51,4 milhões de dividendos complementares referentes ao exercício de 2011 e R\$ 145,8 milhões de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2012. A distribuição do exercício de 2012 está sujeita a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Governança corporativa

A EcoRodovias está comprometida em adotar as melhores práticas de governança corporativa, com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que o objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

Seguimos as práticas recomendadas pelo “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa” do IBGC, dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do Conselho de Administração e de executivo principal da companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários; e política de divulgação de informações e manutenção de sigilo.

Em 31 de dezembro de 2012 o Conselho de Administração era composto por seis membros, sendo dois independentes, que possuem mandatos unificados de dois anos. O Conselho de Administração conta com a assessoria dos comitês estatutários de Auditoria, de Gestão de Pessoas e de Governança, além dos comitês não estatutários de Ética e de Sustentabilidade.

A Diretoria da Companhia não possui vínculos com seus acionistas controladores e exercem uma gestão profissionalizada e compartilhada na busca sistemática de um consenso entre todos os seus membros, reforçando o conceito de órgão com decisões colegiadas.

Gestão de pessoas

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2012, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência na gestão de pessoas. Pela quarta vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Você S.A./FIA e, pelo segundo ano consecutivo, no ranking das 130 Melhores Empresas para Trabalhar definido pela Revista Época/Great Place to Work. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam o bem-estar dos colaboradores, com destaque para o Programa de Formação de Líderes, que busca o desenvolvimento de competências dos colaboradores.

Responsabilidade socioambiental

Por meio de práticas e conceitos pré-definidos na Política de Responsabilidade Social, aprovada pelo Conselho de Administração, a EcoRodovias adota iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Dentre os programas de responsabilidade socioambiental do Grupo, destaca-se o Ecoviver, que busca, de forma multidisciplinar, conscientizar crianças e jovens das escolas públicas dos municípios no entorno das rodovias administradas pelo Grupo da necessidade de se dar uma destinação correta aos resíduos. Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 230 mil crianças em 25 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

São Paulo, 15 de março de 2013.

A Administração

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$)

BALANÇO

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	435.621	87.066	946.916	604.551
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	28.498	30.106
Clientes	7	-	-	254.032	176.505
Tributos a recuperar	8	13.812	13.620	31.948	27.403
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9	14.032	133.157	-	-
Despesas antecipadas	10	202	96	7.603	8.503
Outros créditos		210	259	40.784	30.564
Total do ativo circulante		463.877	234.198	1.309.781	877.632
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	50.658	37.201
Tributos diferidos	17.a)	-	-	59.371	68.444
Depósitos judiciais	11	9.615	9.116	91.129	25.242
Ativos indenizatórios	12	-	-	3.632	2.870
Partes relacionadas - clientes	22	6.487	36	-	-
Outros créditos		-	-	32.537	6.383
Despesas antecipadas	10	-	-	360	410
Investimentos:					
Em controladas	13	1.220.196	1.407.312	10	10
Ágio	13	996.152	246.040	-	-
Propriedades para investimento	14	-	-	-	51.603
Imobilizado	15	4.582	4.932	590.719	287.933
Intangível	16	73	92	4.057.759	2.798.709
Total do ativo não circulante		2.237.105	1.667.528	4.886.175	3.278.805
TOTAL DO ATIVO		2.700.982	1.901.726	6.195.956	4.156.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Fornecedores		552	2.088	150.138	131.851
Empréstimos e financiamentos	19	574.108	-	804.722	161.120
Arrendamento mercantil financeiro	20	-	-	599	2.016
Debêntures	21	-	-	207.144	378.634
Impostos, taxas e contribuições a recolher	18	368	316	30.795	21.566
Obrigações sociais e trabalhistas	26	7.876	5.505	54.309	30.354
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	1.848	259
Partes relacionadas - fornecedores	22	-	-	5.163	1.787
Credor pela concessão	25	-	-	18.158	17.082
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	29.397	20.152
Provisão para manutenção	23	-	-	63.531	38.286
Provisão para construção de obras futuras	24	-	-	2.141	12.527
Outras contas a pagar		10.279	9.080	66.491	46.296
Total do passivo circulante		593.183	16.989	1.434.436	861.930
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	164.346	189.187
Arrendamento mercantil financeiro	20	-	-	64	641
Debêntures	21	-	-	2.107.637	944.565
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	11.905	2.710
Outras contas a pagar		-	-	46.705	4.952
Tributos diferidos	17.a)	163	2.677	2.880	24.430
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	27	60	-	127.004	52.634
Provisão para manutenção	23	-	-	115.131	133.259
Provisão para construção de obras futuras	24	-	-	10.040	1.929
Credor pela concessão	25	-	-	50.321	55.099
Total do passivo não circulante		223	2.677	2.636.033	1.409.406
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	28.a)	1.320.549	1.320.549	1.320.549	1.320.549
Reserva de lucros - legal	28.c)	111.855	90.751	111.855	90.751
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	28.d)	578.037	388.105	578.037	388.105
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	28.e)	65.268	51.431	65.268	51.431
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	28.f)	31.867	31.224	31.867	31.224
Atribuído à participação dos acionistas controladores		2.107.576	1.882.060	2.107.576	1.882.060
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	28.h)	-	-	17.911	3.041
Total do patrimônio líquido		2.107.576	1.882.060	2.125.487	1.885.101
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.700.982	1.901.726	6.195.956	4.156.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RESULTADO

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA LÍQUIDA	30	-	-	2.409.107	1.827.371
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	31	-	-	(1.162.350)	(810.823)
LUCRO BRUTO		-	-	1.246.757	1.016.548
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	31	(48.422)	(41.393)	(342.976)	(228.100)
Resultado de equivalência patrimonial	13	497.596	401.588	-	(180)
Outras receitas (despesas), líquidas		(11.382)	52	49.272	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		437.792	360.247	953.053	788.268
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	32	15.622	30.350	82.557	107.329
Despesas financeiras	32	(33.880)	(3.129)	(347.509)	(290.409)
		(18.258)	27.221	(264.952)	(183.080)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		419.534	387.468	688.101	605.188
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	17.b)	23	(4.551)	(253.880)	(207.794)
Diferidos	17.b)	2.515	100	(7.176)	(9.828)
		2.538	(4.451)	(261.056)	(217.622)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		422.072	383.017	427.045	387.566
ATRIBUÍVEL A					
Participação dos acionistas controladores		422.072	383.017	422.072	383.017
Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.973	4.549
		422.072	383.017	427.045	387.566
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO	33	0,76	0,69		
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - DILUÍDO	33	0,75	0,68		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	422.072	383.017	427.045	387.566
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	422.072	383.017	427.045	387.566
ATRIBUÍVEL A				
Acionistas da Companhia			422.072	383.017
Outros acionistas que não da Companhia			4.973	4.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DMPL

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de capital
			Plano de opção com base em ações
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010			
		1.320.549	31.149
Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas		-	-
Ações em tesouraria	28.g)	-	(2.011)
Plano de opção com base em ações	28.f)	-	2.086
Dividendos distribuídos (R\$0,25 por ação)	28.e)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinação do lucro:			
Reserva legal	28.e)	-	-
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	28.d)	-	-
Dividendos intermediários pagos (R\$0,25 por ação)	28.e)	-	-
Constituição para reserva de dividendos	28.e)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011			
		1.320.549	31.224
Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas	4.a)(vi)	-	-
Ações em tesouraria	28.g)	-	(815)
Plano de opção com base em ações	28.f)	-	1.458
Dividendos distribuídos (R\$0,09 por ação)	28.e)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinação do lucro:			
Reserva legal	28.e)	-	-
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	28.d)	-	-
Dividendos intermediários pagos (R\$0,26 por ação)	28.e)	-	-
Constituição para reserva de dividendos	28.e)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			
		1.320.549	31.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA CONTROLADA

Reservas de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores (BR GAAP)	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado (IFRS E BR GAAP)
Legal	Dividendos adicionais Propostos	Orçamento de capital				
71.600	142.158	215.747	-	1.781.203	6.664	1.787.867
-	-	-	-	-	(8.172)	(8.172)
-	-	-	-	(2.011)	-	(2.011)
-	-	-	-	2.086	-	2.086
-	(142.157)	-	-	(142.157)	-	(142.157)
-	-	-	383.017	383.017	4.549	387.566
19.151	-	-	(19.151)	-	-	-
-	-	172.358	(172.358)	-	-	-
-	-	-	(140.078)	(140.078)	-	(140.078)
-	51.430	-	(51.430)	-	-	-
90.751	51.431	388.105	-	1.882.060	3.041	1.885.101
-	-	-	-	-	15.001	15.001
-	-	-	-	(815)	-	(815)
-	-	-	-	1.458	-	1.458
-	(51.431)	-	-	(51.431)	(5.104)	(56.535)
-	-	-	422.072	422.072	4.973	427.045
21.104	-	-	(21.104)	-	-	-
-	-	189.932	(189.932)	-	-	-
-	-	-	(145.768)	(145.768)	-	(145.768)
-	65.268	-	(65.268)	-	-	-
111.855	65.268	578.037	-	2.107.576	17.911	2.125.487

FLUXO DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	419.534	387.468	688.101	605.188
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	1.110	999	237.426	168.230
Amortização de ágio	-	295	-	-
Prêmio de opção com base em ações	2.467	2.086	2.789	2.086
Perda/baixa do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento	7.409	-	20.532	5.096
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	26.247	-	296.087	236.280
Variação monetária com o Poder Concedente	-	-	9.813	9.548
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e atualização monetária	60	-	15.104	27.868
Constituição da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	-	75.113	72.833
Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	-	11.419	16.304
Receita sobre títulos e valores mobiliários	-	-	(3.954)	(1.673)
Venda de propriedade para investimento - Líquida do caixa (vide nota explicativa nº 4.d))	-	-	(61.904)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(497.596)	(401.588)	-	-
Tributos diferidos	(2.515)	(100)	136	1.466
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Clientes	-	-	(12.321)	(48.783)
Partes relacionadas - clientes	(6.451)	(3)	36.028	260
Tributos a recuperar	(192)	(1.332)	(3.020)	(5.552)
Despesas antecipadas	(106)	(96)	2.796	(1.508)
Depósitos judiciais	(499)	(718)	(14.882)	(10.714)
Ativos indenizatórios	-	-	(762)	-
Outros créditos	49	622	(14.792)	(23.605)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(1.536)	859	(22.452)	34.649
Obrigações sociais e trabalhistas	2.371	656	9.720	1.691
Impostos, taxas e contribuições a recolher	52	291	2.550	(191)
Partes relacionadas - clientes	-	-	(32.652)	1.387
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	(8.510)	(22.913)
Pagamentos de manutenção e construção de obras	-	-	(81.690)	(65.018)
Outras contas a pagar	3.715	815	43.883	4.576
Imposto de renda e contribuição social pagos	23	(4.546)	(254.049)	(202.908)
Juros pagos	-	-	(242.134)	(183.802)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(45.858)	(14.292)	698.375	620.795

Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Dividendos recebidos	971.719	21.406	-	-
Fluxo de caixa na aquisição da Tecondi (vide nota explicativa nº 4.c))	-	-	(741.086)	-
Aquisição de propriedade para investimento	-	-	(2.066)	(9.042)
Efeito líquido do caixa na venda da propriedade para investimento (vide nota explicativa nº 4.d))	-	-	82.397	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(245)	(2.765)	(423.256)	(301.091)
Investimento em controladas - aportes de capital (vide nota explicativa nº 1.3)	(925.577)	(13)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	45.897	18.628	(1.084.011)	(310.133)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Comissão sobre notas promissórias	3.432	-	3.432	-
Credor pela concessão	-	-	(13.515)	(12.004)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(7.895)	(35.834)
Captação de arrendamento mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	544.429	-	2.234.830	544.465
Pagamento de arrendamento mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(1.286.188)	(691.041)
Pagamento de ações em tesouraria	(815)	(2.011)	(815)	(2.011)
Opções outorgadas	(1.331)	-	(1.331)	-
Pagamento de aquisição da Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) e Elog Sul	-	-	-	(88.025)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-	-	285	(598)
Aporte de capital de acionista não controlador	-	-	15.001	-
Pagamento de dividendos - acionista não controlador	-	-	(5.104)	(8.171)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(197.199)	(285.546)	(210.699)	(285.546)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	348.516	(287.557)	728.001	(578.765)

AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	348.555	(283.221)	342.365	(268.103)
--	----------------	------------------	----------------	------------------

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	87.066	370.287	604.551	872.654
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	435.621	87.066	946.916	604.551

AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	348.555	(283.221)	342.365	(268.103)
--	----------------	------------------	----------------	------------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DVA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS				
Com arrecadação de pedágio	-	-	1.548.181	1.389.658
Com construção	-	-	298.540	199.435
Outras receitas	-	-	810.424	396.020
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados	(2.967)	-	(690.944)	(530.066)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(30.726)	(19.741)	(200.779)	(131.796)
Outros	-	-	(293)	(795)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	(33.693)	(19.741)	1.765.129	1.322.456
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.110)	(999)	(237.426)	(168.230)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(34.803)	(20.740)	1.527.703	1.154.226
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	15.622	30.350	82.557	107.329
Resultado de equivalência patrimonial	497.596	401.588	-	-
Outras receitas, líquidas	-	52	-	617
	513.218	431.990	82.557	107.946
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	478.415	411.250	1.610.260	1.262.172
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	478.415	411.250	1.610.260	1.262.172
Pessoal	25.001	20.653	326.612	212.373
Remuneração direta	23.156	19.076	269.288	210.794
Benefícios	1.254	1.083	43.644	1.083
FGTS	591	494	13.680	496

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos, taxas e contribuições	(2.538)	4.451	509.094	371.824
Federais	(2.538)	4.451	401.714	320.241
Estaduais	-	-	3.423	3.214
Municipais	-	-	103.957	48.369
Remuneração de capitais de terceiros	33.880	3.129	347.509	290.409
Juros	26.247	-	219.919	188.002
Outras	7.633	3.129	127.590	102.407
Remuneração de capitais próprios	422.072	383.017	427.045	387.566
Dividendos	145.768	140.078	145.768	140.078
Participação dos acionistas não controladores	-	-	4.973	4.549
Reserva legal	21.104	19.151	21.104	19.151
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	189.932	172.358	189.932	172.358
Constituição para reserva de dividendos	65.268	51.430	65.268	51.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade por ações com sede em São Paulo - SP, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objetivo operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32. As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

A EcoRodovias e suas controladas são também designadas como "Grupo EcoRodovias" ao longo deste relatório.

Insuficiência de capital circulante líquido

A EcoRodovias possui deficiência de capital circulante líquido de R\$124.655. A Companhia possui geração de caixa operacional e linhas de créditos disponíveis para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
- b) As demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente se baseia no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo EcoRodovias é como segue:

2.3. Moedas funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.5. Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.6. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

a) Investimentos em empresas controladas (controladora)

Nas demonstrações financeiras individuais (controladora), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Investimentos em empresas controladas (consolidado)

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha em substância o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Participação dos acionistas não controladores", respectivamente.

c) Investimentos em empresas com controle compartilhado

Empresas com controle compartilhado e “joint ventures” são aquelas nas quais o controle é exercido pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado, na proporção dos ativos, passivos e resultados à participação da Companhia.

d) Avaliação de investimento a valor justo por perda de controle

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. O valor justo de qualquer investimento devido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

Os componentes de ativos, passivos, patrimônio líquido e receitas e despesas da “joint venture” Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP são R\$113.810, R\$93.236, R\$20.574 e R\$17.966, respectivamente, e foram consolidados proporcionalmente à participação da Companhia no capital social dessa “joint venture”, considerando o controle compartilhado estabelecido através dos Acordos de Acionistas firmados entre a Companhia e suas parceiras nessa “joint venture”, em que nenhuma das partes, sozinha, determina as políticas financeiras e operacionais.

2.7. Combinação de negócios

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente.
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento com base em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10 (R1)) na data de aquisição.
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor da participação adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.8. Ágio (ativo de vida útil indefinida)

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, da Companhia, desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa, às quais o ágio foi alocado, são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio da unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

2.9. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.

- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Companhia, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.
- Forem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através do resultado.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.10. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e as máquinas e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear e pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.11. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é representada por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A propriedade para investimento é registrada pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, como manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um custo na demonstração do resultado do exercício a que se referem.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

2.12. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando esta tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

2.13. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo

a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

2.14. Passivos financeiros

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil financeiro, empréstimos e financiamentos, debêntures e credor pela concessão (vide notas explicativas nº 19, nº 20, nº 21 e nº 25). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.16. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado abrangente/demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada por cada empresa do Grupo EcoRodovias, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido ("tributo diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporais tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo EcoRodovias espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

- c) As receitas de serviços estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

2.17. Provisões

- a) Provisões para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 27.

- b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber é com a parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura, que presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas.

- c) Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto, para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

2.18. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.19. Benefícios a empregados - plano de opção com base em ações

A Companhia e suas controladas oferecem a seus empregados plano de opção com base em ações, liquidados com as ações da Companhia e de suas controladas, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações.

O plano de opção com base em ações para empregados são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 28.f).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica "Reserva de capital - plano de opção com base em ações", que registrou o benefício aos empregados.

2.20. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- d) As receitas de logística são reconhecidas por ocasião da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de caminhões.
- e) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

2.21. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos, financiamentos, debêntures, credor pela concessão e provisão para manutenção.

2.22. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aproposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.23. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

2.24. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

2.25. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O Grupo EcoRodovias não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - de acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser apresentado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.
- Modificações à IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.

- Modificações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação dessas IFRSs pela primeira vez.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas - reflete modificações na contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata, principalmente, da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" - as alterações tiveram como objetivo esclarecer procedimentos na aplicação dos testes de "impairment" em coligadas e "joint ventures".
- Modificações às IFRSs - as melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSsexercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:
 - a) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.
 - b) Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

- Modificações IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A adoção da norma IFRS 10, a qual possui a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle, e a adoção da norma IFRS 11 resultarão em alterações na contabilização do investimento mantido pela Companhia nas "joint ventures" - Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, empresa controlada em conjunto de acordo com a norma IAS 31 - "Interest in Joint Ventures", atualmente contabilizada pelo método de consolidação proporcional. De acordo com a norma IFRS 11, essa empresa controlada em conjunto é classificada como "joint venture" e registrada pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Companhia nos ativos líquidos, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes da Companhia em uma única conta que será apresentada na demonstração consolidada da posição financeira, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como "Investimentos" e "Equivalência patrimonial", respectivamente.

A Administração realizou uma revisão em suas demonstrações para determinar os efeitos da adoção das normas IFRS 10 e IFRS 11, e as variações observadas nas demonstrações financeiras consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são: ativo total após os efeitos R\$5.776.299 (antes, R\$6.195.956), passivo após os efeitos R\$3.650.812 (antes, R\$4.070.469) e receita líquida após os efeitos R\$2.084.122 (antes, R\$2.409.107).

- Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC:

CPC 19 (R2)	Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11)
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada)
CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10)
CPC 45	Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12)
CPC 46	Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13)

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs emitidas pelo IASB, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritas na nota explicativa nº 38.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura, que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índices de Preços ao Consumidor - IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Credores pela concessão decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 25.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detiver a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas consolidadas:

	31/12/2012	31/12/2011
Controladas diretas:		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (i)	100,00%	100,00%
Elog S.A. (vide nota explicativa nº 4.b)(v))	-	80,00%
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) (ii)	80,00%	-
Ecoporto Holding S.A. (iii)	-	100,00%
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (iv)	12,75%	12,75%
EIL01 Participações S.A. (v)	100,00%	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (vide nota explicativa nº 4.b)(i))	-	100,00%
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (vi)	80,00%	-
EIL02 S.A. (vii)	100,00%	-
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. (viii)	100,00%	-
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. (ix)	100,00%	-
Termlog - Transporte e Logística Ltda. (x)	100,00%	-
Controladas indiretas:		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (xi)	100,00%	100,00%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (xii)	100,00%	100,00%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (xiii)	90,00%	90,00%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (xiv)	100,00%	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (xv)	100,00%	-
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.):		
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (xvi)	100,00%	100,00%
ELG-01 Participações Ltda. (xvii)	100,00%	100,00%
Elog Logística Sul Ltda. (xviii)	100,00%	100,00%
Anish Empreendimentos e Participações Ltda. (xix)	100,00%	100,00%
Paquetá Participações Ltda. (xx)	100,00%	100,00%
Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	50,00%

a) As atividades das controladas diretas e indiretas são conforme segue:

Controladas diretas

- (i) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., anteriormente denominada EcoPorto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Após a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. ("ECSC") e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. ("ECSE"), passaram a ser prestados serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
- (ii) A Elog S.A., anteriormente denominada Elog Sudeste S.A., tem por atividade a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.
- (iii) A Ecoporto Holding S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Em 18 de maio de 2012 celebrou acordo de subscrição de ações e outras avenças com a CFF Participações.
- (iv) A Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP tem por objetivo operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - AVI no Brasil, a STP está presente em 242 praças de pedágio no País, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. A Companhia detém 12,75% do capital social da STP, na qual há controle compartilhado mediante a existência de Acordo de Acionistas.
- (v) A EIL01 Participações S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- (vi) A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., constituída em 22 de março de 2012, tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias.

Em 5 de junho de 2012 houve aumento de capital de R\$75.001, tendo a Companhia integralizado R\$60.000 correspondentes à sua participação de 80%. A controladora em conjunto com a SBS Engenharia e Construções Ltda. integralizou o valor de R\$15.001, correspondente à sua participação de 20%.
- (vii) A EIL02 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- (viii) O Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp.
- (ix) A Termares - Terminais Marítimos Especializados S.A. é uma empresa brasileira, dedicada ao manuseio e à armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
- (x) A Termlog Transporte e Logística Ltda. atua na movimentação interna de contêineres das empresas Tecondi e Termares, e expande seus serviços para atender ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.

Controladas indiretas

- (xi) A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- (xii) A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- (xiii) A Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
- (xiv) A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.
- (xv) A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná.

Em decorrência de reestruturação societária através de aporte de capital ocorrido em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (vide nota explicativa nº 4.b)(i)).

- (xvi) A Ecopátio Logística Cubatão Ltda. foi constituída em 5 de abril de 2006, com o objetivo de administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões e cargas com destino ao Porto de Santos. Esse terminal está localizado no município de Cubatão - SP e possui uma área de 442,7 mil m² que permitirá a criação de cerca de 3.500 vagas estáticas e 10.000 rotativas para caminhões e cargas. Essa área, pertencente ao município de Cubatão - SP, é objeto de concessão de acordo com Escritura Pública de Contrato de Concessão Real de Uso de Imóvel do Patrimônio Municipal de Cubatão, com prazo final em maio de 2026. A Ecopátio atua como um terminal alfandegado desde 2010, quando passou a operar como terminal de exportação sob licença Redex - Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação. A partir de 2011, iniciou as atividades operacionais de um Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA. A sede da companhia fica localizada na Rodovia Cônego Domênico Rangani, km 263.
- (xvii) A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
- (xviii) A Elog Logística Sul Ltda., anteriormente denominada EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.
- (xix) A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objetivo empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, "holding", acionista ou cotista.

- (xx) A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

b) Reestruturação societária

No exercício de 2012, o Grupo EcoRodovias efetuou algumas reestruturações societárias visando simplificar sua estrutura operacional, conforme segue:

- (a) Aumento do capital social da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Em 30 de março de 2012, foi deliberado o aumento do capital social da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. em R\$305.432, fazendo com que a participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha na empresa Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas passasse a ser detida diretamente pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. Esse aumento no capital social foi realizado a valores contábeis e, conseqüentemente, não houve nenhum ganho nem perda.

- (b) Incorporação da CFF Participações Ltda. pela Aba Porto Participações S.A.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado em Reunião de Sócios, foi aprovada a incorporação da CFF Participações Ltda. pela sua então controladora Aba Porto Participações S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado dessa incorporação, a CFF Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Aba Porto Participações S.A. tornou-se sua sucessora.

- (c) Incorporação da Ecoporto Holding S.A. pela Aba Porto Participações S.A.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Ecoporto Holding S.A. pela sua então controladora Aba Porto Participações S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado, a Ecoporto Holding S.A. foi extinta de pleno direito e a Aba Porto Participações S.A. tornou-se sua sucessora.

- (d) Cisão total da Aba Porto Participações S.A. com versão do patrimônio líquido para a Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda.

Em 27 de novembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a cisão total da Aba Porto Participações S.A., nos termos do protocolo de cisão total com versão do patrimônio líquido para sociedades existentes e instrumento de justificação. Como resultado dessa cisão, a Aba Porto Participações S.A. foi extinta de pleno direito e as empresas Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda. tornaram-se suas sucessoras.

- (e) Incorporação da Elog S.A. pela Elog Sudeste S.A.

Em 31 de dezembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Elog S.A. pela sua então controladora Elog Sudeste S.A. nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado dessa incorporação, a Elog S.A. foi extinta de pleno direito e a Elog Sudeste S.A. tornou-se sua sucessora. Após a incorporação, a denominação da Elog Sudeste S.A. passou a ser Elog S.A.

c) Combinação de negócios

Em 18 de maio de 2012, a EcoRodovias, através de sua controladora direta Ecoporto, celebrou Acordo de Subscrição de Ações e Outras Avenças com a CFF Participações Ltda., tendo por objeto a subscrição e integralização, pela Ecoporto, de ações da Aba Porto Participações S.A. representativas de 41,29% de seu capital social votante e total. A Aba Porto, nessa data, detinha ações/cotas representativas da totalidade do

capital social das empresas Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda., empresas essas que compõem o Complexo Tecondi, voltadas para a área de operação de portos marítimos. Na mesma data foi celebrado Contrato de Opção de Compra de Quotas, pelo qual a Ecoporto poderia, no prazo de até 12 meses, adquirir a totalidade da participação societária detida pelos acionistas originais no Complexo Tecondi. A Ecoporto exerceu a opção para aquisição da totalidade da participação societária do Complexo Tecondi em 19 de junho de 2012, ou seja, os 58,71% remanescentes.

A aquisição totalizou R\$1.297.341, sendo pagos R\$540.369 correspondentes à aquisição dos 41,29% e R\$756.972 referentes aos 58,71% remanescentes.

A aquisição de 100% foi efetivada e o controle foi obtido através da Ecoporto em 24 de maio de 2012 (até essa data nenhum desembolso havia sido efetuado), data em que as condições precedentes foram atendidas, sendo elas aprovação da Codesp e anuência dos bancos, sem as quais a aquisição não poderia ser concretizada. Ademais, a opção de compra de 58,71% foi considerada como efetiva, visto que a condição para o exercício ser apenas a condição financeira em 24 de maio de 2012.

Com essa aquisição, a EcoRodovias, por meio da Ecoporto, passará a realizar operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

A Companhia contratou avaliador terceirizado a fim de realizar estudos para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Administração avaliou provisoriamente o valor justo dos ativos e passivos adquiridos e concluiu que o ágio pago será substancialmente alocado aos contratos de concessão. Em 31 de dezembro de 2012 foi registrada uma amortização de R\$25.415, por possuir vida útil finita. O ágio será amortizado pelo prazo da concessão.

Na determinação do preço de aquisição, a Companhia utilizou como premissa a renovação do contrato de concessão, em 2023, por mais 25 anos, conforme previsão na Cláusula Décima Sexta do Contrato de Arrendamento PRES. 028.98 ("Contrato"), que prevê tal faculdade mediante solicitação da Companhia ao Poder Concedente. A partir da Lei nº 8.630/93 e Lei nº 8.987/95 e princípios administrativos, a companhia entende que bastará a comprovação do adimplemento das obrigações do Contrato e existência de interesse público para sua prorrogação. A Companhia entende também que, de acordo com seu plano de investimentos e com sua relevante participação no mercado, terá plenas condições de cumprir as exigências para renovação. Sendo assim, a mesma premissa está sendo utilizada para amortização do ágio decorrente da aquisição.

O ágio de R\$1.136.118, gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da adquirida, foi avaliado de maneira preliminar por empresa de avaliação independente e alocado conforme a seguir:

- (i) R\$1.106.175 como contratos de concessão com vida útil definida até 2048.
- (ii) R\$29.943 como mais-valia de imobilizado, máquinas e equipamentos, guindastes portuários e veículos, com vida definida entre cinco e dez anos.

O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

	SALDOS EM 31/05/2012
Total do ativo	994.509
Total do passivo	(833.286)
Patrimônio líquido	161.223
Ágio gerado na operação	1.136.118
Custo total da aquisição	1.297.341
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	(566.855)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	741.086

O balanço patrimonial consolidado em 31 de maio de 2012 foi considerado como balanço de abertura, como segue:

	VALOR CONTÁBIL NA AQUISIÇÃO
Ativos líquidos adquiridos	161.223
Caixa e equivalentes de caixa	556.255
Contas a receber de clientes	102.110
Outros créditos	24.975
Depósitos judiciais	51.271
Impostos diferidos	374
Imobilizado	258.118
Intangível	1.406
Fornecedores	(40.814)
Empréstimos e financiamentos	(634.927)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(68.042)
Outras contas a pagar	(89.503)

d) Venda de participação

Em 14 de novembro de 2012, a Companhia, através de sua controlada direta Elog S.A., por meio de Comunicado ao Mercado anunciou a venda da totalidade de sua participação societária detida na Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A., representativa de 50% do seu capital social, pelo valor de R\$104.063 (R\$83.250 - 80% da participação da Elog S.A. na Companhia), à BRCVII Cidade Nova Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade controlada pela Prep III - Industrial Co-Investments, L.P. e pelo Prosperitas III - Fundo de Investimento em Participações, como parte da aquisição desse ativo pela Global Limited Properties - GLP.

Os efeitos da venda dessa participação estão demonstrados a seguir:

ATIVO	SALDOS
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	853
Clientes	876
Tributos a recuperar	1
Despesas antecipadas	22
Total do ativo circulante	1.752
NÃO CIRCULANTE	
Depósitos judiciais	266
Propriedade para investimento	52.772
Total do ativo não circulante	53.038
TOTAL DO ATIVO	54.790
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	
Fornecedores	75
Empréstimos e financiamentos	424
Impostos e contribuições a recolher	35
Provisão para imposto de renda e contribuição social	171
Dividendos a pagar	291
Outras contas a pagar	1
Total do passivo circulante	997
NÃO CIRCULANTE	
Empréstimos e financiamentos	32.181
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	266
Total do passivo não circulante	32.447
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.346
GANHO NA VENDA DO INVESTIMENTO	61.904

O valor do ganho na venda do investimento encontra-se registrado na conta "Outras receitas (despesas), líquidas".

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA (BR GAAP)		CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	77	83	33.676	33.378
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo(a)	336.004	78.917	418.238	374.612
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	99.540	8.066	495.002	196.561
	435.621	87.066	946.916	604.551

- (a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato e sem o risco de mudança significativa de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 62,5% em CDB, 1,6% em Letras Financeiras - LF, 33,0% em Compromissada e 2,9% em Títulos Públicos Federais.

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remuneradas a taxas que variam entre 80,0% e 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses, possuindo liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis no final do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2012, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$187.848 (R\$8.062 em 31 de dezembro de 2011).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	31/12/2012	31/12/2011
CDBs (a)	66.722	67.307
Poupança (b)	12.434	-
	79.156	67.307
Circulante	28.498	30.106
Não circulante	50.658	37.201

- a) Os CDBs são remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 106,6% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 21).
- b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada indireta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA; os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A composição está assim representada:

	31/12/2012	31/12/2011
Nacional (a)	270.135	187.760
Internacional (b)	2.958	1.246
	273.093	189.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(19.061)	(12.501)
	254.032	176.505

- (a) Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico referente a serviços prestados pela controlada direta Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar" e clientes de logística, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.
- (b) Refere-se a clientes provenientes das operações de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA, da controlada direta Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.).
- (c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente da operação da controlada direta Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos saldos, além das empresas de logística e dos portos.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	240.704	170.718
Vencidos:		
Até 30 dias	6.909	2.264
De 31 a 90 dias	2.881	1.996
De 91 a 180 dias	3.538	1.527
Acima de 180 dias	19.061	12.501
	32.389	18.288
	273.093	189.006

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	12.501	9.094
Valores baixados no exercício como incobráveis	14.387	5.205
Valores recuperados durante o exercício	(7.827)	(1.798)
Saldo final	19.061	12.501

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA (BR GAAP)		CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recuperar	13.812	13.531	29.246	27.331
Lei Rouanet nº 8.313/91	-	-	34	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a recuperar	-	-	1.380	-
ISS a recuperar	-	-	738	-
Outros	-	89	550	72
	13.812	13.620	31.948	27.403

9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA (BR GAAP)

	31/12/2011	PROPOSTOS	RECEBIDOS	IRRF	31/12/2012
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	544	-	(544)	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	132.613	819.719	(954.329)	3.692	1.695
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	-	12.337	(2.087)	2.087	12.337
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	-	14.759	(14.759)	-	-
	133.157	846.815	(971.719)	5.779	14.032

10. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O saldo de R\$7.963, classificado no ativo circulante e não circulante (R\$8.913 em 31 de dezembro de 2011), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na nota explicativa nº 37.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	25.242	14.528
Aquisição de nova empresa (*)	51.271	-
Adições	17.756	12.350
Baixas/estornos	(15.627)	(4.463)
Atualização monetária	12.487	2.827
Saldo final	91.129	25.242

-

(*) Vide nota explicativa nº 4.c).

12. ATIVOS INDENIZATÓRIOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em 31 de dezembro de 2012, a Elog Sudeste S.A. incorporou a Elog S.A., assumindo seus ativos e passivos. O valor justo dos passivos assumidos especificamente relacionados às contingências foi avaliado em R\$18.999, para os quais há cláusula contratual de reembolso de R\$15.367, totalizando o valor líquido de R\$3.632 (R\$2.870 em 31 de dezembro de 2011).

13. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BR GAAP)

Elog S.A. - vide nota explicativa nº 4.b)(v)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP
Ecoporto Holding S.A. - vide nota explicativa nº 4.b)(iii)
EIL-01 Participações Ltda.
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) - vide nota explicativa nº 4.b)(v)
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.
Termlog Transporte e Logística Ltda.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - vide nota explicativa nº 4.b)(i)
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está apresentada a seguir:

	31/12/2010
Elog S.A.	254.101
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	627.750
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	12.537
Ecoporto Holding S.A.	(4)
EIL01 Participações Ltda.	1
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas	268.777
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(7.674)
	1.155.488

VALORES DAS INVESTIDAS 31/12/2012		PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DIRETA - %		INVESTIMENTO		EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	
Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
-	39.864	-	80	-	241.334	31.891	(12.701)
776.115	436.431	100	100	776.115	857.341	436.431	369.033
161.365	140.908	12,75	12,75	20.574	17.367	17.966	14.613
-	-	100	100	-	1	8.621	(8)
-	(1)	100	100	1	-	-	-
318.491	(6.328)	80	80	254.941	-	(3.860)	-
12.593	22.169	100	100	12.593	-	6.489	-
79.279	22.218	100	100	79.279	-	3.503	-
24.889	25.236	100	100	24.889	-	3.566	-
-	-	-	100	-	298.617	6.815	30.324
73.531	(1.469)	80	-	58.825	-	(1.175)	-
-	-	-	-	(7.021)	(7.348)	327	327
				1.220.196	1.407.312	497.596	401.588

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	APORTE DE CAPITAL	RECLASSIFICAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA	PLANO DE OPÇÃO COM BASE EM AÇÕES	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/2011
-	-	(66)	-	(12.701)	241.334
(139.553)	-	-	111	369.033	857.341
(9.784)	-	-	-	14.614	17.367
-	13	-	-	(8)	1
(1)	-	-	-	-	-
(543)	-	-	59	30.324	298.617
-	-	-	-	326	(7.348)
(149.881)	13	(66)	170	401.588	1.407.312

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	31/12/2011	DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PROPOSTOS
		(a)
Elog S.A.	241.334	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	857.341	(823.411)
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	17.367	(14.759)
Ecoporto Holding S.A.	1	-
EIL-01 Participações Ltda.	-	-
Elog S.A.(anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	-	(14.424)
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.	-	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	-
Termlog Transporte e Logística Ltda.	-	-
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas	298.617	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	-	-
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(7.348)	-
	1.407.312	(852.594)

(a) Vide nota explicativa nº 9;

(b) Vide nota explicativa nº 4.b)(i);

(c) Vide nota explicativa nº 4.b)(v);

(d) Vide nota explicativa nº 4.b)(iv).

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do exercício) estão apresentados na nota explicativa nº 4.2.

Os saldos dos ágios na controladora (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2010	ADIÇÃO	BAIXA	AMORTIZAÇÃO	31/12/2011
Ágio - Ecosul	7.833	-	-	(513)	7.320
Ágio - Elog	239.015	-	-	(295)	238.720
	246.848	-	-	(808)	246.040
	31/12/2011	ADIÇÃO	BAIXA	AMORTIZAÇÃO	31/12/2012
Ágio - Ecosul	7.320	-	-	(511)	6.809
Ágio - Elog	238.720	-	(7.394)	-	231.326
Ágio - Portos (*)	-	766.432	-	(8.415)	758.017
	246.040	766.432	(7.394)	(8.926)	996.152

(*) Foi realizada amortização de R\$17.000 antes da incorporação reversa, conforme a nota explicativa nº 4.c).

APORTE DE CAPITAL	INCORPORAÇÃO CATARATAS	INCORPORAÇÃO ELOG S.A.	PLANO DE OPÇÃO COM BASE EM AÇÕES	CISÃO ABA PORTO	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/2012
	(b)	(c)		(d)		
-	-	(273.225)	-	-	31.891	-
-	305.432	-	322	-	436.431	776.115
-	-	-	-	-	17.966	20.574
716.550	-	-	-	(725.172)	8.621	-
1	-	-	-	-	-	1
-	-	273.225	-	-	(3.860)	254.941
149.026	-	-	-	(129.944)	(6.489)	12.593
-	-	-	-	75.776	3.503	79.279
-	-	-	-	21.323	3.566	24.889
-	(305.432)	-	-	-	6.815	-
60.000	-	-	-	-	(1.175)	58.825
-	-	-	-	-	327	(7.021)
925.577	-	-	322	(758.017)	497.596	1.220.196

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A propriedade para investimento é representada por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital.

AO CUSTO

	TERRENOS E EDIFICAÇÕES
Saldo em 31 de dezembro de 2010	43.599
Adições	9.042
Baixas	(65)
Depreciação	(973)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	51.603
Saldo em 31 de dezembro de 2011	51.603
Adições	2.066
Baixas	(15)
Depreciação	(882)
Venda da participação (*)	(52.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-

(*) Vide nota explicativa nº 4.d).

Em 31 de dezembro de 2012, com referência a essa operação, foram contabilizados na rubrica "Receita Líquida" o valor de R\$7.273 e na rubrica "Custos e despesas" o valor de R\$5.633.

A propriedade para investimento é mantida sob direito e propriedade plena até a data da venda.

15. IMOBILIZADO

a) Controladora (BR GAAP)

Saldo em 31 de dezembro de 2010

Adições

Transferências

Depreciações

Saldo em 31 de dezembro de 2011

Taxas médias anuais de depreciação - %

Saldo em 31 de dezembro de 2011

Adições

Baixas

Depreciações

Saldo em 31 de dezembro de 2012

Taxas médias anuais de depreciação - %

b) Consolidado - (IFRS e BR GAAP)

	HARDWARE E EQUIPAMENTOS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	MÓVEIS E UTENSÍLIOS
Saldo em 31 de dezembro de 2010	53.673	15.623	6.318
Adições	26.923	3.734	2.048
Baixas	(228)	(59)	(8)
Transferência	1.761	411	1.004
Depreciações	(18.659)	(2.600)	(1.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	63.470	17.109	8.300
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0

HARDWARE E EQUIPAMENTOS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	EDIFICAÇÕES	OUTROS	TOTAL
214	100	235	1.653	455	2.657
157	34	56	-	2.476	2.723
(22)	-	-	-	22	-
(108)	(25)	(43)	(76)	(196)	(448)
241	109	248	1.577	2.757	4.932
20,0	10,0	10,0	3,7	10,0	

HARDWARE E EQUIPAMENTOS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	EDIFICAÇÕES	OUTROS	TOTAL
241	109	248	1.577	2.757	4.932
143	2	4	-	76	225
-	-	-	-	(15)	(15)
(105)	(25)	(48)	(76)	(306)	(560)
279	86	204	1.501	2.512	4.582
20,0	10,0	10,0	3,7	10,0	

TERRENOS	EDIFICAÇÕES	OBRAS EM ANDAMENTO	BENFEITORIAS	OUTROS	TOTAL
12.461	92.663	5.670	3.184	29.102	218.694
1.405	6.674	27.370	5.451	23.404	97.009
-	-	-	-	(2.479)	(2.774)
-	17.064	(15.499)	2.366	2.424	9.531
-	(4.821)	-	(1.699)	(5.686)	(34.527)
13.866	111.580	17.541	9.302	46.765	287.933
-	5,0	-	3,7	10,0	

	HARDWARE E EQUIPAMENTOS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	MÓVEIS E UTENSÍLIOS
Saldo em 31 de dezembro de 2011	63.470	17.109	8.300
Adições por meio de aquisição de novas empresas (*)	2.187	93.148	2.940
Adições	26.592	11.576	2.892
Baixas	(262)	825	(27)
Transferências	1.938	11.497	(955)
Depreciações	(25.721)	(12.219)	(1.503)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	68.204	121.936	11.647
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0

(*) Vide nota explicativa nº 4.c).

Em 31 de dezembro de 2012, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos, das debêntures e do arrendamento mercantil financeiro (vide notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21) ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram capitalizados R\$1.944 referentes a encargos financeiros (R\$2.138 em 31 de dezembro de 2011).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

TERRENOS	EDIFICAÇÕES	OBRAS EM ANDAMENTO	BENFEITORIAS	OUTROS	TOTAL
13.866	111.580	17.541	9.302	46.765	287.933
-	-	5.489	148.432	5.922	258.118
609	300	21.838	4.104	51.940	119.851
(420)	-	(3.272)	(64)	(8.919)	(12.139)
-	152	(1.706)	2.520	(16.531)	(3.085)
-	(5.605)	-	(10.060)	(4.851)	(59.959)
14.055	106.427	39.890	154.234	74.326	590.719
-	5,0	-	3,7	10,0	

16. INTANGÍVEL

a) Controladora (BR GAAP)

	SOFTWARE DE TERCEIROS	OUTROS	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2010	86	2	88
Adições	42	-	42
Amortizações	(36)	(2)	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	92	-	92
Taxa média anual de amortização - %	20,0	20,0	
			SOFTWARE DE TERCEIROS
Saldo em 31 de dezembro de 2011			92
Adições			20
Amortizações			(39)
Saldo em 31 de dezembro de 2012			73
Taxa média anual de amortização - %			20,0

b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	CONTRATOS DE CONCESSÃO	ÁGIO ECOSUL
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.398.191	7.833
Adições (ii)	164.351	-
Baixas	(855)	-
Transferências	20.097	-
Amortizações	(122.214)	(513)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.459.570	7.320
Taxas médias anuais de amortização - %	(iii)	-

	CONTRATOS DE CONCESSÃO	ÁGIO ECOSUL
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.459.570	7.320
Adições por meio de aquisição de novas empresas (i)	1.136.117	-
Adições (ii)	269.620	-
Baixas	(820)	-
Transferências	(5.192)	-
Amortizações	(156.088)	(512)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.703.207	6.808
Taxas médias anuais de amortização - %	(iii)	-

(i) Vide nota explicativa nº 4.c).

(ii) Os principais valores de aquisição de que trata esta linha se referem a restaurações da rodovia e melhorias no sistema rodoviário em geral, tais como acessos e dispositivos de segurança, adequação de trevos, alargamento e reforço de pontes, construção de faixas adicionais, construção de pistas marginais e duplicação de rodovias.

(iii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização em 31 de dezembro de 2012 foram em média 5,17% (4,87% em 31 de dezembro de 2011).

SOFTWARE	EM ANDAMENTO	ÁGIO ELOG S.A.	ÁGIO ECOPÁTIO CUBATÃO	ÁGIO ELOG	OUTROS	TOTAL
22.209	6.348	61.634	3.769	239.015	147	2.739.146
10.617	29.114	-	-	-	-	204.082
-	(1.403)	-	-	-	-	(2.258)
-	(25.418)	(4.210)	-	-	-	(9.531)
(7.640)	-	(1.947)	-	(296)	(120)	(132.730)
25.186	8.641	55.477	3.769	238.719	27	2.798.709
20,0	-	8,3	-	5,5	20,0	

SOFTWARE	EM ANDAMENTO	ÁGIO ELOG S.A.	ÁGIO ECOPÁTIO CUBATÃO	ÁGIO ELOG	OUTROS	TOTAL
25.186	8.641	55.477	3.769	238.719	27	2.798.709
1.401	-	-	-	-	5	1.137.523
11.743	22.042	-	-	-	-	303.405
(2)	(398)	-	-	(7.158)	-	(8.378)
(3)	7.694	-	-	-	586	3.085
(9.003)	-	(10.732)	-	(237)	(13)	(176.585)
29.322	37.979	44.745	3.769	231.324	605	4.057.759
20,0	-	8,3	-	5,5	20,0	

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	127.004	52.634
Juros capitalizados	(7.356)	(4.779)
Efeitos da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão	30.556	69.196
Amortização ágio investimento Ecosul	13.772	12.323
Mais-valia Elog S.A.	(479)	(7.783)
Credor pela concessão	6.366	4.359
Outros	(3.715)	3.503
	166.148	129.453
	34%	34%
	56.491	44.014
Classificados como:		
Ativo não circulante	59.371	68.444
Passivo não circulante	(2.880)	(24.430)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes do ágio, que é um ativo intangível de vida útil definida, na controlada Elog S.A., sobre a aquisição da Elog Sudeste S.A., posteriormente incorporada, tornando o ágio dedutível, para fins de imposto de renda e contribuição social. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida não devem sofrer amortização; porém, esse ágio está sendo amortizado fiscalmente, reduzindo a base para recolhimento do imposto.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	12.355
2013	5.492	12.293
2014	4.825	12.294
2015	4.159	12.293
2016	4.159	12.295
Após 2016	40.736	6.914
	59.371	68.444

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	419.534	387.468	688.101	605.188
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(142.642)	(131.739)	(233.954)	(205.764)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	169.183	136.540	-	-
Amortização de ágio em investimentos	(131)	-	-	-
Amortização de ágio em investimentos Ecovias	-	-	(1.488)	(100)
Amortização de ágio em investimentos na Cataratas	-	-	1.119	-
Crédito tributário não constituído	(24.003)	(9.252)	(26.733)	(11.758)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	2.538	(4.451)	(261.056)	(217.622)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	23	(4.551)	(253.880)	(207.794)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	2.515	100	(7.176)	(9.828)

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CONTROLADORA (BR GAAP)		CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos sobre faturamento:				
ISS	-	-	10.523	7.744
Cofins	240	161	8.852	5.698
PIS	52	35	1.936	1.235
ISS na fonte	2	4	1.444	1.167
Outros impostos	74	116	8.040	5.722
	368	316	30.795	21.566

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

CREDOR	VENCIMENTO FINAL	TAXA MÉDIA DE JUROS	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	
			31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Em moeda nacional:					
Capital de giro (b)	15/06/2023	TJLP + 2,40% a.a.	-	114.601	131.871
Capital de giro	15/06/2021	12,40% a.a.	-	-	343
Capital de giro (d)	19/11/2013	107,70% do CDI	-	35.312	6.213
Capital de giro	23/11/2012	110,20% do CDI	-	-	35.461
Capital de giro (k)	28/10/2014	CDI + 2,03% a.a.	-	26.544	39.567
Capital de giro (c)	25/10/2013	109,00% do CDI	-	80.567	80.883
Capital de giro (l)	16/12/2013	TJLP + 3,90% a.a.	-	58	116
Capital de giro (g)	05/06/2015	CDI + 3% a.a.	-	31.866	-
Capital de giro (d)	06/12/2013	112,50% do CDI	-	48.215	-
Cédula de abertura de crédito (e)	15/05/2017	TJLP + 2,83%	-	987	-
Cédula de crédito imobiliário (i)	08/02/2020	IPCA + 7,20% a.a.	-	-	34.203
Equipamentos (m)	15/06/2016	14,53% a.a.	-	26.404	3.410
CDC (n)	28/11/2014	14,51% a.a.	-	145	353
Notas promissórias (a)	23/05/2013	108% do CDI	574.108	574.108	-
Cédula de crédito bancário (f)	18/05/2013	14,84% a.a.	-	504	-
Capital de giro (h)	21/07/2014	CDI + 0,15% a.a.	-	25.238	-
			574.108	964.549	332.420
Em moeda estrangeira - moeda:					
Equipamentos - US\$ (l)	20/01/2014	9,00% a.a. + VC	-	377	576
Equipamentos - EUR (l)	25/09/2013	9,00% a.a. + VC	-	312	564
Equipamentos - EUR (l)	15/10/2013	8,60% a.a. + VC	-	323	389
Capital de giro - US\$ (j)	04/12/2015	Libor + 4,20% a.a.	-	-	13.421
Equipamentos - US\$ (l)	15/03/2014	VC + 9,25% a.a.	-	1.583	756
Equipamentos - EUR (l)	09/10/2015	VC + 5,82% a.a.	-	364	411
Equipamentos - EUR (l)	10/04/2015	VC + 7,25% a.a.	-	776	1.067
Equipamentos - EUR (l)	30/11/2015	VC + 8,60% a.a.	-	784	703
			-	4.519	17.887
			574.108	969.068	350.307
Circulante			574.108	804.722	161.120
Não circulante			-	164.346	189.187

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	38.826
2014	58.876	37.545
2015	23.613	23.885
2016	16.173	20.051
Posteriores a 2016	65.684	68.880
	164.346	189.187

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	350.307	573.746
Adições	623.164	185.728
Adições - vide nota explicativa nº 4.c)	634.927	-
Encargos financeiros	75.542	32.844
Pagamento principal	(632.028)	(413.266)
Pagamento de juros	(50.239)	(28.745)
Baixa - vide nota explicativa nº 4.d)	(32.605)	-
Saldo final	969.068	350.307

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- a) Em 18 de maio de 2012, ocorreu a terceira emissão de notas promissórias da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A emissão foi composta por 220 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$2.500.000,00, em série única, perfazendo o montante total de R\$550.000.000,00, com prazo de vencimento de 360 dias a contar da data de emissão, sendo o pagamento de juros remuneratórios devido na data de vencimento das notas promissórias. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para investimentos e aquisições de empresas de infraestrutura e logística. Os bancos envolvidos nessa operação são o BTG Pactual e o Banco Itaú BBA.

Não há índices financeiros a serem atingidos, avais, fianças ou garantias dadas.

- b) Em fevereiro de 2011, a controlada indireta Ecopistas firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade, no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o primeiro subcrédito no valor de R\$99.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. Em garantia do empréstimo, a controlada indireta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2012. O segundo subcrédito foi liberado em novembro de 2012, no valor de R\$27.999, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2014 a junho de 2023, em 114 parcelas.

O empréstimo refere-se à captação para capital de giro pelas controladas Ecocataratas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Ecosul e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., a qual não exige a manutenção de índices financeiros ("covenants"). Para os empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela EcoRodovias Concessões para as concessionárias e EcoRodovias Infraestrutura para Ecopátio.

Em março de 2007, a controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$73.308 para financiamento de melhoria e ampliação das instalações de apoio. Foram liberadas três parcelas, totalizando R\$63.507, e a amortização, em 96 parcelas, foi iniciada em maio de 2009. Para a operação de empréstimo, foi oferecida carta de fiança com garantia de liquidação pela Companhia. Em 31 de agosto de 2012, a controlada indireta Ecopátio realizou o pagamento antecipado do saldo devedor do contrato.

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

- c) Em 11 de novembro de 2011, a controlada indireta Ecovia celebrou contrato com o Banco do Brasil de Cédula de Crédito Bancário - CCB de R\$44.000 com a finalidade de capital de giro. A Ecovia, através de um aditivo de contrato prorrogou o empréstimo de R\$35.000 para vencimento em outubro de 2013. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros ("covenants").
- d) Em 5 de dezembro de 2012, as controladas indiretas Ecovia e Ecosul celebraram contrato com o Banco Itaú de CCB nos valores de R\$26.000 e R\$22.000, respectivamente, com vencimento em dezembro de 2013 com a finalidade de capital de giro. Esses empréstimos não exigem manutenção de índices financeiros ("covenants"). Esta operação de empréstimo não apresenta garantias.
- e) Em 30 de novembro de 2012, a controlada indireta Ecocataratas celebrou dois contratos com o Banco do Brasil de Cédula de Abertura de Crédito Fixo, um de R\$648, em 36 parcelas com vencimento em maio de 2017 com a finalidade de aquisição de dois caminhões, e o outro de R\$553, em 36 parcelas com vencimento em abril de 2017 com a finalidade de aquisição de dois guinchos. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros ("covenants") e são garantidos por alienação dos bens objeto dos financiamentos.
- f) Em 30 de novembro de 2009, a controlada direta Termares firmou contrato com o Banco de Lage Landen Brasil S.A. com a finalidade de adquirir equipamentos para a operação no valor de R\$942 em 36 parcelas com uma taxa de 14,84%, com o primeiro pagamento em março de 2010. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros ("covenants"). Este contrato tem como garantia a alienação fiduciária do bem.
- g) A controlada direta Tecondi captou R\$40.000 com o Banco ABN AMRO/Santander com a finalidade de capital de giro. A amortização do principal será realizada no prazo de quatro anos, com carência de um ano, sendo o primeiro pagamento em 25 de julho de 2011 e o último em 5 de junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2012, esses empréstimos deixaram de exigir a manutenção de índices financeiros ("covenants").
- h) A controlada direta Tecondi, como parte do plano de expansão de suas operações, iniciou obras para a construção de um novo berço de atracação, com o intuito de duplicar a movimentação dos armadores e aumentar a área de armazenamento de contêineres da Companhia. Para essa obra, a Companhia firmou contrato com o Unibanco (atualmente ItaúUnibanco) de R\$60.000 liberado em julho de 2008, para pagamento em 17 parcelas, com primeiro vencimento em julho de 2010 e último vencimento em julho de 2014. A Companhia apresenta uma carta de fiança bancária como garantia desse empréstimo. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros ("covenants").
- i) Em 8 de março de 2010, a Ecopátio CLB Imigrantes emitiu 90 Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, com valor nominal de R\$1.000, perfazendo na data de emissão R\$90.000 (R\$89.210, líquidos com os custos de emissão), com prazo de 119 meses. A Ecopátio CLB Imigrantes emitiu 2 cédulas de crédito imobiliário fracionárias, sob a forma escritural de Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, representando a totalidade dos direitos creditórios. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros ("covenants").

- j) A controlada indireta Ecopátio Cubatão Ltda. possui financiamento em moeda estrangeira para aquisição de equipamentos para utilização em suas operações, que representam valores nominais de US\$8.939 mil. Esses contratos apresentam vencimentos em dezembro de 2015, tendo como contraparte Citibank N.A. A operação de "swap" em 31 de dezembro de 2012 consiste na troca da variação da Libor acrescida de 4,20% ao ano por uma taxa fixa de 6,00% ao ano, registrada na rubrica "Despesas financeiras", de R\$484 em 28 de setembro de 2012 (R\$17 em 31 de dezembro de 2011), tendo nessa data a controlada indireta realizado a liquidação do referido contrato. A captação ocorreu em 30 de dezembro de 2010 em oito parcelas, sendo o vencimento da primeira parcela em 22 de junho de 2012 e o da última em 4 de dezembro de 2015; porém, todas as parcelas já foram pagas.
- k) Em novembro de 2011, a controlada indireta Ecosul celebrou contrato com o Banco do Brasil de R\$36.000 com a finalidade de capital de giro, sendo a EcoRodovias Concessões e Serviços sua avalista para vencimento em outubro de 2013.

Para o empréstimo da Ecosul é exigida a manutenção de índices financeiros ("covenants"). A razão entre seu endividamento líquido e seu EBITDA deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2012.

- l) As empresas Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.), Elog Sul e Ecopátio Cubatão celebraram contratos com a Cargotec Sweden AB e Nordea Bank Finland PLC entre março de 2009 e junho de 2012, em oito parcelas semestrais cada, com primeiro vencimento em setembro de 2009 e o último em novembro de 2015, com a finalidade de adquirir empilhadeiras para a operação nas unidades. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros ("covenants").
- m) As empresas Tecondi e Termlog celebraram contrato de financiamento com o Santander em setembro de 2011 com a finalidade de adquirir equipamentos para a operação, em 48 parcelas, com primeiro vencimento em setembro de 2012 e o último em junho de 2016. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros ("covenants").
- n) A empresa Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) firmou contrato com o Bradesco com o intuito de adquirir equipamentos de informática, de R\$247 em 36 parcelas, com vencimento em novembro de 2014. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

A Taxa Interna de Retorno - TIR das notas promissórias está demonstrada a seguir:

EMISSORA	DATA	VALOR NOMINAL	DESPESAS COM EMISSÃO	VALOR LÍQUIDO	TAXA DE JUROS	TIR
EcoRodovias Infraestrutura	28/05/2012	550.000	(5.433)	544.567	108,00% do CDI	9,94%

20. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	583	1.958
Mais de um ano e menos de cinco anos	64	641
	647	2.599
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	16	58
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	663	2.657
Circulante	599	2.016
Não circulante	64	641

A movimentação do arrendamento mercantil financeiro está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	2.657	2.893
Adição	-	1.712
Encargos financeiros	265	555
Pagamento do principal	(2.026)	(1.880)
Pagamento de juros	(233)	(623)
Saldo final	663	2.657

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro que está registrada na rubrica "Imobilizado" se refere a caminhões e apresenta valor residual de R\$4.775 em 31 de dezembro de 2012 (R\$6.352 em 31 de dezembro de 2011).

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos de 17,36% ao ano e variação de encargos de 2,3% a 18,44%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorrerá em agosto de 2014. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

21. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Principal corrigido	2.280.105	1.291.215
Remuneração (juros)	74.300	52.058
Custos com emissão de debêntures	(39.624)	(20.074)
	2.314.781	1.323.199
Circulante	207.144	378.634
Não circulante	2.107.637	944.565

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	1.323.199	1.194.681
Adições	1.611.666	357.025
Encargos financeiros	223.712	208.389
Pagamento do principal	(652.134)	(275.895)
Pagamento de juros	(191.662)	_(161.001)
Saldo final	2.314.781	1.323.199

- A controlada direta Elog S.A. concluiu, em 20 de dezembro de 2010, a emissão de R\$170.000 (R\$136.000 referentes à participação de 80% da Elog S.A.) em debêntures em série única de 170 debêntures com vencimento em 11 parcelas semestrais, com a primeira a vencer em 20 de dezembro de 2012 e vencimento final em 20 de dezembro de 2017.

A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 2,20% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Em 31 de agosto de 2012, a controlada direta Elog S.A. efetuou a liquidação da primeira emissão de debêntures, pagando os montantes de R\$3.556, referentes aos juros, e de R\$170.000, referentes à amortização do principal da série única.

A controlada direta Elog S.A. concluiu, em 31 de agosto de 2012, a segunda emissão de R\$300.000 (R\$240.000 referentes à participação de 80% da Elog S.A.) em 300 debêntures em série única com vencimento em 12 parcelas semestrais, com a primeira a vencer em 20 de agosto de 2014 e vencimento final em 20 de fevereiro de 2020.

A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,60% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A fiança prestada pela Companhia será automaticamente cancelada com o cumprimento, por dois semestres consecutivos, dos seguintes índices: (i) relação entre dívida líquida/EBITDA se for inferior a 3,0; (ii) EBITDA superior a R\$105.000 milhões; e (iii) índice de cobertura de serviço da dívida superior a 1,2; cálculo com base em 12 meses. Os índices foram atingidos em 31 de dezembro de 2012.

A fiança prestada pela Companhia será automaticamente cancelada com o cumprimento cumulativo, pela Elog S.A., dos seguintes índices financeiros a serem apurados semestralmente, com base nos índices publicados consolidados desconsiderando os efeitos das empresas que compõem o Complexo Tecondi (aqui entendidas

as empresas Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., Termare Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda.). Os índices serão calculados com base nos últimos 12 meses e são conforme segue:

- (a) Relação entre dívida líquida/EBITDA inferior a 3,0.
 - (b) EBITDA superior a R\$105.000.000,00.
 - (c) Índice de cobertura de serviço da dívida superior a 1,2.
- A controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços efetuou o pagamento referente à amortização do principal da primeira, segunda e terceira séries, dos juros da primeira, segunda e terceira séries e referente à atualização monetária da primeira, segunda e terceira séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

A controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços concluiu, em 23 de outubro de 2012, a segunda emissão de R\$800.000 em debêntures, sendo R\$240.000 referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018; R\$160.000 referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019; e R\$400.000 referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série ofertada ao mercado local tem remuneração vinculada a 100% do CDI acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5% ao ano e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5,35% ao ano; elas foram precificadas utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Os índices foram atingidos em 31 de dezembro de 2012.

- A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses, sendo os vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

- A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

O contrato da controlada indireta Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e ao principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

- A controlada indireta Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022 e a quarta no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As quatro séries, ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada ao IPCA mais 8,25%, pagos semestralmente, e foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco “brAA+” da Standard & Poors.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a controlada indireta Ecopistas efetuou o pagamento referente à amortização de principal da segunda, terceira e quarta séries, dos juros da primeira, segunda, terceira e quarta séries e referente à atualização monetária da segunda, terceira e quarta séries.

O contrato da controlada indireta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2012.

- A então controlada direta Ecoporto Holding, sucedida pela Tecondi, concluiu em 19 de junho de 2012 a emissão de R\$600.000.000 em debêntures em série única de 600 debêntures com vencimento em parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de junho de 2013 e vencimento final em 16 de junho 2019. Em 27 de novembro de 2012, com a reestruturação societária, essa dívida foi incorporada pela controlada direta Tecondi.
- O contrato requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e do EBITDA dos últimos 12 meses deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. E o EBITDA dos últimos 12 meses pelas despesas financeiras deve ser superior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço consolidado da emissora, a partir de 30 de setembro de 2012. Para esse empréstimo foi emitida uma Carta Fiança pela controladora EcoRodovias Infraestrutura. Esta garantia manter-se-á em vigor até que a emissora mantenha, de forma consolidada, o índice de alavancagem inferior ou igual a 2,5x, por dois semestres consecutivos. Há obrigatoriedade de manter o capital social igual ou superior a R\$39.000. Em 31 de dezembro de 2012 esse saldo foi atendido.

A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,85% ao ano, paga anualmente, e foi precificada utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

As principais características das debêntures emitidas são:

DESCRIÇÃO	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS	ECOVIAS
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	R\$10
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2012	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$10,25 3ª série - R\$10,26	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$6,30 3ª série - R\$6,01
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% ao ano 2ª série - 5,00% a.a. 3ª série - 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.

ELOG S.A.	TECONDI	ECOPISTAS
Nominativa escritural, simples, não conversível em ações, sem emissão de certificados	Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
300 (série única)	600 (série única)	370 (em quatro séries)
R\$1.031	R\$1.050	R\$1.000
Não atualizável	Não atualizável	1ª série - R\$1.209,51 2ª série - R\$1.170,40 3ª série - R\$1.147,43 4ª série - R\$1.124,92
Não atualizável	Não atualizável	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
CDI + 1,60% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	CDI + 1,85% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Parcelas semestrais (20/02/13 a 20/02/20)	Parcelas anuais (15/06/13 a 15/06/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Parcelas semestrais (20/08/14 a 20/02/20)	Parcelas anuais (15/06/14 a 16/06/19)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Não aplicável	Não aplicável	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).
Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco BBI S.A.	Itaú Unibanco S.A.
CETIP	CETIP	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Não aplicável	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.

DESCRIÇÃO	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS	ECOVIAS
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.
Classificação de risco	brAAA	brAAA
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2012			31/12/2011		
	PARCELA	CUSTO	TOTAL	PARCELA	CUSTO	TOTAL
2013	-	-	-	332.042	(3.566)	328.476
2014	187.075	(5.313)	181.762	206.143	(2.246)	203.897
2015	147.929	(4.788)	143.141	113.139	(1.596)	111.543
2016	231.493	(4.788)	226.705	60.474	(1.387)	59.087
2017	1.574.831	(18.802)	1.556.029	248.144	(6.582)	241.562
	2.141.328	(33.691)	2.107.637	959.942	(15.377)	944.565

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

EMISSORA	SÉRIE	DATA
Elog S.A. (*)	Série única	20/08/12
	Debêntures - 1ª série	21/12/09
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 2ª série	21/12/09
	Debêntures - 3ª série	21/12/09
	Debêntures - 1ª série	11/01/06
Ecovias	Debêntures - 2ª série	11/01/06
	Debêntures - 3ª série	11/01/06
	Debêntures - 1ª série	15/01/12
Ecopistas	Debêntures - 2ª série	15/01/12
	Debêntures - 3ª série	15/01/12
	Debêntures - 4ª série	15/01/12
Tecondi	Série única	15/06/12

(*) O valor total da captação das debêntures da controlada direta Elog S.A. foi de R\$300.000 (R\$240.000 são referentes a 80% da participação da EcoRodovias).

ELOG S.A.	TECONDI	ECOPISTAS
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Planner Trustee DTVM Ltda.
Não aplicável	Não aplicável	brAA+
Alienação fiduciária de 51% das ações da Elog e cessão fiduciária de 51% das quotas da empresa Elog Logística Sul	Alienação fiduciária de 100% das ações da Tecondi/ Termares/Termlog - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

VALOR NOMINAL	DESPESAS COM EMISSÃO	VALOR LÍQUIDO	TAXA DE JUROS	TIR
240.000	(5.690)	234.310	CDI + 1,60%	11,56%
240.000	(6.196)	233.804	CDI + 1,50%	CDI + 1,09%
160.000	(4.156)	155.844	8,75% + IPCA	5,20% + IPCA
400.000	(10.502)	389.498	8,75% + IPCA	5,63% + IPCA
135.000	(2.677)	132.323	104,00% do CDI	107,00% do CDI
157.500	(3.124)	154.376	9,50% + IGP-M	10,32% + IGP-M
157.500	(3.124)	154.376	9,50% + IGP-M	10,35% + IGP-M
92.500	(3.167)	89.333	8,25% + IPCA	8,84% + IPCA
92.500	(3.167)	89.333	8,25% + IPCA	8,97% + IPCA
92.500	(3.167)	89.333	8,25% + IPCA	8,91% + IPCA
92.500	(3.167)	89.333	8,25% + IPCA	8,87% + IPCA
600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85%	11,89%
2.460.000	(52.404)	2.407.596		

22. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	CONTROLADORA (BR GAAP)		CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE				
Serviço de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (g)	-	-	63.239	61.442
	-	-	63.239	61.442
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. - AFAC (e)	6.450	-	-	-
Concessionárias de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	37	36	-	-
	6.487	36	-	-
INTANGÍVEL				
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	5.631	9.094
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	1.087	313
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	-	14.574	17.021
Consórcio Serra do Mar (c)	-	-	45.338	24.813
	-	-	66.630	51.241
Total do ativo	6.487	36	129.869	112.683

	CONTROLADORA (BR GAAP)		CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO CIRCULANTE				
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	-	16	260
Consórcio Serra do Mar (c)	-	-	3.501	1.090
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	138	66
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	1.508	371
Total do passivo	-	-	5.163	1.787
RESULTADO				
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	437	-	-	-
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	-	240	367
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	-	-	606	24
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	-	-	6.417	30
Serviço de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (g)	-	-	5.212	5.007
	437	-	12.475	5.428

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul; o valor mensal do aluguel é de R\$38.
- (b) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$2.346 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$14.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 31 de dezembro de 2012, há um saldo de R\$3.988 de serviços a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$94.200, incluindo aditivo contratual; deste total, foram incorridos R\$58.741, e há um saldo de R\$35.459 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e às Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$17.757, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de dezembro de 2012, há um saldo de

R\$9.931 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

- (e) O saldo em aberto refere-se a um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$123.235, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

A Ecoporto Holding S.A. celebrou um contrato de mútuo com sua controlada direta da Aba Porto Participações S.A. O valor global firmado é de R\$11.540; deste total há um saldo de R\$11.562, já incidente de juros de 108% de CDI ao ano. O prazo de vencimento deste contrato de mútuo era 19 de agosto de 2012, tendo nessa data sido transformado em AFAC.

A Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. celebrou um contrato de mútuo com sua coligada da Termlog Transportes e Logística Ltda. O valor global firmado é de R\$1.000 e há um saldo de R\$458. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento indeterminado, e incidem juros de 1% ao ano.

A Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. celebrou um contrato de mútuo com sua coligada Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. O valor global firmado é de R\$42.950, e há um saldo de R\$37.792. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento indeterminado, e incidem juros de 1% ao ano.

A Termlog Transportes e Logística Ltda. presta serviços de transportes e remoções para as coligadas Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A., sendo o preço tabelado por unidade de transporte, variando entre R\$110,00 e R\$160,00 por carga. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Termlog faturou R\$43.206 para a Tecondi e R\$863 para a Termares. O prazo de vencimento destes contratos é em 1º de outubro de 2012.

- (f) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo a receber de R\$63.239 tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidos garantias e avais.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia e de suas controladas, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) plano de opção com base em ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em R\$14.184 (R\$12.515 para o exercício de 2011).

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Salários e ordenados	4.687	6.032
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 28.f)	1.458	2.086
Previdência Privada	267	240
Benefícios diretos e indiretos	4.881	4.397
	11.293	12.755

23. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura rodoviária, ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia, e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010	ADIÇÃO	PAGAMENTO	EFEITO FINANCEIRO	31/12/2011
Constituição da provisão para manutenção	338.604	91.087	-	-	429.691
Efeito do valor presente sobre constituição	(79.351)	(18.254)	-	-	(97.605)
Realização da manutenção	(146.573)	-	(60.679)		(207.252)
Ajuste a valor presente - realizações	32.173	-	-	14.538	46.711
	144.853	72.833	(60.679)	14.538	171.545
Circulante	24.337				38.286
Não circulante	120.516				133.259

	31/12/2011	ADIÇÃO	PAGAMENTO	EFEITO FINANCEIRO	31/12/2012
Constituição da provisão para manutenção	429.691	90.998	-	-	520.689
Efeito do valor presente sobre constituição	(97.605)	(15.885)	-	-	(113.490)
Realização da manutenção	(207.252)	-	(78.603)		(285.855)
Ajuste a valor presente - realizações	46.711	-	-	10.607	57.318
	171.545	75.113	(78.603)	10.607	178.662
Circulante	38.286				63.531
Não circulante	133.259				115.131

24. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores provisionados para construção de obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010	PAGAMENTO	EFEITO FINANCEIRO	31/12/2011
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	-	-	21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	-	(4.339)	-	(4.339)
Ajuste a valor presente - realizações	5.861	-	1.766	7.627
	17.029	(4.339)	1.766	14.456
Circulante	10.143			12.527
Não circulante	6.886			1.929

	31/12/2011	PAGAMENTO	EFEITO FINANCEIRO	31/12/2012
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	-	-	21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(4.339)	(3.087)	-	(7.426)
Ajuste a valor presente - realizações	7.627	-	812	8.439
	14.456	(3.087)	812	12.181
Circulante	12.527			2.141
Não circulante	1.929			10.040

25. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

	31/12/2012	31/12/2011
Parcelas fixas	65.432	69.390
Parcelas variáveis	3.047	2.791
	68.479	72.181
Circulante	18.158	17.082
Não circulante	50.321	55.099

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de dezembro de 2012, restam 64 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 73,33% do total (68,33% em 31 de dezembro de 2011).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2012, todas as parcelas haviam sido quitadas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e em 1% na Ecosul.

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos de riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	12.477
2014	13.452	11.394
2015	12.285	10.406
2016	11.219	9.503
Posteriores a 2017	13.365	11.319
	50.321	55.099

A movimentação do credor pela concessão está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	72.181	74.637
Varição monetária sobre credor pela concessão	9.813	9.548
Pagamento do principal	(13.515)	(12.004)
Saldo final	68.479	72.181

26. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	CONTROLADORA (BR GAAP)		CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Salários e outras obrigações a pagar	6.187	4.005	19.156	10.630
INSS a recolher	214	175	3.177	2.537
FGTS a recolher	74	63	415	966
IRRF a recolher	288	262	1.920	1.324
Provisão de férias e 13º salário a pagar	826	741	24.232	10.529
Contribuição sindical a recolher	-	1	83	59
Encargos sobre provisões a recolher - INSS e FGTS	287	258	5.326	4.309
	7.876	5.505	54.309	30.354

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

27. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os diversos processos em andamento são de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia. A movimentação do exercício é conforme segue:

	31/12/2010	ADIÇÕES	PAGAMENTOS/ BAIXAS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	31/12/2011	
NATUREZA						
Cível (a)	31.268	5.372	(11.960)	5.254	29.934	
Tributária (b)	863	2.027	(221)	105	2.774	
Trabalhista (c)	15.548	13.009	(10.732)	2.101	19.926	
	47.679	20.408	(22.913)	7.460	52.634	
	31/12/2011	SALDO COM AQUISIÇÃO DE NOVA EMPRESA (*)	ADIÇÕES	PAGAMENTOS/ BAIXAS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	31/12/2012
NATUREZA						
Cível (a)	29.934	67.966	789	(6.198)	2.195	94.686
Tributária (b)	2.774	76	454	(88)	492	3.708
Trabalhista (c)	19.926	-	9.307	(2.490)	1.867	28.610
	52.634	68.042	10.550	(8.776)	4.554	127.004

(*) Vide nota explicativa nº 4.c).

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, totalizando R\$61.929 em 31 de dezembro de 2012 (R\$19.799 em 31 de dezembro de 2011), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Na operação de logística encontram-se principalmente processos envolvendo pleitos de indenização por avarias ou perdas, oriundos de sinistros ocorridos na operação de logística. A Companhia constitui provisão para os processos avaliados como perda provável no total de R\$14.935.

A Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativo à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. Atualmente, os autos principais da ação civil pública estão aguardando a devolução de carta precatória para citação da Ecovias. Foi estimado o valor de R\$19.034 para esta causa e sua probabilidade de perda está avaliada como possível, portanto, sem constituição de provisão, em razão da fase processual e dos argumentos de defesa que serão apresentados nos autos da ação civil pública.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2012, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$6.477 (R\$12.944 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários são conforme segue:

- (i) A controlada indireta Ecovias possuía um processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. Em julho de 2012 foi dado ganho de causa em processo transitado em julgado sem desembolso para a Ecovias.
- (ii) Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais.
- (iii) Para a operação de logística, são mantidos os processos de natureza tributária que totalizam R\$19.101 (R\$446 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão, sendo o principal processo tributário o que segue:
- (iv) Processo administrativo decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil imputando alíquotas de 50% de Imposto de Importação - II e de 50% de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre base de cálculo arbitrada, alegando descrição genérica de produtos, além de extravio ou consumo de mercadorias importadas por terceiros, totalmente desvinculados e distintos da Companhia, mera prestadora de serviços de armazenagem e sem relação alguma com a operação de importação desses terceiros. O valor está previsto em R\$19.896. O processo encontra-se em análise no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e não houve constituição de provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são possíveis.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2012, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$40.221 (R\$13.709 em 31 de dezembro de 2011), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A controlada indireta Ecocataratas possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social subscrito e integralizado de R\$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva de retenção de lucros - dividendos e orçamento de capital

Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. Essa retenção referente ao exercício de 2012 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 25 de abril de 2013. A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de aplicação em capital de giro, que visará substancialmente à aplicação em novos investimentos. Caso a referida proposta seja aprovada pela Assembleia, parte dos recursos retidos será utilizada para investimentos contratuais nas concessionárias e/ou aquisição de novas empresas.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2012 é de R\$578.037 (R\$388.105 em 31 de dezembro de 2011).

e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	422.072	383.017
Reserva legal (5%)	(21.104)	(19.151)
Base de cálculo dos dividendos	400.968	363.866
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	145.768	140.078
Orçamento de capital	189.932	172.358
Dividendos adicionais propostos - classificados como constituição para reserva de dividendos	65.268	51.430

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 3.421.883 ações ordinárias para esse plano, como segue:

DATA	1ª OUTORGA 31/08/2010	2ª OUTORGA 22/03/2011	3ª OUTORGA 25/04/2012
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi registrado na rubrica "Plano de opção com base em ações" o valor de R\$1.458 (R\$2.086 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª OUTORGA	2ª OUTORGA	3ª OUTORGA	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	(21.942)
Canceladas	(17.553)	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	646.269	1.212.045	-	1.858.314
Outorgadas	-	-	1.524.074	1.524.074
Exercidas	(257.410)	(196.899)	-	(454.309)
Em 31 de dezembro de 2012	388.859	1.015.146	1.524.074	2.928.079

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram exercidas 454.309 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$12,42 por ação.

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

ANO	PREÇO MÉDIO DO PERÍODO POR AÇÃO EM R\$	QUANTIDADE DE AÇÕES	VALOR JUSTO MÉDIO DA OPÇÃO EM R\$	TOTAL	PRAZO PARA EXERCER
2013	13,12	855.470	7,36	6.296	11 meses
2014	13,12	855.470	9,07	7.759	23 meses
2015	14,03	684.030	6,15	4.207	35 meses
2016	13,92	381.020	2,79	1.063	47 meses
		2.775.990		19.325	

g) Ações em tesouraria

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Primeiro Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou o Segundo Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias em circulação no mercado.

Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 ações ordinárias.

As ações em tesouraria possuem como finalidade a liquidação das opções quando da outorga do plano de opções de ações (vide nota explicativa nº 28.f)).

Cabe à Administração da Companhia definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	CONTROLADORA (BR GAAP) E CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)		
	AÇÕES	VALOR	CUSTO MÉDIO - R\$ POR AÇÃO
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	149.502	(2.011)	13,45
Outorgadas em março de 2012	(137.877)	1.856	13,46
Recompra em junho de 2012	303.009	(4.857)	16,03
Outorgadas em junho de 2012	(109.729)	1.740	15,85
Recompra em agosto de 2012	177.486	(2.902)	16,35
Outorgadas em agosto de 2012	(11.900)	191	16,03
Outorgadas em setembro de 2012	(105.370)	1.715	16,27
Outorgadas em outubro de 2012	(89.433)	1.443	16,14
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	175.688	(2.825)	16,08

A Companhia mantém em tesouraria 175.688 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de dezembro de 2012, de R\$17,30. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de dezembro de 2012, é de R\$3.039.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$31.867, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

h) Participações dos acionistas não controladores

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	3.041	6.664
Participação nos lucros	4.875	4.549
Aporte de capital de acionista não controlador	15.001	-
Pagamento de dividendos à acionista não controlador	(5.104)	(8.172)
Saldo final	17.813	3.041

29. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A controlada indireta iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, através do Termo Aditivo e Modificativo "TAM" 08/2006, compensou, até 30 de novembro de 2011 (vigência do referido termo), o valor de R\$241.659 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão.

Assim, a partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada indireta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa.

30. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

	31/12/2012	31/12/2011
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	695.687	664.295
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	697.603	586.058
Vale-pedágio e pedágio em cupons	152.624	135.868
Outras	2.267	3.437
	1.548.181	1.389.658
Receitas de construção (vide nota explicativa nº 38.c)	298.540	199.435
Receita de logística e de prestação de serviços (b) e (d)	365.871	342.185
Receitas portuárias (e)	385.762	-
Receitas acessórias (c)	58.791	53.835
Receita bruta	2.657.145	1.985.113
Deduções de receita - PIS, Cofins e ISS (e) e (f)	(248.038)	(157.742)
Receita líquida	2.409.107	1.827.371

- (a) Refere-se às receitas de prestação via pedágio eletrônico.
- (b) Refere-se às receitas das empresas de logística relativas ao pátio de estacionamento de caminhões, depósito e reparos de contêineres e de Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - Redex.
- (c) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (d) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
- (e) Referem-se às receitas auferidas pelas empresas que atuam no Porto de Santos: Tecondi, Termares e Termlog, adquiridas em maio e junho de 2012 (conforme nota explicativa nº 4.c).
- (f) A partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada indireta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa (vide nota explicativa nº 29).

31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

CONTROLADORA (BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	25.001	20.653
Conservação e manutenção	760	548
Serviços de terceiros	15.457	14.596
Seguros (vide nota explicativa nº 37)	646	111
Depreciações e amortizações	1.110	999
Locação de imóveis e máquinas	1.689	1.759
Outras despesas operacionais	3.759	2.727
	48.422	41.393

Classificadas como:

Despesas gerais e administrativas	48.422	41.393
-----------------------------------	--------	--------

CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	326.612	212.373
Conservação e manutenção	53.823	69.697
Serviços de terceiros (*)	299.220	143.755
Seguros (vide nota explicativa nº 37)	21.020	13.090
Depreciação e amortização	237.426	168.230
Poder Concedente	39.284	48.363
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	51.718	42.383
Provisão para manutenção	75.113	80.312
Custo de construção de obras	298.540	199.435
Outros custos e despesas operacionais	102.570	61.285
	1.505.326	1.038.923

Classificados como:

Custo dos serviços prestados	1.162.350	810.823
Despesas gerais e administrativas	342.976	228.100
	1.505.326	1.038.923

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria e assessoria de R\$71.649, serviços de frete de R\$28.892, limpeza e vigilância de R\$20.521, comissão e corretagem de R\$39.481 e outros serviços de terceiros de R\$138.677.

32. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA (BR GAAP)		CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	13.996	28.663	60.891	95.586
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	1.790	6.355
Outras	1.626	1.687	19.876	5.388
	15.622	30.350	82.557	107.329
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	-	(154.652)	(153.756)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(26.247)	-	(65.267)	(34.246)
Varição monetária sobre debêntures	-	-	(60.217)	(49.918)
Varição monetária sobre direito de outorga	-	-	(9.813)	(9.548)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(8.843)	(4.715)
Amortização de custos com notas promissórias	(3.432)	-	(3.432)	-
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(11.419)	(16.304)
Despesas bancárias	(92)	(40)	(2.988)	(2.669)
Varição cambial sobre financiamentos	-	-	(8.633)	-
Outras	(4.109)	(3.089)	(22.245)	(19.253)
	(33.880)	(3.129)	(347.509)	(290.409)
Resultado financeiro	(18.258)	27.221	(264.952)	(183.080)

33. LUCRO POR AÇÃO

CONTROLADORA E CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,76	0,69
Lucro diluído por ação das operações continuadas	0,75	0,68

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	422.072	383.017
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	558.699	558.699

b) Lucro diluído

O lucro utilizado na apuração do lucro por ação diluído é o seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro utilizado na apuração do lucro diluído por ação	422.072	383.017

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, como segue:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	31/12/2012	31/12/2011
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	558.699	558.699
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção com base em ações	1.458	1.721
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	560.157	560.420

34. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a participação nos lucros e resultados foi de R\$12.143 (R\$7.055 em 31 de dezembro de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

35. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, notas promissórias, arrendamento mercantil financeiro e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21, deduzidos pelo caixa e pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações dos acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 28).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não apresentavam saldo de ativo ou passivo relevante denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam de 80% a 102,5% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	CONTROLADORA (BR GAAP)		CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Dívida (a)	574.108	-	3.284.512	1.748.344
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(435.621)	(87.066)	(1.026.072)	(671.858)
Dívida líquida	138.487	(87.066)	2.258.440	1076.486
Patrimônio líquido (b)	2.107.576	1.882.060	2.125.487	1.885.101
Índice de endividamento líquido	0,07	-	1,06	0,57

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e credor pela concessão circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 19, nº 20, nº 21 e nº 25.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2012 são como segue:

	CLASSIFICAÇÃO	SALDO CONTÁBIL	VALOR JUSTO
ATIVOS			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	33.676	33.676
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	254.032	254.032
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	992.396	992.396
PASSIVOS			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	150.138	150.138
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	969.068	907.104
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	663	663
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	2.314.781	2.759.709
Credor pela concessão (e)	Outros passivos financeiros	68.479	81.988

- (a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (c) Calculados por meio de fluxo de caixa descontado de acordo com a taxa de 5,43% ao ano, com base nas parcelas a vencer.
- (d) As debêntures foram calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme o Preço Unitário - PU atualizado em 31 de dezembro de 2012.
- (e) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Credor pela concessão".

As referidas taxas e PUs utilizados para as projeções de mercado foram extraídos das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br.

a) Riscos da taxa de câmbio

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão Ltda., com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2012, as controladas indiretas Ecopátio Logística Cubatão Ltda., Elog Logística Sul Ltda. e Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.) possuem os seguintes contratos em moeda estrangeira:

CREDOR	31/12/2012	
	R\$	MOEDA
Finimp	341	US\$
Finimp Linde	586	€
Cargotec Sweden AB	512	US\$
Cargotec Sweden AB	1.495	€
Nordea Bank Finland PLC	1.518	€

b) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$63.239 (R\$61.442 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

MODALIDADE	TAXA DE JUROS (MÉDIA PONDERADA) EFETIVA - % A.A.	PRÓXIMOS 12 MESES	ENTRE 13 E 24 MESES	ENTRE 25 E 36 MESES	37 MESES EM DIANTE
BNDDES	TJLP + 2,45% a.a.	19.206	20.264	20.803	78.131
Capital de giro	CDI + 2,032% a.a.	13.556	12.721	-	-
Capital de giro	111,6% do CDI	158.259	-	-	-
Finame	TJLP + 4,16% a.a.	2.334	2.394	2.343	3.186
Finame	7,72% a.a.	2.264	2.134	2.004	2.761
CDC	14,03% a.a.	100	92	-	-
Equipamentos (moeda estrangeira) EUR	VC + 8,01% a.a.	1.821	1.191	806	190
Equipamentos (moeda estrangeira) US\$	VC + 5,08% a.a.	3.752	3.777	3.449	1.859
Notas promissórias	108% do CDI	576.247	-	-	-
Ampliação de cais	12,40% a.a.	593.595	-	-	-
Banco De Lage Landen Brasil	14,84% a.a.	354	-	-	-
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	112.896	106.980	-	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	46.441	50.558	56.866	745.078
Debêntures	IPCA + 5,25% a.a.	43.915	46.718	48.702	1.159.825
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	19.040	19.172	23.050	293.563
Debêntures	CDI + 1,85% a.a.	55.867	115.710	145.181	596.759
Debêntures	CDI + 1,60% a.a.	26.153	51.457	76.652	292.427
Debêntures	104% do CDI	35.603	-	-	-
Credor pela concessão	IGP-M	18.158	13.452	12.285	24.584
Arrendamento mercantil financeiro	17,36% a.a.	562	58	-	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

OPERAÇÃO	RISCO	JUROS A INCORRER (*)		
		CENÁRIO I - PROVÁVEL	CENÁRIO II - 25%	CENÁRIO III - 50%
Juros sobre a 1ª série das debêntures - Ecovias	Alta do CDI	1.853	2.213	2.569
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - Ecovias	Alta do IGP-M	31.931	34.568	35.556
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias	Alta do CDI	19.040	22.376	25.681
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - EcoRodovias Concessões e Serviços	Alta do IPCA	-	-	-
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas	Alta do IPCA	1.594	1.687	1.781
Juros sobre debêntures - série única - Elog S.A.	Alta do CDI	20.923	23.598	26.248
Juros sobre debêntures - série única - Tecondi	Alta do CDI	55.867	60.846	65.779
Juros sobre notas promissórias	Alta do CDI	43.545	47.721	51.856
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	18.128	21.903	25.673
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	9.186	10.327	11.462
Credor pela concessão	Alta do IGP-M	3.430	4.291	5.145

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2012 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Risco de mudança nas taxas de câmbio

OPERAÇÃO	RISCO	JUROS A INCORRER (*)		
		CENÁRIO I - PROVÁVEL	CENÁRIO II - 25%	CENÁRIO III - 50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	541	677	812
Empréstimos e financiamentos	Alta do EUR	304	379	455

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

INDICADORES	CENÁRIO I - PROVÁVEL	CENÁRIO II - 25%	CENÁRIO III - 50%
CDI (a)	7,3%	9,13%	10,95%
IGP-M (b)	5,9%	7,4%	9,0%
IPCA (c)	5,4%	6,8%	8,2%
TJLP (d)	5,5%	6,9%	8,3%
US\$ (e)	2,10	2,625	3,15
EUR (f)	2,71	3,387	4,065

- (a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.
- (b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.
- (c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.
- (d) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.
- (e) Refere-se à taxa do dólar norte-americano projetada para 12 meses.
- (f) Refere-se à taxa do euro projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

36. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$1.534 (R\$1.326 em 31 de dezembro de 2011), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

37. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2012, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

MODALIDADE	COBERTURA
Seguro-garantia	R\$1,6 milhão
Empilhadeiras e equipamentos	R\$1,3 milhão
"All Risk" - responsabilidade civil	R\$3,6 milhões
"All Risk" - patrimoniais e danos materiais	R\$4,6 milhões
Seguro-sede	R\$5,2 milhões
"All Risk" - perda de receita	R\$837 milhões
Veículos	Tabela FIPE
"All Risk" - risco de engenharia	R\$1,0 milhão
"All Risk" - operador portuário	US\$900 milhões
Multirisco	R\$485 milhões

38. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo de R\$60 mensais do início até o 11º ano e de R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato.
- Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao final do contrato.

c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	28.744	23.632
Custos de construção	(28.744)	(23.632)
	-	-

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços, em um montante de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com a implantação de um anel viário, interligando as Rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos da Rodovia Cônego Domenico Rangoni, entre o km 270 e o km 262 na região do Polo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2026.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	75.956	73.343
Custos de construção	(75.956)	(73.343)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$412.258 (R\$450.163 em 31 de dezembro de 2011).

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes, que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o final do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2012, a parcela reajustada é de R\$216.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvínópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	50.661	6.437
Custos de construção	(50.661)	(6.437)
	-	-

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

De acordo com o contrato de concessão, a Ecocataratas não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.
- O pagamento de 3% sobre o total da arrecadação a título de ônus variável.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, ela será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim, porém os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	113.633	64.478
Custos de construção	(113.633)	(64.478)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$213.813 (R\$329.633 em 31 de dezembro de 2011).

Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO (KM)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de construção	29.546	31.546
Custos de construção	(29.546)	(31.546)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$68.137 (R\$70.475 em 31 de dezembro de 2011).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., constituída em 22 de março de 2012, tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias.

O sistema rodoviário da ECO101 tem uma extensão de 475,9 km, abrangendo o seguinte trecho:

- BR-101 ES/BA, no trecho entre o entroncamento com a BA-698, no acesso ao município de Mucuri (BA), e a divisa dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (excluindo a ponte), no início do trecho explorado pela concessionária Autopista Fluminense S.A., sendo 390,4 km de pista simples, 52,4 km de pista simples com faixa adicional (3ª faixa) e 33,1 km de pista dupla.

Tendo em vista a suspensão do cronograma dos trâmites do Edital pela ANTT, o Contrato de Concessão ainda não foi assinado, de forma que a ECO101 não iniciou a prestação de seus serviços. Tão logo a ANTT publique novo comunicado sobre o cronograma com data para assinatura do Contrato de Concessão a ECO101 estará à disposição para assinatura. A ECO101 iniciará suas atividades como Concessionária do trecho da BR-101 anteriormente descrito, em até 30 dias após a assinatura do Contrato de Concessão, em razão da necessidade de assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens.

39. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA, ECOCATARATAS E TECONDI

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

Tanto a Ecovia quanto a Ecocataratas buscam, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da nova administração estadual, as concessionárias estão atualmente em processo de revisão contratual. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria já deferidos.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A. ("Tecondi")

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp e o Tecondi tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra em 12 de junho de 2023. Embora o Contrato mencione a prorrogação em sua Cláusula Décima Sexta, não prevê que será automática e estipula que ela deverá ser requerida, por escrito, pelo Tecondi. O Contrato prevê que tal requerimento deverá ser feito com 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, bem como que a Codesp avaliará o desempenho do Tecondi. Ademais, se aplicada a atual Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ, também será necessário que o requerimento da Tecondi seja acompanhado de estudo de viabilidade, bem como deverá dispor das informações necessárias à avaliação do equilíbrio econômico-financeiro das novas bases contratuais. O Tecondi deverá então, ao requerer a prorrogação, instruir o seu pedido com o estudo de viabilidade, seguindo o modelo proposto pela ANTAQ (Nota Técnica nº 25/2009). Assim, em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de haver prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Tecondi e observadas as prescrições da Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato será mantido, sendo esta a linha que o Tecondi adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento em definitivo de duas ações populares nº 0010874-75.2002.403.6104 (2002.61.04.010874-9) apensas, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato e de seus aditivos, bem como do processo nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União, que em primeira instância administrativa julgou pela não prorrogação do Contrato. Apesar das decisões de 1ª instância, a Administração considera a probabilidade de reversão destes julgados e êxito em tais demandas, o que possibilitará a prorrogação do contrato, em linha com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a doutrina jurídica dominantes. Nas primeiras ações anteriormente mencionadas pendem de julgamento recursos de apelação ajuizados pelo Tecondi e, no procedimento administrativo destacado, julgamento de embargos declaratórios também por ele ajuizados.

40. FLUXO DE CAIXA

a) As movimentações que não afetaram o caixa se referem à aquisição de equipamentos operacionais, detalhada nas notas explicativas nº 15 e nº 16, e às operações de reestruturações societárias, conforme a nota explicativa nº 4.b).

b) Dividendos recebidos

São tratados como atividade de investimento.

41. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) **Concessões**

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul.

b) **Logística**

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado.

c) **“Holding” e serviços**

Referem-se à EcoRodovias Infraestrutura.

O segmento compreende a operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil.

d) **Portos**

A partir de 31 de maio de 2012, com a aquisição das empresas do Complexo Tecondi, a Companhia passou a realizar operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2012:

- Concessões: 71,37%.
- Logística: 11,08%.
- “Holding” e serviços: 2,27%.
- Portos: 15,28%.

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2. O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2012 e de 2011. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas informações intermediárias, bem como as práticas contábeis aplicadas:

Contas de resultado

	CONCESSÕES	LOGÍSTICA
Receita líquida	1.875.939	266.938
Custos e despesas	(1.018.330)	(258.947)
Depreciação e amortização	(157.066)	(27.803)
Receitas financeiras	33.897	9.289
Despesas financeiras	(240.858)	(34.521)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(218.374)	(13.586)
Lucro (prejuízo) líquido	434.962	26.944

	CONCESSÕES	LOGÍSTICA
Receita líquida	1.551.572	245.847
Custos e despesas	(809.077)	(216.383)
Depreciação e amortização	(129.006)	(14.071)
Receitas financeiras	36.900	15.516
Despesas financeiras	(198.282)	(38.359)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(188.386)	(10.115)
Lucro (prejuízo) líquido	392.531	5.611

31/12/2012

PORTOS	HOLDING E SERVIÇOS	RESULTADO COMBINADO	ELIMINAÇÃO	CONSOLIDAÇÃO
368.039	60.058	2.570.974	(161.867)	2.409.107
(320.085)	(91.311)	(1.688.673)	183.347	(1.505.326)
(16.964)	(6.808)	(208.641)	(28.785)	(237.426)
20.364	19.457	83.007	(450)	82.557
(12.541)	(35.900)	(323.820)	(23.689)	(347.509)
(16.089)	(6.455)	(254.504)	(6.552)	(261.056)
36.301	440.038	938.245	(516.173)	422.072

31/12/2011

	HOLDING E SERVIÇOS	RESULTADO COMBINADO	ELIMINAÇÃO	CONSOLIDAÇÃO
	150.913	1.948.332	(120.961)	1.827.371
	(120.818)	(1.146.278)	107.355	(1.038.923)
	(11.142)	(154.219)	(14.011)	(168.230)
	82.288	134.704	(27.375)	107.329
	(81.087)	(317.728)	27.319	(290.409)
	(19.121)	(217.622)	-	(217.622)
	7.321	405.463	(22.446)	383.017

Contas patrimoniais

	CONCESSÕES	LOGÍSTICA
Ativo circulante	218.667	204.622
Ativo não circulante	2.786.095	376.547
Total do ativo	3.004.762	581.169
Passivo circulante	582.408	62.154
Passivo não circulante	1.643.034	264.082
Patrimônio líquido - consolidado	779.320	254.932
Total do passivo	3.004.762	581.168

	CONCESSÕES	LOGÍSTICA
Ativo circulante	349.608	141.429
Ativo não circulante	2.439.243	400.216
Total do ativo	2.788.851	541.645
Passivo circulante	618.467	61.140
Passivo não circulante	996.760	236.613
Patrimônio líquido - consolidado	1.173.624	243.892
Total do passivo	2.788.851	541.645

31/12/2012

PORTOS	HOLDING E SERVIÇOS	COMBINADO	ELIMINAÇÃO	CONSOLIDAÇÃO
294.223	630.006	1.347.518	(37.737)	1.309.781
754.800	2.259.163	6.176.605	(1.290.430)	4.886.175
1.049.023	2.889.169	7.524.123	(1.328.167)	6.195.956
180.427	686.750	1.511.739	(77.303)	1.434.436
751.836	737	2.659.689	(23.656)	2.636.033
116.760	2.201.682	3.353.694	(1.227.207)	2.125.487
1.049.023	2.889.169	7.524.122	(1.328.166)	6.195.956

31/12/2011

	HOLDING E SERVIÇOS	COMBINADO	ELIMINAÇÃO	CONSOLIDAÇÃO
	831.665	1.322.702	(445.070)	877.632
	2.639.972	5.479.431	(2.216.098)	3.263.333
	3.471.637	6.802.133	(2.661.168)	4.140.965
	363.339	1.042.946	(181.016)	861.930
	340.705	1.574.078	(180.144)	1.393.934
	2.767.593	4.185.109	(2.300.008)	1.885.101
	3.471.637	6.802.133	(2.661.168)	4.140.965

42. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os principais saldos das controladas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são conforme segue:

	ATIVO			CIRCULANTE
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	
Elog Sul	18.058	30.246	48.304	16.508
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	233.401	468.887	702.288	58.421
ELG-01	304	28.771	29.075	533
Elog	-	-	-	-
Ecopátio Imigrantes	-	-	-	-
Ecopátio Cubatão	5.632	143.729	149.361	3.747
Paquetá Participações	-	11.000	11.000	-
Anish	146	28.236	28.382	232
EcoRodovias Concessões	173.475	1.416.313	1.589.788	22.849
Ecopistas	43.486	889.881	933.367	80.934
Ecovias	109.745	1.024.945	1.134.690	360.671
Ecosul	12.209	130.791	143.000	86.808
Ecovia	12.900	154.708	167.608	128.424
Ecocataratas	18.770	480.531	499.301	65.026
STP	97.576	16.418	113.994	92.925
Ecoporto Holding	-	-	-	-
ABA Porto Particip. S.A.	-	-	-	-
Tecondi	232.839	668.674	901.513	164.211
Termares	34.174	73.433	107.607	11.263
Termlog Transp. e Logística	27.210	12.694	39.904	4.953
CFF Participações Ltda.	-	-	-	-
ECO101	68.552	5.641	74.193	649
EcoRodovias Infraestrutura	463.877	2.237.105	2.700.982	593.183
Subtotal	1.552.354	7.822.003	9.374.357	1.691.337
Eliminações	(242.573)	(2.935.828)	(3.178.401)	(256.901)
Total	1.309.781	4.886.175	6.195.956	1.434.436

31/12/2012

PASSIVO			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
NÃO CIRCULANTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	TOTAL	RECEITA LÍQUIDA	LUCRO BRUTO	LUCRO OPERACIONAL	LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO
4.420	27.376	48.304	85.374	40.192	27.101	18.492
325.202	318.665	702.288	207.215	54.525	6.965	7.737
-	28.542	29.075	-	-	(5.248)	(5.248)
-	-	-	-	-	46.434	38.455
-	-	-	9.091	7.397	3.085	2.050
631	144.983	149.361	34.123	(297)	(5.881)	(6.013)
-	11.000	11.000	-	-	(12)	(12)
-	28.150	28.382	-	(561)	(4.282)	(4.282)
790.824	776.115	1.589.788	109.373	45.362	437.200	436.431
617.300	235.133	933.367	316.326	128.027	44.007	29.018
204.549	569.470	1.134.690	824.431	503.526	393.162	266.768
24.143	32.049	143.000	165.252	98.762	79.603	52.671
12.921	26.263	167.608	208.473	120.747	95.044	63.148
107.414	326.861	499.301	252.083	93.999	54.322	36.929
495	20.574	113.994	60.058	39.973	26.959	17.966
-	-	-	-	(4.791)	12.083	8.621
-	-	-	-	(25)	51.869	49.551
724.709	12.593	901.513	262.083	88.012	11.705	587
17.065	79.279	107.607	79.602	49.634	25.285	16.544
10.062	24.889	39.904	26.354	16.253	15.400	14.470
-	-	-	-	(12)	29.295	29.295
13	73.531	74.193	-	(1.374)	(1.469)	(1.469)
223	2.107.576	2.700.982	-	-	419.534	422.072
2.839.971	4.843.049	9.374.357	2.639.838	1.279.349	1.762.161	1.493.781
(203.938)	(2.717.562)	(3.178.401)	(230.731)	(32.592)	(1.074.060)	(1.071.709)
2.636.033	2.125.487	6.195.956	2.409.107	1.246.757	688.101	422.072

	ATIVO			
	CIRCULANTE			CIRCULANTE
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	
Elog Sul	16.773	24.013	40.786	11.214
Elog S.A. (anteriormente denominada Elog Sudeste S.A.)	39.104	73.734	112.838	40.882
ELG-01	105	23.665	23.770	5
Elog	80.081	424.058	504.139	33.950
Ecopátio Imigrantes	1.738	64.840	66.578	5.186
Ecopátio Cubatão	6.531	144.468	150.999	24.615
Paquetá Participações	-	11.000	11.000	-
Anish	121	23.439	23.560	99
EcoRodovias Concessões	481.314	960.485	1.441.799	335.912
Ecopistas	123.681	780.581	904.262	238.005
Ecovias	112.951	1.007.844	1.120.795	408.240
Ecosul	21.088	111.906	132.994	64.660
Ecovia	31.490	115.717	147.207	102.794
Ecocataratas	19.565	453.365	472.930	93.721
STP	82.504	14.853	97.357	79.908
Ecoporto Holding	-	1	1	-
EIL-01	-	1	1	-
EcoRodovias Infraestrutura	234.194	1.667.532	1.901.726	16.990
Subtotal	1.251.240	5.901.502	7.152.742	1.456.181
Eliminações	(373.608)	(2.638.169)	(3.011.777)	(594.251)
Total	877.632	3.263.333	4.140.965	861.930

43. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foram aprovadas para emissão pela Diretoria e para envio ao Conselho de Administração em 4 de março de 2013.

31/12/2011

PASSIVO			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
NÃO CIRCULANTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	TOTAL	RECEITA LÍQUIDA	LUCRO BRUTO	LUCRO OPERACIONAL	LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO
7.411	22.161	40.786	73.007	41.853	16.173	10.925
12.441	59.515	112.838	197.496	55.285	28.340	21.694
-	23.765	23.770	-	-	(608)	(608)
168.521	301.668	504.139	-	-	(15.876)	(15.876)
42.177	19.215	66.578	9.280	7.815	2.279	1.529
49.651	76.733	150.999	27.526	271	(10.171)	(10.171)
-	11.000	11.000	-	-	-	-
6	23.455	23.560	-	-	(480)	(480)
248.546	857.341	1.441.799	103.782	51.279	376.598	369.033
453.312	212.945	904.262	250.252	113.844	31.151	20.548
340.072	372.483	1.120.795	771.772	464.345	356.477	242.718
37.918	30.416	132.994	156.305	83.795	68.694	45.494
15.717	28.696	147.207	179.283	101.725	80.265	53.447
80.594	298.615	472.930	193.961	84.712	44.330	30.324
220	17.229	97.357	47.131	32.410	21.622	14.516
-	1	1	-	-	(8)	(8)
-	1	1	-	-	-	-
2.677	1.882.059	1.901.726	-	179	387.468	383.017
1.459.263	4.237.298	7.152.742	2.009.795	1.037.513	1.386.254	1.166.102
(65.329)	(2.352.197)	(3.011.777)	(182.424)	(20.965)	(781.066)	(778.536)
1.393.934	1.885.101	4.140.965	1.827.371	1.016.548	605.188	387.566

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AOS ACIONISTAS E ADMINISTRADORES DA
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude do assunto tratado no parágrafo de ênfase.

Outros assuntos

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida de acordo com a legislação societária brasileira para companhias abertas, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, e consideradas informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2



Créditos

—



LOCAL PARA COLAR ENVELOPE DO CD

